

INVENTÁRIO URBANO DE MOSSORÓ E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE

Autor: Joatan Jonas dos Santos Silva
Orientador: José Clewton do Nascimento



PPGAU



Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Centro de Tecnologia (CT)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

UFRN



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA DE URBANISMO**

JOATAN JONAS DOS SANTOS SILVA

**INVENTÁRIO URBANO DE MOSSORÓ E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE**

**NATAL – RN
2023**

JOATAN JONAS DOS SANTOS SILVA

INVENTÁRIO URBANO DE MOSSORÓ E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para qualificação.

Linha de Pesquisa: Projeto e Avaliação no Ambiente Construído

Orientador: Prof. Dr. José Clewton do Nascimento

NATAL – RN
2023

JOATAN JONAS DOS SANTOS SILVA

INVENTÁRIO URBANO DE MOSSORÓ E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para o título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Projeto e Avaliação no Ambiente Construído

Defendida em: 25 / 04 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Clewton do Nascimento
Orientador

Examinador

Examinador

NATAL – Rn
2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Silva, Joatan Jonas dos Santos.

Inventário urbano de Mossoró e o estado de conservação do patrimônio edificado na cidade / Joatan Jonas dos Santos Silva. - 2023.

169f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura. Natal, RN, 2023.

Orientador: Prof. Dr. José Clewton do Nascimento.

1. Patrimônio cultural - Dissertação. 2. Inventário - Dissertação. 3. Patrimônio edificado - Dissertação. 4. Arquitetura - Dissertação. 5. Edificações - Dissertação. 6. Mossoró/RN - Dissertação. I. Nascimento, José Clewton do. II. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 719

Elaborado por Ericka Luana Gomes da Costa Cortez - CRB-15/344

Dedico esses escritos e toda minha trajetória ao
meu maior patrimônio: *minha família*.

AGRADECIMENTOS

O que outrora foi desejo e sonho: hoje torna-se possibilidade.

O caminhar do mestrado foi longo, árduo, satisfatório e me possibilitou um apreender que é quase impossível de descrever, principalmente quando se possui *limitações de atividade e atenção cognitiva*, que mesmo tendo interferido em muitos aspectos, me fez perseverar para continuar e concluir. Por isso, meu primeiro agradecimento é a Deus que me proporcionou forças para continuar e secundamente para minha persona, “eu mesmo”. Grato, por ter me acolhido, me movimentado, consciente ou inconscientemente, e superado todas as minhas expectativas.

Agradeço a minha mãe, meu maior bem, que em todas as circunstâncias esteve ao meu lado. Que me deu forças quando decidir mudar de cidade e conquistar o primeiro título de mestrado da família. Uma família que a trancos e barrancos, foi sustentada por ela em todos os aspectos. Grato por seu cuidado, amor incondicional e por ter me ensinado “que é preciso entender o pouco, para que o muito seja alcançado”.

Agradeço ao meu irmão, que assume um grande papel na minha vida e me deu forças e acolhimento para seguir meus sonhos. Você é e sempre será uma inspiração. Agradeço ao meu pai por me dar suporte e apoio quando precisei, e me mostrou o quão longe posso ir.

Agradeço a tia Socorro, à quem considero minha segunda mãe, por todo carinho e por ter feito companhia a minha mãe em todas as minhas ausências de filho aventureiro e sonhador.

Agradeço aos meus primos, em especial, Domilene, Pricila e Rodolpho, pois vocês foram e sempre serão “minhas pessoas”. Grato por me trazerem leveza, risos, abraços, comidas e carinho. Neste momento também incluo todos os meus amigos que de alguma forma se fizeram presente e me apoiaram nessa caminhada, bem como meu companheiro Leonardo Matoso pelo apoio incondicional, pela compreensão de minha ausência, estresses e limitações.

Agradeço ao meu orientador, que foi paciente até demais e que me acompanhou durante todo esse processo, incentivando a alcançar maiores resultados dentro desse trabalho árduo de muitos estudos. Sinto muito por minhas ausências e sumiços, mas saiba, que sou grato ao senhor por ter dedicado seu tempo e conhecimento e me tornar um “mestre”. Obrigado por não desistir.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) pela possibilidade de viver, saber e aprender com vocês.

Gratidão!!!

RESUMO

A sociedade, para conhecer seu passado, deve ter a compreensão dos patrimônios que o cercam, pois ele conserva a sua história. As investigações sobre as áreas históricas devem levar em conta a perspectiva dos habitantes, pois esses lugares são essenciais para a formação da memória e afirmação da identidade dos indivíduos e dos grupos, assim como, suas representações sociais e simbólicas que cada espaço consegue conferir. Nesse sentido, a arquitetura é uma das principais manifestações para a análise e entendimento da história das cidades e dos patrimônios, principalmente quando se utiliza de inventariados como meio de validar e reconhecer os bens patrimoniais. A partir dessa premissa, a pesquisa objetivou elaborar inventário das edificações entendidas como patrimônio cultural da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, de modo a contribuir como instrumento de referência no fomento de iniciativas conservacionistas e preservacionista, revelando seus valores estéticos e histórico. Para tanto, adotou-se como base teórica e metodológica um estudo de caráter descritivo, desenvolvido pela técnica de memória oral, subsidiada por observações sistemáticas, em uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos tiveram como pretensão se basear em pesquisa bibliográfica e de campo (vistoria e avaliação técnica), além de realizar o inventariado de bens patrimoniais da cidade. Desse modo, foi possível inventariar dez patrimônios arquitetônicos da área do bairro Centro da cidade. Essa experiência de inventariar possibilitou a descrição dos patrimônios, revelando o estado de preservação e resgatando a memória urbana, incentivando a preservação e fornecendo subsídios que podem auxiliar substancialmente para as políticas públicas e para os planos de ações nas áreas de preservação patrimonial no município, ou seja, a criação de estratégias para promoção e reabilitação do espaço urbano através da valorização de seu patrimônio arquitetônico. As contribuições dessa trajetória inventarial possibilitou concatenar a história das edificações mossoroenses que marcaram, de modo contundente, o surgimento da cidade. Inventariar as dez arquiteturas é ao mesmo tempo evocar lembranças que instauram uma ligação entre passado e presente, consolidando relações identitárias de pertencimento de uma comunidade.

Palavras-Chave: Arquitetura. Edificações. Inventário. Patrimônio Edificado. Mossoró.

ABSTRACT

La sociedad, para conocer su pasado, debe tener una comprensión del patrimonio que la rodea, ya que conserva su historia. Las investigaciones sobre los espacios históricos deben tener en cuenta la perspectiva de los habitantes, ya que estos lugares son fundamentales para la formación de la memoria y afirmación de la identidad de los individuos y grupos, así como de las representaciones sociales y simbólicas que cada espacio puede conferir. En este sentido, la arquitectura es una de las principales manifestaciones para el análisis y comprensión de la historia de las ciudades y del patrimonio, especialmente cuando se utilizan los inventarios como medio de validación y reconocimiento de los bienes patrimoniales. Con base en esta premisa, la investigación tuvo como objetivo elaborar un inventario de edificios considerados patrimonio cultural en la ciudad de Mossoró, en Rio Grande do Norte, con el fin de contribuir como instrumento de referencia en la promoción de iniciativas conservacionistas y preservacionistas, revelando su estética y valores históricos. Por lo tanto, se adoptó como base teórica y metodológica un estudio descriptivo, desarrollado mediante la técnica de la memoria oral, apoyado en observaciones sistemáticas, en un enfoque cualitativo. Los procedimientos metodológicos pretendieron basarse en investigaciones bibliográficas y de campo (inspección técnica y evaluación), además de realizar un inventario de los bienes patrimoniales de la ciudad. De esta forma, fue posible inventariar diez sitios del patrimonio arquitectónico en el centro de la ciudad. Esta experiencia de inventario permitió describir el patrimonio, revelar el estado de conservación y rescatar la memoria urbana, incentivar la conservación y otorgar subsidios que puedan ayudar sustancialmente a las políticas públicas y planes de acción en las áreas de conservación del patrimonio en el municipio, o sea, la creación de estrategias para la promoción y rehabilitación del espacio urbano a través de la puesta en valor de su patrimonio arquitectónico. Los aportes de esta trayectoria de inventario permitieron concatenar la historia de los edificios de Mossoró que marcaron fuertemente el surgimiento de la ciudad. Inventariar las diez arquitecturas es, al mismo tiempo, evocar memorias que establecen un vínculo entre pasado y presente, consolidando relaciones identitarias de pertenencia a una comunidad.

Keywords: Architecture. Buildings. Inventory. Built Heritage. Mossoró.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
AEIHC	Área Especial de Interesse Histórico Cultural
AC	Ancoragem
CE	Ceará
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECCO	<i>European Confederation of ConservatorRestorers Organisations</i>
ECH	Expressão Chave
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPAC-BA	Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia
IPCE	Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inspetoria de Monumentos Nacionais
MES	Ministério da Educação e Saúde
MS	Mato Grosso do Sul
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SEMURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Croqui do mapa da cidade em 1772.....	28
Figura 2 – Croqui do mapa da cidade em 1810.....	29
Figura 3 – Croqui do mapa da cidade entre 1861 e 1870.....	33
Figura 4 – Croqui do mapa da cidade entre no ano de 1883.....	35
Figura 5 – Croqui do mapa da cidade entre no ano de 1883.....	36
Figura 6 – Alteração arquitetônica da Catedral de Santa Luzia, em Mossoró (RN)	38
Figura 7 – Mercado central da cidade de Mossoró).....	38
Figura 8 – Escola Estadual Jerônimo Rosado	39
Figura 9 – Vista da praça da catedral entre 1920 e 1930	39
Figura 10 – O primeiro comboio da estrada de ferro chegando em Mossoró	40
Figura 11 – Croqui do mapa da cidade no ano de 1917.....	41
Figura 12 – Escola Téc. União Caixeira.....	41
Figura 13 – Biblioteca Pública Ney Pontes.....	41
Figura 14 – Croqui do mapa da cidade no ano de 1926.....	42
Figura 15 – Vista aérea de Mossoró entre 1927 e 1930.....	43
Figura 16 – Vista aérea de Mossoró entre 2019.....	44
Figura 17 – Vista satélite do Rio Grande do Norte, localizando Mossoró.....	79
Figura 18– Ficha M300 – Planilha Síntese adaptada por Abrantes (2014).....	81
Figura 19 – Ficha M302 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Externa	82
Figura 20 – Vista satélite da área urbana de Mossoró	84
Figura 21 – Vista satélite do Bairro Centro de Mossoró.....	85
Figura 22– Mapa com a localização das edificações inventariadas.....	86
Figura 23 – Limites da Área Especial de Interesse Histórico e Cultural (AEIHC)	87
Figura 24 – Limites do Corredor Cultural de Mossoró.....	87
Figura 25 – Sobreposição das áreas especiais com o bairro Centro	88
Figura 26 – Catedral de Santa Luzia em Mossoró, ano de 1940.....	93
Figura 27– Catedral de Santa Luzia em Mossoró, ano de 2023	94
Figura 28 – Museu de Municipal de Mossoró, ano de 19xx e 2022.....	95
Figura 29 – Acesso externo ao segundo piso do museu	95
Figura 30 – Estação Elizeu Ventania no ano de 1940	96
Figura 31 – Igreja de São Vicente, meado dos anos 1920 e 2022.....	97
Figura 32 – Marcas das balas cravadas na igreja de São Vicente	97

Figura 33 – União dos Artistas, meado dos anos 1937 e 2022.....	98
Figura 34 – Palácio da Resistência	99
Figura 35 – Patologias no casarão verde.....	100
Figura 36 – Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró.....	101
Figura 37 – Biblioteca Municipal Ney Pontes	102
Figura 38 – Igreja de São Vicente, Casarão Branco e Palácio da Resistencia, meados de 1920	102
Figura 39 – Casarão Branco	103
Figura 40 – Demolição do Casarão Verde em maio de 2022.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Localização e ano de construção das residências inventariadas.....	85
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação de Ocupação.....	146
Gráfico 2 – Tipo de ocupação.....	146
Gráfico 3 – Grau de intervenção.....	147
Gráfico 4 – Estado de conservação	147

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXUALIZAÇÃO	17
1.2 PROBLEMÁTICA.....	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA	23
1.5 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA.....	25
2 PROCESSOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE MOSSORÓ	26
2.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA E A FORMA URBANA DA CIDADE	27
2.2 MOSSORÓ: DE POVOADO A CIDADE.....	30
2.3 MOSSORÓ ENTRE O SÉCULO XX E XXI	37
3 BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS DO PATRIMONIO CULTURAL	46
3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTEXTO HISTÓRICO.....	47
3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITO E DEFINIÇÕES.....	55
3.3 PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO	62
3.4 PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO LUGAR DE MEMÓRIA	64
4 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DO INVENTÁRIO	67
4.1 INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICO... 68	
4.2 TIPOS DE INVENTÁRIO	72
4.3 ESTUDOS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO	73
5 PERCURSO METODOLÓGICO DO INVENTÁRIO	77
5.1 TIPO DE ESTUDO.....	78
5.2 LOCAL DE PESQUISA	79
5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	80
5.4 INVENTÁRIO PATRIMONIAL: INSTRUMENTO DE PESQUISA	83
5.4.1 Critério de seleção das edificações a serem inventariadas	84
5.6 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	89
6 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE MOSSORÓ	92
6.1 SITUAÇÃO ATUAL DO PATRIMÔNIO NA CIDADE	93
6.1.1 Catedral de Santa Luzia	93
6.1.2 Museu Histórico Lauro da Escócia	94

6.1.3 Estação das Artes Elizeu Ventania	95
6.1.4 Igreja de São Vicente	96
6.1.5 União dos Artistas	97
6.1.6 Palácio da Resistência	98
6.1.7 Casarão Verde	99
6.1.8 Secretaria Municipal da Fazenda	100
6.1.9 Biblioteca Municipal Ney Pontes	101
6.1.10 Casarão Branco	102
6.2 INVENTÁRIADO DOS BENS PATRIMONIAIS DE MOSSORÓ	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
7.1 RESPOSTAS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	145
7.2 CONTRIBUIÇÕES DOS RESULTADOS	149
7.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	150
7.4. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	150
8 REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE	161
APÊNDICE I – INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL	162
ANEXO	166
ANEXO 1 – BENS TOMBADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO RN	167

1 INTRODUÇÃO



“Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” - Mário de Andrade

Considerando a frase do poeta, romancista e historiador Mário de Andrade; a história das pessoas remonta as das cidades. Estas, por sua vez, precisam ser compreendidas para que sejam vivenciadas como devem. O papel da arquitetura torna-se relevante nesse processo de compreensão por conseguir materializar nas edificações a forma de vida e como a construção de uma época foi desenvolvida. Essas nuances potencializam apreender e materializar a história das instituições e como os bens de relevância histórica e/ou arquitetônica podem ser documentadas e inventariadas, antes mesmo de qualquer ação preservacionista.

Nesse ínterim, a abordagem desta dissertação refere-se ao “Inventário Urbano de Mossoró, e o Estado de Conservação do Patrimônio Edificado na Cidade”, cuja finalidade é fornecer subsídios a construção de um instrumento de referência para iniciativas que visem estudos, registros, educação patrimonial e o fomento de ações preservacionistas da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN). Uma vez que se acredita na importância da adoção de práticas de valorização do patrimônio cultural edificado e a necessidade de que esses bens sejam valorados e desempenhem funções sociais previstas para a propriedade urbana.

Neste capítulo introdutório foi abordada a contextualização do objeto de pesquisa, onde foram tecidas algumas discussões sobre as edificações serem manifestações de narrativas materiais, históricas e culturais de um espaço, podendo consagrar-se ao longo do tempo e resgatar as lembranças. As memórias evocadas estabelecem um elo histórico e pode se afirmar que estes bens consolidam relações de identidade e pertencimento importantes para a comunidade. Estes apontamentos convergem para a problemática desta dissertação. Na sequência, foram apresentados o objetivo geral e específico; bem como, a justificativa para a escolha da temática.

1.1 CONTEXUALIZAÇÃO

É através do patrimônio histórico edificado que podemos conhecer a história e suas particularidades, uma vez que essas edificações patrimoniais se relacionam mais diretamente com a vida e a parcela de uma dada coletividade, revelando períodos históricos, arquitetônicos e hábitos sociais. Nesse aspecto, segundo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), patrimônio é uma palavra originária do latim *patrimonium* que significa bens ou herança proveniente do pai. Pode ser compreendida como o legado deixado por gerações

passadas, logo, pertencentes a um contexto histórico, que pode ser entendido como bens materiais, naturais e imóveis que tenham importância cultural, artística, monumental, religiosa e documental para uma determinada sociedade (IPHAN, 1937).

Para Cury (2000) os patrimônios são bens que foram construídos em décadas passadas por seus primórdios levando sempre em consideração o tempo e a cultura no momento vivido, tudo isso passado de geração para geração, ao longo do tempo. Através do patrimônio cultural pode-se conhecer a história e a cultura experienciada por uma sociedade, por um povo ou por uma nação.

De acordo com o Decreto nº 25 de 1937, pode-se considerar patrimônio como “[...] todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo [...]” (IPHAN, 1937, p. 35).

Com base no exposto e parafraseando Nildo Lage, “a cultura de um povo é o seu maior patrimônio e preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, e permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”. Nessa ótica, compreende-se que o patrimônio cultural, e mais precisamente, o arquitetônico, tem o poder de contar uma história e de passá-la de geração para gerações. O bem patrimonial contribui para estabelecer um imaginário e auxilia na demarcação de um grupo/comunidade tanto em uma escala local como nacional. Desse modo, empreender políticas de patrimonialização e preservação, implica construir representações históricas e culturais, estabelecendo vínculos pautados em marcos sociais de memória (HALBWACHS, 2006). Foi nessa perspectiva que esta dissertação foi pensada.

Por entender que o patrimônio é nossa história, nossa identidade e uma forma de olhar nosso passado; e percebendo que as construções antigas e costumes servem para manter acesa a memória individual e coletiva de uma sociedade, memórias estas de um passado que serve como marca de sua cultura e identificação da história, sendo um fator importante para o sentimento de continuidade, procurou-se trabalhar com a temática do patrimônio cultural. Frisa-se que o autor desta dissertação, por residir em uma cidade no interior do RN, Mossoró, refletiu acerca dos poucos olhares (sociais) perante às edificações históricas e procurou entender como tudo aquilo teve início e qual a importância de manter vívida a sua história, diante de análises do ambiente construído.

Destaca-se que a arquitetura é um elemento central para análise e compreensão da história das cidades, tendo as edificações um importante papel como referência urbana. As edificações constituem-se como uma narrativa material, sendo consagradas como testemunhas da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado (BASTOS, 2014).

Essa rememoração tem valor social e cultural por meio do levantamento minucioso dos espaços e edificações históricas, ao qual, atribui-se o nome de inventário patrimonial, que segundo Morais (2013), ultrapassa a simples atividade de documentação, significando um trabalho de preservação da memória, pois é capaz de proteger a imagem, seu simbolismo, significado e a história do patrimônio edificado.

Para Baptista (2015) a criação do inventário de bens culturais brasileiros surgiu junto com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1939, com finalidade de produção, identificação e registro das manifestações culturais arquitetônicas¹. Miranda (2006), aponta que o inventário é um instrumento de documentação e proteção do patrimônio cultural reconhecido na Constituição Federal (CF), pelo art. 2161, tratando-se de uma minuciosa pesquisa de identificação e descrição do bem cultural utilizando critérios técnicos, históricos, sociais e artísticos, permitindo a catalogação das principais características físicas e culturais.

No processo de desenvolvimento de um inventário é necessário trabalhar não apenas os espaços e monumentos patrimoniais consolidados pelas instituições competentes. É preciso pensar além disso, pois o patrimônio consolida-se diante da cultura, e por cultura, segundo Santos (1987), entende-se como um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento, padrões de comportamento repetitivos gerando costumes que são reiterados pelas instituições, ou seja, pela sociedade. Ela requer a subjetividade humana e se estabelece pela sucessão da memória, contribuindo para a construção da identidade dos indivíduos e de suas comunidades.

Nessa ótica, se faz importante trabalhar o inventário pensando na inclusão e participação da sociedade. Esta, uma vez incluída, passa a considerar não somente o valor que lhe é atribuído, como contribui no fortalecimento do pertencimento do patrimônio à sociedade e estimula os vínculos necessários para o respeito aos monumentos, a educação patrimonial e conseqüentemente sua preservação.

Frisa-se que nesta dissertação será construído um inventário, a fim de subsidiar posteriores ações preservacionistas, uma vez que se parte do pressuposto que é fundamental antes de qualquer ação de preservação identificar e coletar todas as informações pertinentes dos bens patrimoniais a serem protegidos.

¹ A criação do SPHAN leva à sistematização dos inventários. Todavia, existiu anterior a criação desse órgão vários esforços anteriores, como a própria iniciativa das inspetorias de monumentos de Pernambuco (PE) e Bahia (BA) nos anos 1920. Como essas iniciativas eram embrionárias e sem sistematização, utilizando-se apenas de listagens para inventariar, optou-se por utilizar como marco legal, apenas o SPHAN, já que este foi oficializado. Essas inferências podem ser verificadas no estudo de Carmo e Borges (2021).

Assim sendo, acredita-se que a utilização do inventário, que terá como base de elaboração o fornecido pelo IPHAN, servirá ainda como meio para a busca da educação patrimonial, através da conscientização e valorização por parte da comunidade. O inventário deverá se tornar público a fim de subsidiar discussões e planejamento eficiente para a cidade, educando e sensibilizando a sociedade, assim como viabilizando ações concretas no sentido da preservação e valorização do patrimônio.

Perante o exposto, a referente pesquisa tem como finalidade analisar o estado de conservação das edificações tidas como patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural na cidade de Mossoró (RN), bem como seu registro em um inventário urbano. Corroborando assim no resgate e preservação da memória, tendo em vista que em Mossoró ainda perdura patrimônios edificados com grandes traços de sua primeira forma e construção, com a necessidade de se apresentar e ser reconhecida.

Nesse aspecto, foi realizado um estudo sobre expansão da cidade utilizando artigos científicos, dissertações, teses e livros. Buscou-se também em fontes caracterizadas como literatura cinzenta, que diz respeito a publicações não convencionais e não comerciais, semipublicadas, difíceis de encontrar em canais tradicionais de distribuição, com controle bibliográfico restrito (BOTELHO; OLIVEIRA, 2015). Ou seja, o autor deste estudo, recorreu a Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes e ao Museu Histórico Lauro da Escóssia, ambos no município de Mossoró (RN), para investigar em jornais, revistas e catálogos, recortes de alguma fonte secundária inerente ao processo histórico da cidade, ou algo que remetesse a temática discutida, a fim de mapear as edificações patrimoniais de maiores relevâncias diante sua história, contexto e o interacionismo simbólico.

Além disso, acredita-se que este estudo possa colaborar para as possíveis propostas de diretrizes para preservação e valorização do patrimônio em sua relação urbana, servindo como alicerce para o planejamento da cidade, e contribuindo para o conhecimento e sensibilização da sociedade, criando uma consciência de preservação do patrimônio. Ao passo que se pode publicizar os achados em conferências municipais, eventos científicos, jornais e rádios, na perspectiva de tornar consciente a importância do patrimônio histórico.

Com base no descrito, esta pesquisa foi elaborada nos pressupostos do método descritivo, desenvolvido pela técnica de memória oral, subsidiada por observações sistemáticas, em uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos estão baseados em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (vistoria e avaliação técnica) de modo a cumprir, de maneira processual, os objetivos estabelecidos (ESTRELA, 2018).

O desenvolvimento desta pesquisa se insere na sede do município de Mossoró, que fica no interior do estado do RN, situado no oeste Potiguar, região Nordeste do país. Ocupa uma área de aproximadamente 2100 km², estando distante 281 quilômetros da capital estadual, Natal. Em 2021 sua população foi estimada pelo IBGE em 303.792 habitantes, sendo o segundo mais populoso do RN, depois da capital, e o 95º do Brasil.

Nesse aspecto, acredita-se que o patrimônio histórico-arquitetônico possui relação com o cotidiano das pessoas, já que espaços como igrejas, casas e prédios antigos são tidas em geral como patrimônios históricos. O inventário realizado nesta pesquisa, teve a pretensão de contribuir para a história da cidade e levantar discussões acerca da preservação do passado, garantindo dessa maneira a valorização dos bens pela comunidade.

1.2 PROBLEMÁTICA

Segundo Carvalho e Amaral (2011), nos últimos anos, a correlação entre patrimônio e memória tem fundado a construção de uma nova forma de pensar e avançar na preservação patrimonial. Para Bastos (2013) o patrimônio cultural, hoje, já pode ser pensado enquanto suporte de memória social, ou seja, os bens patrimoniais podem ser tomados como um ponto de apoio na construção da memória social; como um estímulo externo, que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva de comunidades específicas.

Por meio da observação tecida por Campos (2013), evidencia-se que em Mossoró, há o constante risco da não preservação do patrimônio local. Devido ao processo de expansão urbana, gestão política complexa e ambígua, especulação imobiliária e falta de políticas públicas preservacionistas efetivas, monumentos e bens de valor arquitetônico, histórico e cultural estão fadados ao desaparecimento. Essa percepção recai em algumas observações tecidas *in loco*, como por exemplo: a demolição do “Casarão Verde”, que apesar dos grandes movimentos sociais e posicionamentos jurídicos sobre seu resguardo, o avanço no interesse mobiliário moderno sobressaiu-se; o fato de que o município não possui registros das edificações patrimoniais preservados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos (SEMURB) e nem na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, sendo estes necessários para a salvaguarda do bem. Pontua-se que o único registro municipal que se tem conhecimento é o tombamento da Cadeia Pública, a qual foi emitido pela Fundação José Augusto, instituição do âmbito estadual.

Em Mossoró, se vê com pesar, a construção de um grande cenário onde as políticas de ordenamento territorial direcionadas as ações preservacionistas do patrimônio e sua

refuncionalização, subestimaram a preservação enquanto ação da cidadania e ferramenta para o resguardo da identidade, que superam os limites do tombamento e dos interesses turísticos. Estes bens culturais edificados, remetem à história da maior cidade do estado do RN em espaço territorial, sendo, porém, muitas vezes desconhecidos até mesmo para a população que os vivenciam no seu dia a dia. Atrelada a isto, é perceptível prejuízos à memória coletiva e identidade cultural, com a descaracterização e empobrecimento do cenário urbano.

Deste modo, o problema de pesquisa firma-se no identitário do patrimônio edificado diante a ausência das políticas públicas preservacionistas, e da situação atual do estado de conservação dos bens patrimoniais da cidade de Mossoró (RN). Pelo exposto, realizam-se alguns questionamentos que servem para embasar e nortear esta pesquisa, a saber: **Quais as edificações de valor patrimonial que ainda existem em Mossoró (RN)? Qual estado de conservação destas edificações?**

1.3 OBJETIVOS

Para responder a problemática apresentada teceu-se os seguintes objetivos, a saber:

1.3.1 Objetivo Geral

Elaborar inventário das edificações entendidas como patrimônio cultural da cidade de Mossoró (RN), de modo a contribuir como instrumento de referência no fomento de iniciativas conservacionistas e preservacionista, revelando seus valores estéticos e histórico.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar a história do município e o seu desenvolvimento territorial;
- Verificar o estado de conservação dos patrimônios edificados na zona urbana estudada;
- Propiciar o estabelecimento de um conjunto de informações (históricas/arquitetônicas) acerca dos bem de interesse patrimonial, tendo em vista contribuir para ações de conservação/preservação;
- Construir um inventário de alguns patrimônios de Mossoró.

1.4 JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA

Acredita-se que trabalhar com temas que versam sobre resgate patrimonial e inventariado é atuar com bens materiais e questões simbólicas, que estão relacionados à formação da identidade da comunidade. Portanto, possui significado cultural para se sentir integrante do contexto em que vive e refletir sobre a diversidade das manifestações. Os espaços urbanos são constituídos de aglomerações culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura, que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio. O patrimônio cultural material deve ser o meio de nos ligar ao nosso passado e dar sentido ao nosso cotidiano.

Partindo do pressuposto de que a comunidade mossoroense não se apropriou do patrimônio edificado, explicando assim, a falta de oposição da população frente à destruição de bens patrimoniais na cidade. Essa afirmativa, que ressoa direta, sustenta-se no fato de pelo menos dois patrimônios terem sido demolidos, mesmo o Ministério Público Estadual tendo tido ciência do descaso dos 40 patrimônios pautados em 2015 para serem preservados², bem como, a carência de mobilidade civil em prol da importância desses bens históricos.

Nesse aspecto, esta pesquisa é importante para aproximar a comunidade ao bem e suas origens, pois é só conhecendo o passado que é possível preservá-lo diante a modernização urbana desenfreada. Os bens de relevância arquitetônica, histórica e cultural simbolizam a identidade das cidades e requerem uma reflexão sobre sua preservação. Acredita-se que o conhecimento do patrimônio proporcionará o respeito e a valorização dos exemplares do acervo cultural edificado, assim como, o fortalecimento da memória coletiva.

É indispensável perceber o valor atribuído aos bens patrimoniais, onde Riegl (2013, p.14-15) em suas considerações sobre os valores atribuídos aos monumentos, salienta que "o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribuí". Assim, vale destacar que a busca pela preservação do patrimônio cultural não está limitada ao resgate de memórias e experiências do passado. Os meios de preservação da memória patrimonial estão relacionados com projeções de futuro, devendo o passado ser valorizado e preservado frente ao progresso.

² Em 19 de maio de 2022 o Jornal TCM Notícias, expos na mídia os 40 patrimônios que o Ministério Público Estadual tomou conhecimento de possível situação de descaso com o patrimônio cultural do Município de Mossoró/RN e que mesmo assim, dois deles foram demolidos. Disponível em: <https://tcmnoticia.com.br/mossoro/demora-no-tombamento-fez-mossoro-perder-predios-importantes/>. Acessado 08 fev. 2023.

Com base no exposto, e adotando como pensamento as ideias de Hannah Arendt (1999), defende-se aqui o argumento de que, em certa medida, a sociedade não valoriza espaços patrimoniais devida carência de debates sobre o espaço público e sobre pertencimento de edificações sociais.

A não valorização desse espaço público, que é por definição um espaço social, faz com que Arendt (2018) pontue que os bens patrimoniais/culturais, não tem potencial de reconhecimento se permanecerem invisíveis na condição de propriedades privadas e eles devem ser protegidos dos interesses privados. No caso brasileiro, é precisamente essa ideia que reside, o fato de que no imaginário social, um patrimônio capaz de ser preservado, deve ser um espaço privado; espaços públicos e seus patrimônios ficam à mercê das apropriações privadas, numa visão que se denomina patrimonialismo.

Nessa ideia, se faz necessário refletir que precisamos dos patrimônios para sermos percebidos pelos outros e a nós mesmos como indivíduos ou grupos sociais, e nos situarmos diferencialmente e criticamente no espaço público. Sem esquecer, no entanto, que existem patrimônios marginais, ocultos, clandestinos, esquecidos. Por certo nenhum deles está necessariamente condenado a permanecer nessa condição obscura, limitado ao espaço privado. Nem está predeterminado de ser reconhecido na esfera pública. Em cada um deles residem modos de perceber a vida e a sociedade que desafiam as formas convencionais, e que podem vir a ocupar uma posição, uma vez que saiam do espaço privado e sejam posicionados no espaço público. Esse trabalho se realiza numa via de mão dupla entre as condições subjetiva e objetiva dos patrimônios. A vida política precisa dos patrimônios culturais edificados para manter determinadas memórias, para manter a sua continuidade; sem a vida política, no entanto, sem o seu reconhecimento público, esses patrimônios não subsistem (ARENDR, 2018, p. 178).

Desse modo, acredita-se que elaborar um inventário acerca do patrimônio material edificado em Mossoró torna-se fundamental para contribuir e reforçar o sentido de pertencimento, já que a cidade carece de meios e instrumentos para a preservação e valorização dos bens culturais. Com isso, aponta-se que a identificação e registro dos bens conduzirão ao destaque de sua importância como exemplares no contexto histórico, na evolução urbana e conseqüentemente, no reconhecimento enquanto patrimônio.

Nesse interim, infere-se ainda que este estudo se adentra na linha de pesquisa “projeto e avaliação no ambiente construído”, cuja vertente é atuar na perspectiva de conhecimentos que alimentam o entendimento e a proposição do ambiente construído, envolvendo, neste sentido, a relação pessoa-ambiente.

1.5 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Para atingir estes objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em tópicos, distribuídos em sete (07) capítulos como forma de abordar os temas pertinentes ao estudo. No primeiro capítulo constará com a **introdução**, abordando o tema proposto e sua contextualização, a problematização, bem como os objetivos que se almeja alcançar, a justificativa e a metodologia a ser aplicada. No segundo capítulo serão expostos alguns assuntos relacionados aos **processos históricos da cidade de Mossoró**, proporcionando ao leitor uma imersão no local de estudo. Tratando-se da caracterização e enfoque na fundação do núcleo urbano original até a expansão da cidade, em decorrência das transformações políticas (elevação à povoação, vila e cidade), econômicas e sociais.

O capítulo seguinte abordará a extensão do **conceito de patrimônio**, a partir da perspectiva dos valores a ele associados ao longo do tempo e na atualidade. Tendo em vista que o conceito de patrimônio cultural é uma construção social, é preciso explicitar os valores que fundamentam a definição de um bem como patrimônio.

O quarto capítulo recai sobre o que é o **inventário**, onde foi trabalhado questões relacionadas aos aspectos históricos e conceituais do instrumento de preservação arquitetônica, abordando seus tipos, aplicações e evoluções no decorrer dos anos. Por conseguinte, no quinto capítulo, é tratado o **percurso metodológico do inventário**, que tange à metodologia adotada para obtenção dos resultados propostos no estudo, procurando estabelecer a abordagem utilizada na pesquisa. Neste capítulo refere-se ainda aos inventários como instrumento de preservação, os procedimentos da coleta de dados, bem como a elaboração da análise crítica.

No sexto capítulo, busca-se trabalhar a respeito do **patrimônio cultural edificado de Mossoró**, procurando avançar na caracterização do recorte espacial ao expor a situação dos exemplares edificados nos dias de hoje. Por fim, o capítulo em questão é também contemplado com as fichas do inventário preenchidas.

O sétimo capítulo apresenta os **resultados e discussões**, demonstrando a análise das edificações e a criação das fichas do inventário, onde se faz presente a identificação e registro de exemplares dos edifícios que fazem parte do conjunto arquitetônico do município, bem como o detalhamento de seus aspectos arquitetônicos, históricos, culturais e construtivos. Expondo também os limites da pesquisa, sua aplicabilidade e o debate acerca de novos desafios. Por fim, têm-se as **considerações finais**, onde é exposto as discussões e reflexões, as quais aparecem ao longo do estudo, a partir daquilo que foi proposto enquanto objeto do trabalho, assim como as limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 PROCESSOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE MOSSORÓ



Este capítulo objetiva discutir narrativamente o processo histórico de construção da cidade de Mossoró, focando-se na fundação do núcleo urbano original, iniciado em 1701 até a expansão da cidade, abordando os aspectos de transformações políticas, econômicas e sociais.

2.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA E A FORMA URBANA DA CIDADE

Segundo o IBGE (2023), a cidade de Mossoró configura-se como a maior do estado do RN em limites territoriais e a segunda maior em população e desenvolvimento. Pontua-se que até o século XVIII, residia na supracitada cidade a tribo indígena *Cariri dos Monxorós* e que segundo Costa (2007), no ano de 1701, ocorreu a primeira tentativa de ocupação dos portugueses por meio de uma doação de terras para o Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife, onde se tinha como objetivo, a fundação de capelas, o mantimento dos indígenas, o plantio e criação de animais, como significativa parcela das cidades sertanejas que se tem origem com a atividade pecuária (FELIPE, 2001; LINS e ANDRADE, 2001, PINHEIRO, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2017). Informa-se que diante as tentativas, o fortalecimento da ocupação de terras só foi a partir de 1760, em torno da Fazenda Santa Luzia, e o crescimento populacional ocorreu no ano de 1772 com a construção da Capela de Santa Luzia.

Em meados do século XVIII, exposto pelo historiador mossoroense Geraldo Maia (2012), é narrado uma saga da evolução cronológica ocorrida nas épocas mais recuadas, no qual se traz a informação de que o Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, adquire uma propriedade na ribeira do rio Apodi-Mossoró, sendo uma localização estratégica onde se encontraria facilidade na criação de gado, como destacado por Luís da Câmara Cascudo em 1953: “A história de Mossoró fora uma história de fazendas de criar”, característica de uma sociedade tipicamente sertaneja. Tal local é referenciado no presente pela localização em que está a catedral de Santa Luzia, padroeira local.

O português Sargento-Mor e sua família, adquiriram a fazenda de Santa Luzia também com anseio de povoar aquela região. Assim, o mesmo e sua companheira Rosa Fernandes por meio da provisão das Dignidades do Cabido de Olinda, receberam autorização para construir uma capela na fazenda Santa Luzia, de sua propriedade, em cumprimento de promessa feita por sua intercessão, inclusive sendo fundamental para agregar pessoas à morada no povoado que se formava. Ressalta que a construção da Capela de Santa Luzia é considerada o marco inicial para o surgimento da Cidade de Mossoró, valendo salientar que ela também foi construída com o auxílio dos devotos circunvizinhos. Assim, a presença católica e a criação de gado constituem no século XVIII a formação do espaço mossoroense.

De acordo com Pinheiro (2006), a Fazenda de Santa Luzia, situava-se muito próximo a margem do Rio Mossoró, e continha em suas proximidades uma lagoa de água potável, sendo assim o ponto estratégico que as famílias vindas de fora escolhiam para residirem. Além das casas residenciais da família do proprietário, erguiam-se dezenas de outras, de taipa e palha, em pequenos sítios perto de poços abertos periodicamente.

Os relatos a respeito da origem do povoado de Santa Luzia, também chamado de Arraial de Santa Luzia do Mossoró, retratam que a primeira formação espacial do lugar se deu no modelo definido como “quadra de rua” (FIGURA 01), expressada por Silva (1983) em seu livro “Evolução Urbanística de Mossoró”, sendo um pequeno quadrado com a capela e casas sem alinhamento, bem como pequenas e baixas, tendo o método construtivo predominantemente de taipa, que consiste no uso do barro e da madeira, e a cobertura tendo como seus principais elementos a telha cerâmica ou as palhas de carnaúba. Pode-se também confirmar essa configuração espacial do povoamento por Cascudo (2001, p. 24): “Era assim a Mossoró de 1810, com 300 moradas espalhadas em fazendas ao redor da igrejinha que presidia a quadra de rua de casas pequenas e baixas”. O povoado consistia em apenas duas pequenas ruas que delineavam, cada uma, a delimitação lateral da capela. “Do lado direito da igreja ficava a rua do Desterro, à sua frente à rua do Cotovelo. A partir daí, lentamente, o povoado agregou novas unidades habitacionais” (OLIVEIRA, 2017, p. 39).

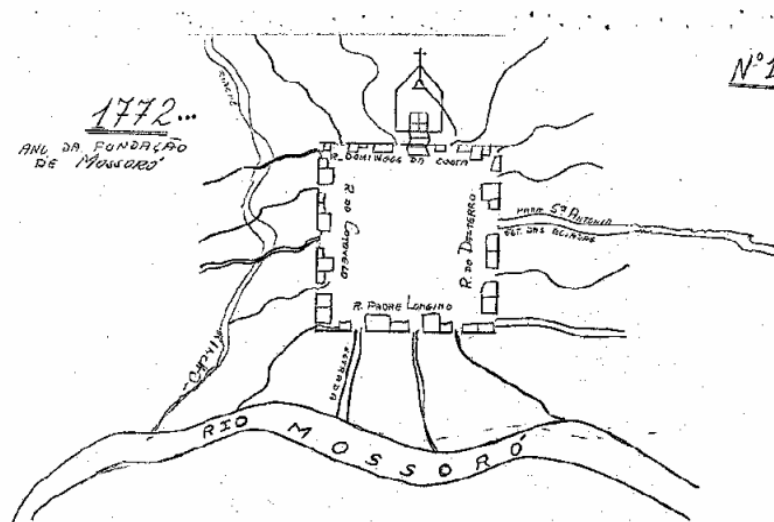


Figura 1 – Croqui do mapa da cidade em 1772.
Fonte: Silva (1983) *apud* Pinheiro (2006)

O desenvolvimento do Arraial de Santa Luzia do Mossoró, em meio ao século XVIII, continuou lento, de acordo com Pinheiro (2006). Entretanto, por estar referenciado em um importante ribeira local, na qual comunicava toda a região oeste potiguar, formulou-se como ponto de passagem dos “caminhos do gado”, onde destaca-se uma grande relevância no período

colonial. Por tais caminhos ocorria o escoamento dos rebanhos das diversas ribeiras para os mercados consumidores, bem como o fluxo de mercadorias e pessoas entre cidades, vilas e povoados, transportados através de comboios de animais e carros de boi.

Ao longo do século XIX viajantes compromissados se expuseram em missões científicas e artísticas, a fim de registrar sobre a fauna e a flora do Brasil. Dentre eles, destaca-se o Henry Koster, português de descendência inglesa que no início do século XIX, realizando uma viagem de Recife a Fortaleza, atravessa o arraial de Santa Luzia, escrevendo um depoimento acerca deste povoado.

Em 7 dezembro de 1810, às dez horas da manhã, chegamos ao arraial de Santa Luzia, edificado em quadrângulo, que consta de duzentos ou trezentos habitantes espalhados na fazenda ao redor da igrejinha que presidia o quadro da rua de casas pequenas e baixas. Os rebanhos eram rondados pelas onças e a seca dominava esgotando as nascentes. A população reagia, matando as feras a tiro e a faca, ajudado pelo cão fiel, defendendo o gado, pescando nas praias, secando o peixe na casinha de palha (KOSTER, 1978, p. 121) (FIGURA 02).

De acordo com Cascudo (2001), o depoimento de Koster, concebe o primeiro e a melhor declaração sociológico etnográfico da região, onde ele se posiciona conferindo ao relato o dever de registrar tudo o que vê com clareza e verdade em suas obras.

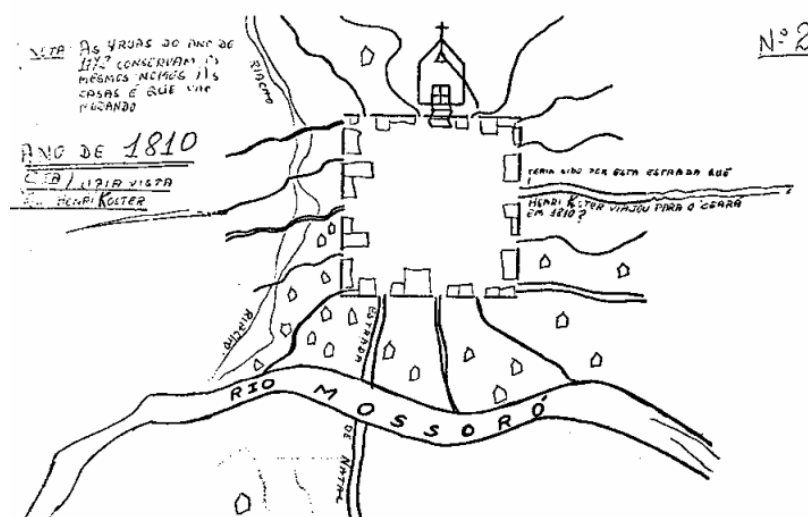


Figura 2 – Croqui do mapa da cidade em 1810.

Fonte: Silva (1983) *apud* Pinheiro (2006)

A partir de 1838, a povoação traçou o objetivo sobre a criação da paróquia de Santa Luzia, sendo um passo fundamental no crescimento de toda localidade, principalmente no século XIX, para que ocorresse a elevação à vila e depois à cidade. Esse fato significou não só a autonomia religiosa, mas também a valorização da terra (CASCUDO, 2001), onde ocorreu

somente em 1842, quando a povoação foi desvinculada de Apodi e titulada à Freguesia de Santa Luzia de Mossoró.

Mossoró tem aumentado consideravelmente, não só pelo número de casas construídas, como também pela arte e gosto que se observa nelas, podendo afirmar-se que depois da Capital, é a primeira cidade do Estado em beleza e construção [...]. Conta ela hoje com muitos sobrados e casas térreas (SOUZA, 2001 apud COSTA, 2007).

O crescimento do povoamento que se estruturava nos arredores da Fazenda Santa Luzia, sendo configurado por uma pequena quadra em frente à capela, era quase inexistente, assim como o comércio quase nulo e a agricultura pouca, que veio alcançar certa projeção somente no início do século XIX. Assim, compreende-se que no processo de urbanização o grande desafio das cidades é o crescimento e o desenvolvimento urbano, diante a geração de riqueza, qualidade de vida e qualidade ambiental para os seus presentes e futuros habitantes (ARAÚJO; CARAM, 2006).

Durante o período da Colônia e do Império, segundo Costa (2011), os espaços, norte-riograndense e mossoroense, não se apresentavam enquanto uma identidade espacial. Entretanto, a contar de determinado período, a cidade de Mossoró foi reconhecida como um centro econômica de alcance regional, a qual é determinante na diferenciação e formação de sua identidade cultural, política e social, a partir das primeiras décadas da República com a instituição da Federação e dos Estados.

2.2 MOSSORÓ: DE POVOADO A CIDADE

Desde meados do século XIX, o desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Mossoró se mostrou ter grande influência regional. Suas variáveis se põem na dinâmica histórica dos processos que a constituem, configurando um conjunto complexo, porém com fundamentos de identidade.

Segundo Cascudo (2001), o povoado de Santa Luzia de Mossoró, tendo como representante o Antônio Francisco Fraga Júnior, enviaram uma petição para se tornar Freguesia de Santa Luzia de Mossoró, requerendo em documento oficial junto a Assembleia Legislativa Provincial. Foi solicitado também que a Capela se tornasse uma Matriz, alegando que assim, haveria de ter um pároco. Por se tratar de uma população religiosa de aproximadamente quatro mil moradores, reconhecia-se que haveria meios e recursos para sanar a situação de uma Povoação, que também recai sobre os sacramentos eclesiásticos.

Para Cascudo (2001, p. 26) tal hierarquização não significaria somente uma liberdade expressiva religiosa, mas “uma valorização social da terra, garantindo-se para o futuro o progresso da povoação sob a regularidade distributiva dos Sacramentos”.

Depois de uma lenta caminhada, no ano de 1842, o Povoado de Santa Luzia de Mossoró, como também era conhecida Mossoró em razão de ter como padroeira esta santa católica, foi elevada à condição de Freguesia só após quatro anos, pela Resolução nº87, de 27 de outubro. O território de Mossoró foi desmembrado da Freguesia do Apodi, e foi criada a Freguesia de Santa Luzia do Mossoró, tendo também a Capela elevada a Matriz de Santa Luzia, passando a pertencer ao Termo e Comarca do Açu.

Segundo Costa (2007), quando desmembrada da Comarca de Assú, pela Lei de Criação nº 246, de 15 de março de 1852, marcando a emancipação política e econômica, a Freguesia de Santa Luzia passou a ser intitulada de Vila de Santa Luzia de Mossoró.

Em 1852, a Vila recém-criada que ainda se distribuía ao longo das margens do Rio Mossoró, tinha pouca feição urbana e uma atividade econômica incipiente, o que mostra que, segundo Cascudo (2001) em seus estudos sobre a cronologia histórica da cidade em questão, a emancipação foi por uma questão política e não econômica, conduzido pelo partido conservador que queria reunir os votos da nova vila, onde possuía cerca de 6.000 habitantes. Rocha (2005) ainda aponta que a expansão da criação do gado e produção agrícola, foram também vetores que impulsionaram a evolução da então vila de Santa Luzia de Mossoró.

Naquele período, as cidades do Brasil iniciaram uma redefinição urbanística adotando características europeias, isso não apenas no traçado urbano das ruas, mas também nos monumentos, empreendimentos e na conjuntura econômica. Sendo perceptíveis as preocupações nos aspectos estéticos, ligando a ideia do embelezamento das vias públicas, os maiores esforços recaíram em deixar belo as vias de passeios e prédios públicos de maior acesso popular como os teatros, escolas, bibliotecas e centros comerciais.

Em meados do século XIX, mudou-se o meio de posse do solo, deixando de ocorrer na forma de concessão, para ser realizada na forma de compra e venda, necessitando assim, estabelecer as dimensões e limites. Nesse contexto, a Câmara Municipal da Vila de Mossoró, por meio da Resolução 305, de 18 de julho de 1855, aprova o primeiro Código de Posturas da Vila em prol de avanços na incipiente vida urbana. O Código normatizava as construções, a limpeza da rua, o nível de ruído permitido, as festividades, as jogatinas, o banho de rio, o comércio da carne, do peixe e da cera de carnaúba, a pescaria, a agricultura, a criação de animais, assim como as licenças e os impostos a serem arrecadados em virtude do exercício de qualquer atividade econômica (CASCUDO, 2001 p.161).

De acordo com Marx (1991), quanto as questões urbanísticas, o documento apresentado trazia definições a respeito da altura das edificações, o material empregado, o comprimento dos quintais, a limpeza dos terrenos, e a largura das calçadas, das ruas, dos becos e travessas, bem como reparação ou demolição de edificações que ameaçassem ruína, adquirindo uma paisagem urbana normatizada e uniforme. Processo comum visto na maioria das cidades em desenvolvimento (TEIXEIRA, 2002).

Com a chegada dos primeiros navios vindos principalmente de Recife, ancorando no porto de Mossoró (como era chamado o Porto de Areia Branca), Pinheiro (2006) afirma que vieram novos comerciantes e novas firmas para fomentar e movimentar o comércio local. Entre os anos de 1860 e 1870, a Vila de Mossoró passa por uma expansão urbana e comercial, intitulada por Câmara Cascudo de “década do expansionismo”, pois a Vila crescia expressivamente o seu território com a construção de casas, armazéns e edificações comerciais. Salienta-se que tais construções seguiam rigorosamente o regimento do Código de Posturas (Resolução de 18 de julho de 1855), tendo a multa e/ou prisão como consequências do descumprimento.

A expansão da ocupação de novas áreas do lugar traz visibilidade a cidade, sendo atribuído a um polo comercial de considerável importância aos comerciantes, cujo prestígio comercial alcança, além de todo o oeste do RN, áreas do médio e baixo rio Jaguaribe no estado do Ceará e uma importante faixa do noroeste paraibano, nas bacias dos rios do Peixe e Piancó (OLIVEIRA, 2012).

A Vila se expandiu rapidamente através do comércio de importação de produtos manufaturados europeus e de exportação de matérias-primas locais, como: algodão, couro e sal para o mercado externo. A maioria dos comerciantes que se estabeleceram na Vila provinha do decadente comércio de Aracati, no Ceará.

Mossoró era vista como um ponto estratégico, pois sua localização espacial era tida como área de transição econômica entre o litoral e o sertão: a economia do litoral, com a produção do sal, das oficinas de carne seca, da pesca e com o porto fluvial; e a economia do sertão, com a pecuária, a produção do algodão e de peles (COSTA, 2007). Salienta-se que a cidade se encontrava entre duas capitais, Natal (RN) e Fortaleza, no Ceará (CE). Ressalta-se que com chegada dos navios da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira, em 1857, segundo Braz (1998), forneceu um impulso à economia local, fazendo com que a cidade de Mossoró fosse a principal via de escoamento da cotonicultura, dispondo de um grande lucro.

Com o crescimento econômico em ascensão, foi trabalhado a criação da Rua do Comércio, onde ergueram estabelecimentos comerciais e residenciais, assim como na Praça da

Redenção, sendo altamente comercial na década de 1870, ocupados principalmente por comerciantes estrangeiros (FIGURA 3).

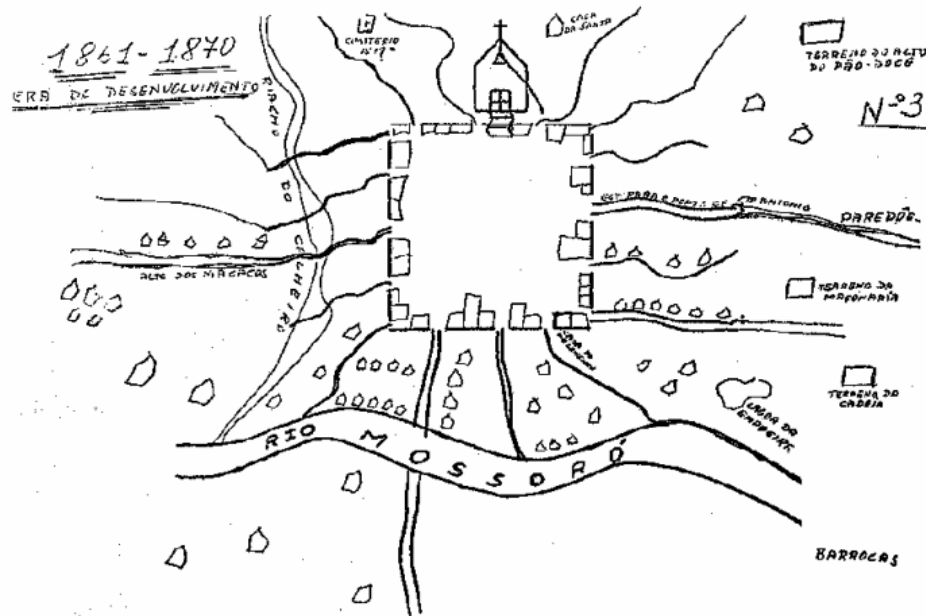


Figura 3 – Croqui do mapa da cidade entre 1861 e 1870.
Fonte: Silva (1975) *apud* Oliveira (2017)

No ano de 1870 a vila é elevada à cidade e as primeiras modificações mais consideráveis na estrutura urbana, como o tipo e o traçado das ruas, começaram a ser implementadas. Esses projetos idealizados e executados no espaço urbano, ou foram ações do poder público ou promovidas pela iniciativa privada, entretanto sempre visando atender aos interesses da classe de maior nível socioeconômico (FELIPE, 1981), assim como também obedecem às disputas políticas entre Conservadores e Liberais em torno do cenário do poder em Mossoró. Uma explicação de ordem política e não econômica.

Logo após, no ano de 1877, a cidade teve um grande impacto em seu desenvolvimento, pois foi um ano de grande estiagem, onde recebeu denominação de “seca dos dois sete”. Até este período, Mossoró havia vivenciado tempos de secas, no entanto, nenhuma das anteriores foi tão significativa quanto esta. A seca aconteceu durante período epidêmico de varíola, doença viral que poderia ter sido minimizada com distanciamento social, higienização e cuidados mínimos para a saúde. Porém, a doença surge no momento cuja falta de chuva e de organização social, está acontecendo. Este fato causa impacto muito significativo na cidade e na vida das pessoas, levando a uma série de mortes e desestruturação organizacional.

Segundo Maciel (2013), milhares de sertanejos migraram para centros urbanos, em busca de amparo contra as calamidades dos períodos de estiagem, causando preocupações

diversas aos líderes da cidade. Mossoró foi uma das cidades que mais centralizou retirantes em seu território na passagem da seca de 1877.

Tal migração era resultado não apenas das alterações climáticas, como bem sabemos, mas também da fragilidade econômica das famílias de pequenos agricultores que sobreviviam do consumo e venda de parte de suas colheitas, assim como dos jornais nas fazendas dos senhores proprietários das maiores parcelas de terras (SANTANA; BRITO, 2016).

Assim, muitos desses sujeitaram-se, durante a seca de 1877, pelas mudanças até as cidades litorâneas ou cortadas por rios que há sempre água fluindo em seu leito, a fim de que suas expectativas fossem respondidas pelos governantes locais, ou seja, que as autoridades adotassem medidas protetivas no sentido de resolver seus problemas de forma imediata (NEVES, 2000).

Aponta-se que pelo excesso de retirantes na cidade, autoridades públicas juntamente com as elites burguesas, decidiram conceder auxílios em troca de mão de obra barata, mantendo ocupados parte dos requerentes, tanto para os comerciantes, como para as salinas e até para obras municipais. A moeda de troca dos serviços prestados seria um prato de comida, e nada era dito sobre moradia ou uma melhor qualidade de vida. No Jornal O Mossoroense (1879, p.02) eram vistas nas ruas, em decorrência da fome, ausência de moradia e doenças, crianças de 12 a 15 anos e idosos pedindo esmolas, vestindo farrapos, cujo corpo mal conseguiam se manter em pé. Era uma “miséria imperial”.

Diante dessa realidade caótica, Mossoró encontrou “oportunidade” para o progresso. O que chega a ser curioso quando se pontua que em um momento de tamanha crise econômica e gastos de recursos provinciais, pudesse ao mesmo tempo ocorrer algum desenvolvimento econômico na cidade. Os grandes conglomerados suíços, chegaram na região mossoroense, destilando sonhos neste mesmo período sobre a possibilidade de contratação, melhorias na qualidade de vida e ampliação na infraestrutura social por meio da construção de uma estrada ferroviária. Esse progresso aconteceu porque na verdade, Mossoró estava sendo visada pelas grandes empresas no Brasil e no Exterior, devido ao solo rico e possuir mão de obra barata.

No final do século XIX, a cidade de Mossoró mostrou-se possuir potencialidades para o desenvolvimento, mesmo que em meio a calamidade da seca. O crescente comércio na cidade era evidente, principalmente com o intercâmbio dos produtos regionais com a Europa por meio do transporte marítimo. Porém, mesmo com esse desenvolvimento comercial, a cidade ainda era restrita ao entorno da Praça da Catedral de Santa Luzia e ruas adjacentes e com isso começou

a refletir-se em uma nova organização urbanística, concluindo-se numa nova proposta organizacional em um aspecto mais sofisticado (FIGURA 4).

Mossoró tem aumentado consideravelmente, não só pelo número de casas construídas, como também pela arte e gosto que se observa nelas, podendo afirmar-se que depois da Capital, é a primeira cidade do Estado em beleza e construção [...]. Conta ela hoje com muitos sobrados e casas térreas (SOUZA, 2001 apud COSTA, 2007).

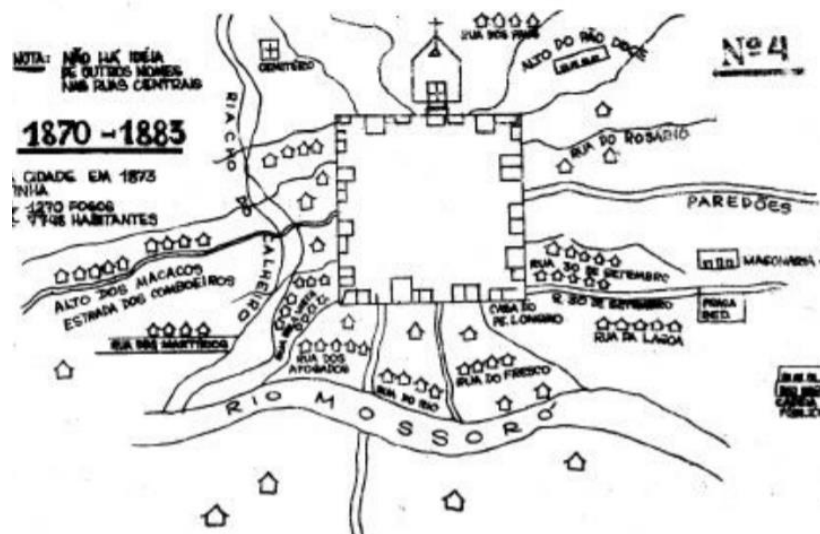


Figura 4 – Croqui do mapa da cidade entre no ano de 1883.
Fonte: Silva (1975) *apud* Rocha (2005)

De acordo com Silva (1973), em 1881, a Câmara determinou, sob a vigência do Código de Posturas (Resolução de 18 de agosto de 1855), que realizasse a reforma de algumas edificações e demolições de outras que “enfejavam” ou atrapalhavam o traçado das novas ruas e a construção de praças e edifícios novos. Com isso seriam erguidas novas estruturas de acordo com o estilo arquitetônico em vigor no Brasil, sendo ele o eclético, substituindo as construções das palhoças e casebres mais antigos que ocupavam os pontos centrais, bem como a estruturação de um novo traçado urbano que se tornou mais regular e largas (FIGURA 5).

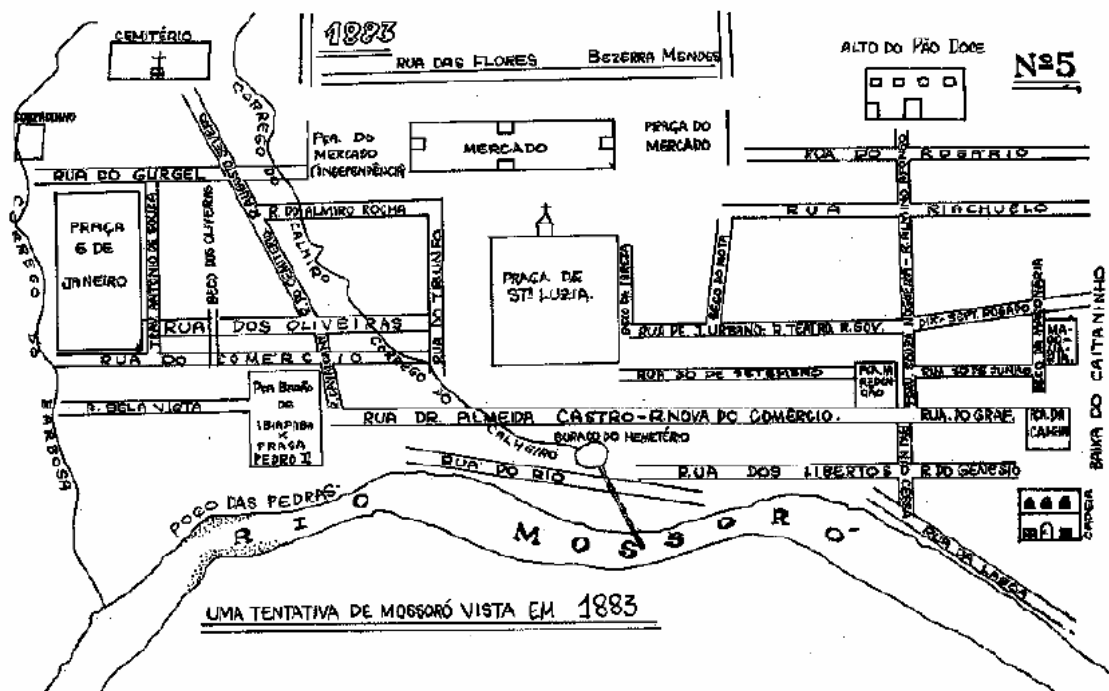


Figura 5 – Croqui do mapa da cidade entre no ano de 1883.
Fonte: Silva (1975) *apud* Rocha (2005)

Lima (2011) aponta que a seca alterou de forma contundente a dinâmica social da cidade onde ocorria a chegada de inúmeras famílias de retirantes, cujos problemas sociais não tardarão a acontecer. A fome, a miséria, as doenças e a ociosidade dos menos favorecidos eram vistos pelas classes dominantes como uma combinação perigosa à ordem vigente.

Por volta do ano de 1903, com a seca ainda vigente, a população mossoroense foi mais uma vez assolada pelas dificuldades do período de estiagem. Segundo relatos do jornal O Mossoroense, era ano de poucas chuvas, havia bandos de famintos e ociosos vagando por toda a urbe. A intendência de Mossoró pede o auxílio ao Governo do Estado e a resposta é relatada (COLEÇÃO MOSSOROENSE, 2002):

O Exmo. Sr. Governador do Estado solicitou do Governo da União, e este prometeu socorros quem matem a fome do povo. É pensamento do governo distribuir esses socorros a troco de serviços tais quais sejam estradas e açudes. Já o tínhamos lembrado porque esses serviços ocupam toda espécie de operários, e dispensam engenheiros, etc. Como já dissemos, se pudéssemos, devíamos aproveitar a oportunidade de fazer estradas, que se prestassem ao assentamento de trilhos para uma via-férrea, o que ainda melhor seria, se essas estradas acompanhassem o traçado, feito pelo Graff, que sonhou com uma estrada de ferro d'aqui ao Rio de S. Francisco.

Sendo assim, a classe dominante utilizou as pessoas que estavam nas asperezas da seca para construção da ponte em prol de alimentação. Pode-se dizer que a estrada de ferro foi construída em cima de uma mão de obra massacrada e usurpada em troca de alimentação,

mantendo assim, a população ocupada, produtiva e “salva” da ociosidade, ou seja, controlada. É nesse contexto que as elites tentaram desvirtuar a ferrovia de sua finalidade econômica, para associá-la como uma obra de socorros contra as asperezas da seca, conseguindo assim subsídios para a sua construção, onde a chegada do transporte ferroviário representaria mais uma conquista para inserir Mossoró no contexto de modernidade que o Brasil alcançava.

Oliveira (2012) realça que a chegada da estrada de ferro, tendo sua inauguração em 1915, fez com que o espaço urbano passasse por uma reorganização, pois era de grande impacto a influência da ferrovia na composição espacial da cidade. Era notório uma aproximação dos armazéns e indústrias aos trilhos, onde as linhas de trem estabelecem-se como eixos de crescimento na cidade.

Salienta-se, segundo Rocha (2005), que com o progresso e fortalecimento da cidade de Campina Grande, na Paraíba, o surgimento de novas redes de comercialização e as limitações do transporte marítimo com o surgimento e intensificação de novos sistemas de transporte, a economia mais uma vez é afetada. Mossoró deixou de ser um centro de importação e exportação por meio do rio e seu comércio passou a alicerçar no local e regional, com os produtos provenientes das fábricas de extrativismo. Além disso, com o tempo, o sal atingiu importância no cenário nacional, passando a desempenhar um papel importante na economia municipal.

2.3 MOSSORÓ ENTRE O SÉCULO XX E XXI

O período da história republicana do Brasil, envolto na República Oligárquica, foi marcado por tentativas de reurbanização modernizadora de algumas cidades. O final do século XIX foi denominado de *Belle Époque*, segundo Bonametti, caracterizado pela crença de que o progresso material possibilitaria resolver tecnicamente todos os problemas da humanidade. Com isso, as cidades se tornaram um local privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade.

Dessa forma, os arquitetos começaram a projetar edifícios decorativos em diversos estilos, bem como posicionar inúmeros bustos e estátuas nas praças e espaços públicos, como se marcassem o poder republicano na cidade. Essa arquitetura é conhecida como Eclética, que tem por significado a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas (BONAMETTI, 2006).

As três primeiras décadas do século XX foram férteis em propostas de melhoramentos urbanísticos na cidade, e assim Mossoró passa por um processo de crescimento e modernização com arquitetura caracterizada pela sucessão ou justaposição de estilos, sem que nenhum

conseguisse firmar bases duráveis. Contudo, pode-se dizer que o eclético, enfocando a função decorativa, foi o estilo corrente na cidade nesse período. Esse estilo caracterizou-se pelas volumetrias assimétricas e dinâmicas, dispostos de maneira irregular, e superfícies cobertas com ornamentação em estucaria, comumente adotadas na construção de edifícios públicos e de residências das classes sociais mais abastadas (TRIGUEIRO, 1989).

Aponta-se que Mossoró é considerada uma terra de grandes feitos, e hoje pouco se sabe e reconhece sua origem. É notório o desapego e ausência do reconhecimento do patrimônio edificado da cidade, como por exemplo, os exemplares que representam sua época de formação e economia como, a catedral (FIGURA 6) e posteriormente o mercado central da cidade (FIGURA 7 e 8), além de belas edificações modernistas, tendo como exemplo a Escola Estadual Jerônimo Rosado (FIGURA 8), projetada pelo arquiteto Moacyr Gomes.



Figura 6 – Alteração arquitetônica da Catedral de Santa Luzia, em Mossoró (RN)
Fonte: Acervo de Nascimento, 2021



Figura 7 – Mercado central da cidade de Mossoró
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)



Figura 8 – Escola Estadual Jerônimo Rosado
Fonte: Acervo de Nascimento (2021)

Salienta-se que nesse período, também foram construídas as chamadas casas de porão alto (FIGURA 9), as vezes estabelecendo a separação entre casa e trabalho, com a construção de edifícios próprios para uso comercial. Entretanto, são poucos os que se mantém, sendo praticamente perdido os últimos vestígios da arquitetura colonial existentes na cidade. Estas intervenções moldaram a nova configuração da paisagem urbana, fazendo surgir uma cidade diferente e crescida. Mudaram as escalas do conjunto e de cada edifício: foram implementados novos volumes, soluções formais, materiais e cores (MARX, 1980). O crescimento das populações urbanas forçou o aumento da tolerância em conciliar as diferenças. As cidades tinham não somente mais gente, mas, sobretudo, eram formadas de pessoas de origens culturais diferentes.



Figura 9 – Vista da praça da catedral entre 1920 e 1930
Fonte: Acervo de Nascimento (2021)

No ano de 1915, chegou o primeiro comboio da estrada de ferro, vindo do Porto Franco, em Areia Branca, introduzindo uma nova etapa na evolução das cidades, tanto pelo incremento do comércio e possibilidade do intercâmbio, como pelas modificações físicas resultantes do implemento do sistema férreo na trama urbana (FIGURA 10). As linhas de trem estabeleceram-se como eixos de crescimento na cidade, passando a competir com o centro comercial existente.

Já em 1916, segundo Juliamelli (2012), perante os arranjos espaciais que a linha férrea preconizava, foi solicitada uma planta topográfica da cidade ao Engenheiro Henrique de Novaes que era, na época, Superintendente da Estrada de Ferro de Mossoró, apresentando proposta de remodelação da área central da cidade de Mossoró, tendo depois se projetado no cenário nacional como renomado profissional da engenharia e Senador da República pelo Espírito Santo.

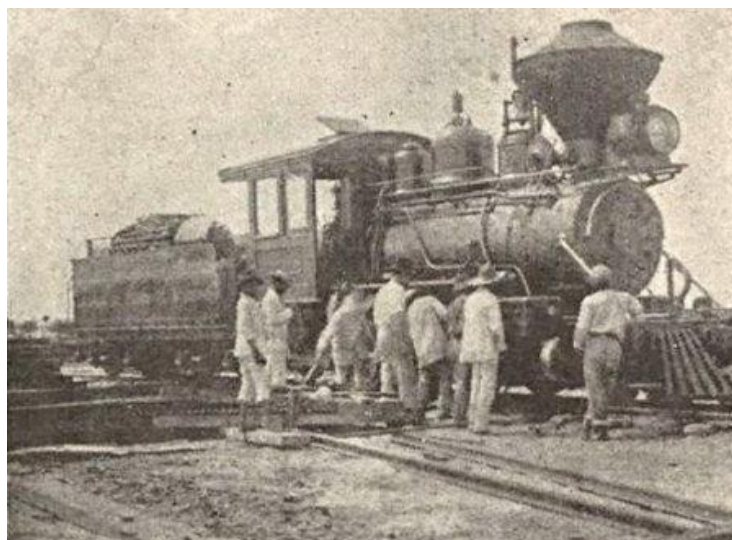


Figura 10 – O primeiro comboio da estrada de ferro chegando em Mossoró
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

A sua planta topográfica da cidade, com projeção de novos bairros e sistematização dos existentes, modificou algumas ruas e travessas antigas, e exigiu a demolição de diversas construções velhas e a proibição de algumas construções novas que não se adequavam ao plano, o que deu à cidade um novo aspecto urbanístico (FIGURA 11). A Resolução nº38 da Intendência, de maio de 1916, mandava que todos os mossoroenses respeitassem a planta do Engenheiro Novaes em toda a sua integridade (AQUINO, 1991).

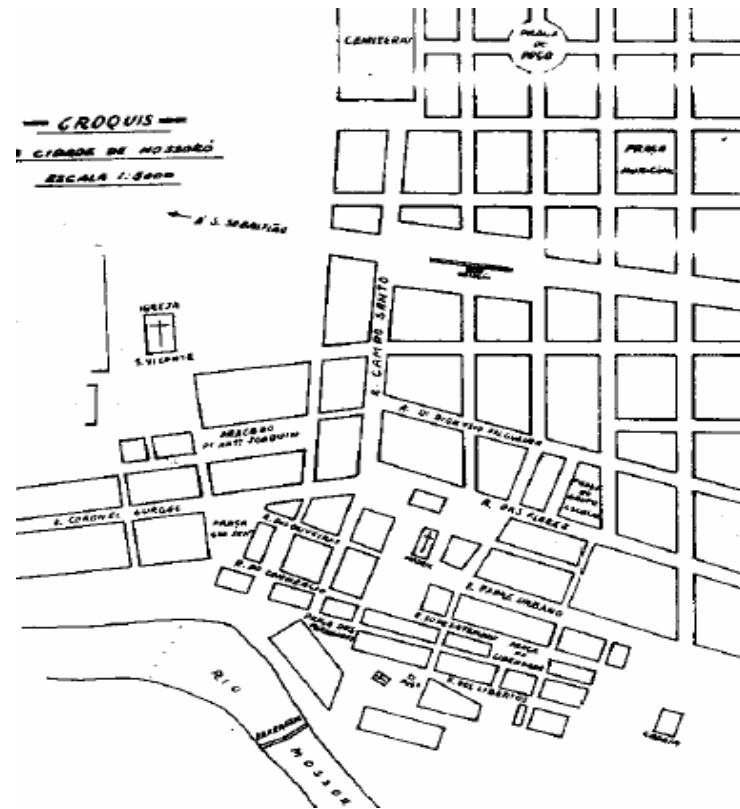


Figura 11 – Croqui do mapa da cidade no ano de 1917
Fonte: Silva (1983)

Salienta-se que os arranjos espaciais mais importantes desse período foram: o surgimento dos bairros residenciais e a expansão do centro da cidade. O desenvolvimento econômico da cidade de Mossoró propiciou o seu crescimento urbano e alterações na configuração espacial. Ocorreu, neste período, a modernização que leva a construções de exemplares da arquitetura eclética. Entre estes encontra-se o edifício da Escola Técnica do Comércio União Caixeira (FIGURA 12), onde hoje abriga a Biblioteca Pública Ney Pontes (FIGURA 13).



Figura 12 – Escola Téc. União Caixeira
Fonte: Google Imagens (2021)



Figura 13 – Biblioteca Pública Ney Pontes
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em 1922, a cidade possuía 30 ruas, 12 praças, 5 travessas e 1 avenida (SILVA, 1983), e com tal atualização, em 1926 a Câmara Municipal solicita ao topógrafo Francisco Alves Maia a Planta da Cidade de Mossoró, que foi concluída e aprovada em 1928 (FIGURA 14). A planta fez o levantamento da situação existente e previu a expansão física da cidade acompanhando a estrada ferroviária.

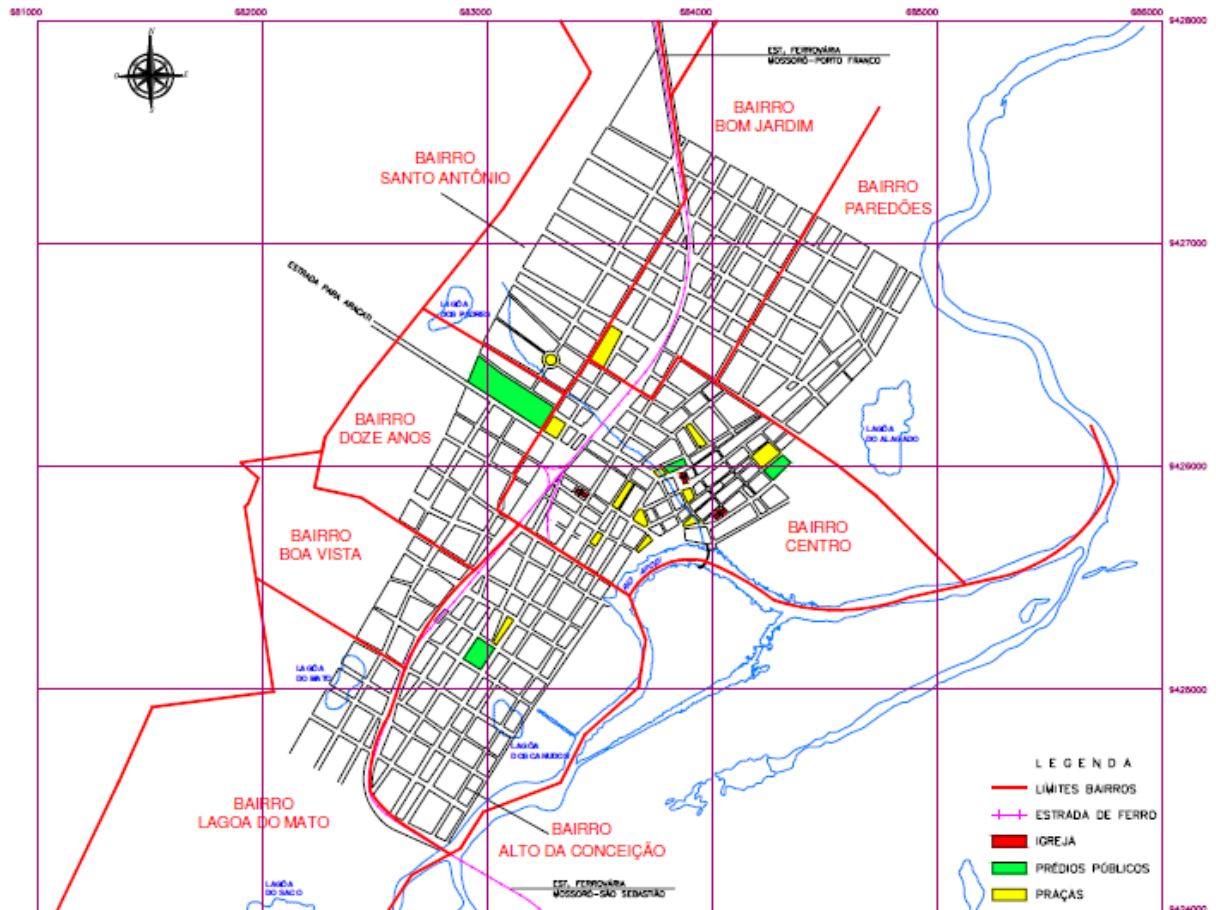


Figura 14 – Croqui do mapa da cidade no ano de 1926.

Fonte: Pinheiro (2006)

Para tal, a Planta estabeleceu demolições especialmente na Av. Rio Branco, que era o percurso da linha férrea e, portanto, “a espinha dorsal” da cidade, propiciando que os comerciantes e as agroindústrias aí se estabelecessem predominantemente. Essas transformações, em virtude da substituição do uso residencial pelo comercial e de serviços e a valorização imobiliária dos lotes do centro, vêm fazendo com que seu patrimônio cultural perca seu valor histórico e desapareça.

De acordo com Rocha (2005), no período compreendido entre 1926 e 1930 (FIGURA 15), após o surgimento de empresas agroindustriais de grande porte em Mossoró, houve uma acelerada expansão dos bairros residenciais, em especial, Alto da Conceição, Bom jardim,

Paredões e Santo Antônio, sendo os dois últimos os mais carentes, ocupados predominantemente pela população de baixa renda, salientando que a cidade possuía mais de 30.000 habitantes.

Quanto ao aspecto urbanístico, nessa época, ocorreram vários progressos. Entre eles, destacam-se as ruas que começaram a ser pavimentadas, a empresa fornecedora de energia elétrica ampliou seus domínios, os jardins públicos nas praças e a canalização para serviço d'água que estavam em construção.



Figura 15 – Vista aérea de Mossoró entre 1927 e 1930.
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

Em 1944, a cidade já ocupava grande parte da margem oeste, que contém o núcleo original da cidade. A industrialização trouxe mudanças para sua estrutura urbana, principalmente relativas à expansão e aumento populacional, contendo entre os anos de 1965 e 1989, uma população urbana de 166.000 habitantes (NATRONTEC, 2001), chegando em 2021 com uma população estimada em 303.792, pelo IBGE (FIGURA 16).



Figura 16 – Vista aérea de Mossoró entre 2019.
Fonte: Acervo Canindé Soares

Em 2017, a lei 13.568 na qual foi sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, publicada no Diário Oficial da União, expõe que o município de Mossoró, na região Oeste do RN, foi oficialmente nomeado a capital nacional do Semiárido brasileiro: “Art. 1º - Fica conferido o título de Capital do Semiárido à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte”.

O desenvolvimento econômico da cidade propiciou o seu crescimento urbano e alterações na configuração espacial existente, especialmente na área onde a cidade teve início, conhecido hoje como bairro Centro. Ressalta-se que toda essa transformação das edificações, em virtude da substituição do uso residencial pelo comercial e de serviços, e a valorização imobiliária dos lotes do centro, vêm fazendo com que o patrimônio cultural da cidade minimize.

Nesse ínterim, aponta-se a relevância que o município de Mossoró tem a nível estadual e regional, que viveu nas últimas décadas várias transformações para a sua expansão e modernização. Com isso, procurou-se fazer a caracterização da cidade de Mossoró, abordando os aspectos políticos, econômicos, históricos e culturais relativos à fundação e expansão da cidade, assim como os fatores que ainda influenciam na sua configuração espacial. Nesse contexto, é necessário atentar a respeito das implicações que envolvem esse desenvolvimento diante os patrimônios edificados da cidade. Enfatiza-se que estes são um conjunto de bens de relevância arquitetônica, histórica e cultural que simbolizam a identidade da cidade, e assim,

espalhadas ao longo do perímetro urbano, requerem uma reflexão sobre sua preservação, carecendo de estratégias para um resguardo e compartilhamento da história do município em um contexto materializado.

Analisar tais contextos como o social, econômico e histórico, é o primeiro passo para o estudo do universo onde se elaboram, se difundem e se reproduzem as diversas representações sociais. Cabe agora debruçar-se sobre a cidade de Mossoró dos dias atuais, procurando apreender quais os principais fatores a serem levados em consideração diante o patrimônio edificado na cidade.

3 BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS DO PATRIMONIO CULTURAL



Para a construção desse estudo, é indispensável buscar realizar definições relacionadas aos conceitos históricos, teóricos e legais que conduzem o estudo do patrimônio e sua relevância no resgate da memória e identidade. Salienta-se que tais conceitos é de suma importância para atribuir um melhor sentido ao assunto proposto, de maneira que este fique inteiramente esclarecido e fundamentado, no qual é de grande valia para novas reflexões e contribuições na composição de métodos de pesquisa, frisando Lefebvre (2001), o qual afirma que a cidade é obra de uma história.

Ressalta-se que para subsidiar esta pesquisa, diversos teóricos considerados fundamentais, em que se debruçam sobre a missão de identificar e analisar os mais variados elementos e aspectos que constituem a formação do patrimônio, foram considerados. Além de se realizar uma análise perante as constituições, de leis infraconstitucionais e de conceitos presentes nas cartas patrimoniais das convenções internacionais, os quais foram construídas a partir de conceitos e premissas que abrangem diferentes valores atribuídos a concepção de patrimônio cultural ao longo do tempo em busca de uma conscientização cívica.

O amplo significado de patrimônio acrescido à sua evolução conceitual, reformulados de maneira crítica, formam alicerces para a base teórica da construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Onde no IPHAN, centra-se as diversas vertentes teóricas relacionadas à proteção de bens culturais, assim como, as ações preservacionistas diante os princípios que regem a conservação e o restauro, diante os problemas de degradação e a iminência de destruição, no qual parecem sofrer um processo de sinergismo, que segundo Froner (2013), isolado, cada problema parece fácil de conter, entretanto, reunidos todos em um mesmo segmento, fortalecem o grau de complexidade no escopo da preservação.

3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTEXTO HISTÓRICO

A atenção diante o patrimônio cultural recai sobre a idade antiga no século III, no qual o império romano possuía um código regulamentador que tendia a conservação da originalidade da cidade e estabelecia sanções para quem obtivesse uma edificação com a finalidade de demolição. Tal cuidado e compromisso fez com que o império bizantino, ao final do século IV, determinasse medidas que defendessem as fachadas e ornamentos da desfiguração. Assim, com o passar dos séculos as preocupações diante da arquitetura e seu contexto histórico foram sendo repassados, chegando no período do renascimento italiano, no início da idade moderna, onde instituiu leis por iniciativa da igreja visando além da conservação das edificações, o resguardo de seus documentos (LEMOS, 2004).

Frisa-se que com os anos, seguiram-se novas medidas de preservação do patrimônio, principalmente na Europa. Assim, segundo Lemos (2004), no período barroco, datado entre o século XVI – XVIII, na Alemanha e na Itália ocorreram obras nos antigos castelos e catedrais onde evitava-se alterar sua essência e buscava-se a recuperação da memória perdida, reintegrando-a à sociedade.

De acordo com Braga (2004), o século XVIII foi marcado pelo interesse na cultura clássica, conferido por meio de grandes leituras e ilustrações, aos artistas e estudiosos da época. O avanço nas pesquisas científicas, somada as descobertas de Paestum, Herculano e Pompéia, contribuíram para notável e crescente preocupação com a manutenção do patrimônio artístico e arquitetônico da sociedade. Fato bem evidenciado durante a revolução francesa, que teve publicado um decreto sobre as antiguidades nacionais que conferia-os sendo todos de propriedade pública, e na Alemanha, no início do século XIX, que estabeleceu uma resolução de preservação ao patrimônio. Além disso, houve também uma preocupação diante das escavações arqueológicas, levando a um maior controle.

Cabe ressaltar que foi a partir do final do século XIV, no período renascentista europeu que foi dado a gênese dos inventários, cujo objetivo era não apenas registrar o monumento construído, mas todos os bens que continha dentro dele. Na ótica de Françoise Choay, a era renascentista foi o “[...] momento em que surge o projeto, até então impensável, de estudar e conservar um edifício unicamente pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte” (CHOAY, 2001, p. 28).

Pode-se inferir, com base na citação anterior que este foi um marco para arquitetura e para os historiadores, uma vez que foi a partir do período renascentista que surgem as primeiras discussões especializadas na construção de um instrumento com repertório capaz de registrar bens móveis e imóveis, como edificações monumentais, equipamentos urbanos, utensílios domésticos, livros, moedas, esculturas, quadros, indumentárias, pedras, dentre outros objetos e estruturas simbólicas sócio-histórica e culturais (MOTTA; REZENDE; 2016).

Ainda em meados do século XIX, na cidade de Roma, dar-se início a reavaliação dos monumentos arquitetônicos, que segundo Braga (2004), vêm sobre o fundamento do conceito de anastilose, que decorre de uma recomposição com partes originais do monumento, sendo empregue diante um profundo conhecimento dos estilos arquitetônicos. Além também do conceito de reintegração, que consiste em uma recomposição de partes faltantes de modo a não modificar o aspecto da obra, no qual durante sua execução, se fez necessário a utilização de materiais diferentes dos originais, seja no intuito de consolidar estruturas em perigo, seja como complementos estéticos.

No início do século XX, inicia-se uma série de conferências com o objetivo de identificar diretrizes que seriam aplicáveis internacionalmente em uma concepção comum diante a cidade. Surgindo assim os tratados, que se davam em nível internacional acerca dos conceitos ligados à preservação, servindo de base para a moderna legislação.

Na sociedade capitalista, a destruição da memória é apenas mais uma consequência da necessidade cada vez maior do novo, do imediato, do descartável, do consumível, portanto, daquilo que silencia, porque não deixa marcas. Sob esta ótica, em 1931, acontece a conferência de Atenas, que segundo Braga (2004), usou dos princípios ditados por Boito em 1883, em Roma, para obras de restauração arquitetônica, na qual foi defendido por Gustavo Giovannoni diante de bases científicas. A conferência rendeu a carta de Atenas (1931), sendo ela um meio pioneiro de expressão urbanística através de um manifesto, tendo sido redigida e assinada por importantes arquitetos e urbanistas.

A carta em si, reflete a preocupação internacional para com diretrizes comuns relacionadas à conservação do patrimônio cultural mundial, levantando questões no que concerne os monumentos antigos e as cidades a partir de um contexto específico modulado na sociedade contemporânea: os princípios legais que garantem a manutenção do edifício; as bases técnicas e tecnológicas da restauração e o princípio da ocupação e do vínculo social com a comunidade como premissa fundamental ao seu reconhecimento.

Assim, nota-se que os debates diante a preservação dos bens culturais e a incansável busca por metodologias e técnicas para resguardá-lo, há muito tempo é objeto de estudo, evidenciando o quão é importante discutir, progredir e valorizar o bem patrimonial. Deste modo, segundo Carvalho (2011), os inventários surgem como um instrumento da preservação, sendo uma documentação sobre o bem cultural que ressalta a importância de sua valorização, corroborando no desenvolvimento de diretrizes de ações preservacionista.

A carta de Atenas (1931) mencionava sobre a necessidade de realização de inventários dos monumentos em um processo que buscasse registrar, de maneira detalhada, os bens patrimoniais. Neste material, requer informações gerais sobre os monumentos, assim como levantamentos fotográficos para a formação de uma documentação de caráter internacional a ser assegurado, disponibilizado e publicado.

Chegando ao ano de 1964, têm-se o surgimento da carta de Veneza, por sua vez é redigida a partir da II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Para Braga (2004), a situação da pós-guerra europeia resultou num consenso explicitado através desta segunda carta, onde ratifica e discorre conceitos da carta anterior, além de estabelecer novas regras para a conservação e restauro de monumentos e sítios, salientando

a preocupação não somente com o monumento, mas também com o seu entorno, corroborando também com o trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1962.

Nascimento (2008), reitera os apontamentos anteriores ao relatar que este foi um trabalho que primou pela salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, objetivando uma maior proteção às proximidades dos monumentos, instituindo assim, um controle diante à execução de novos edifícios.

Dessa maneira, esclarece-se que a carta de Veneza (1964), não se apropriou do termo inventário, no entanto, demonstrou a importância e o dever em registrar o processo de conservação e estudos do monumento para eventuais intervenções, enraizando a ideia em gerar um documento que contemplasse relatórios analíticos e críticas de todas as fases dos trabalhos desenvolvidos diante os monumentos, bem como relatos sobre o sítio e a realidade na qual se inseria o bem cultural, formando assim, uma fonte de conhecimento cultural, a fim de serem dispostos aos pesquisadores.

Os avanços deste documento em relação aos anteriores consistem na definição do conceito de monumento histórico abarcando não somente as construções arquitetônicas, mas também os espaços urbanos e rurais nos quais esses testemunhos se encontram, sendo todo um conjunto. De acordo com Nascimento (2008), a carta indica os princípios que regem a Conservação e o Restauro, expondo que tais convicções devam ser idealizados e formulados num âmbito internacional, levando em consideração o contexto e as tradições locais de cada país, promovendo a internacionalização e exteriorização destes preceitos.

Como complementação da carta de Atenas de 1931 e da carta de Veneza de 1964, surge a carta de Florença de 1981, neste substrato de exposição, pode-se evidenciar que o documento amplia a compreensão do espaço do monumento para além de suas estruturas arquitetônicas: o entorno torna-se preponderante, principalmente quando se refere aos jardins e praças que partilham o espaço e, com a edificação, compõem uma estética e uma identidade local. Entendendo que a inclusão de complementares às construções faz parte de uma percepção maior do espaço e reflete a busca de uma integração homem-natureza que ocorre nos grandes centros urbanos.

A carta de Quito, de 1967, objetivando uma maior participação social e do intercâmbio internacional, diante o vandalismo urbano e o empobrecimento do patrimônio cultural, apresenta soluções de harmonização entre a demanda do crescimento urbano com a proteção dos bens patrimoniais, na perspectiva de aliar o passado com o presente como meta de

desenvolvimento socioeconômico. Em confirmação a este critério, o documento transcreve o seguinte parágrafo do Informe *Weiss* de 1963:

É possível equipar um país sem desfigurá-lo; preparar e servir ao futuro sem destruir o passado. A elevação do nível de vida não deve se limitar à realização de um bem-estar material progressivo; deve ser associado à criação de um quadro de vida digno do homem (Organização dos Estados Americanos, 1967, p.3).

Verifica-se que as situações de negligência perante patrimônio cultural duraram anos, não o bastante, ocorreu a negação das origens de cada nação, que geram lacunas irreparáveis. Na visão de Froner (2013), a relevância social e a ação cívica são basilares no que tange à proteção de bens culturais e identitários. Quando um patrimônio é negligenciado, ou seja, quando existe descaso, isso recai na ineficiência da elaboração de políticas educacionais e da pressão exercida pelos meios de comunicação que re(produzem) uma indiferença social no que se refere aos aspectos patrimoniais, culturais, históricos e memoriais.

Assim, por meio de políticas públicas preservacionistas, na perspectiva de um desenvolvimento no âmbito social, busca-se trabalhar a revalorização dos bens patrimoniais pela educação e participação da comunidade, através da criação de uma programação educativa, compatibilizando interesses públicos e privados. Logo, diante o núcleo econômico, parte-se do pressuposto de que os monumentos, assim como as riquezas naturais do país, devem ser entendidos como “recursos econômicos”, fato que atribui a estes um valor que, para além do simbólico/cultural, os inserem como elementos integrantes dos planos de desenvolvimento das cidades (NASCIMENTO, 2018).

As políticas públicas para a atividade turística são essenciais para que haja uma evolução na manutenção do passado, como o conhecimento da história e a preservação do monumento, que de acordo com Le Goff (1984), tal estrutura tem como característica a perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas. Assim, considera-se um legado à memória coletiva, especialmente nos lugares onde o acesso ao documento escrito é restrito. Nesse ínterim, o turismo pode ser visto também como uma alternativa para o desenvolvimento econômico local. O exercício desta atividade, contribui para o reconhecimento e garantia do patrimônio cultural como elemento dotado de grande importância nacional.

A UNESCO, juntamente ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), deu início, no ano de 1972, a “Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural”, potencializou ações para que a preservação do patrimônio cultural ganhasse amparo, propondo um trabalho para classificar, catalogar e preservar locais de

importância cultural ou natural, como patrimônio comum da humanidade. Como coloca Choay (2006, p. 207):

A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembleia Geral da Unesco. Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou de conjuntos que apresentam ‘um valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência’. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema. Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a Convenção criava um conjunto de obrigações relativas à ‘identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações’.

Na América Latina, as discussões internacionais que se prolongaram ao longo da segunda metade do século XX por intermédio das cartas resultantes dos congressos internacionais, influenciaram as iniciativas com relação ao patrimônio, fundamentando a construção da política preservacionista nacional brasileira. Fonseca (1997) destaca que anteriormente, no século XIX, existiu dois modelos de políticas preservacionista: o primeiro modelo, conhecido como anglo-saxônico, se voltava ao culto do passado e valorização estéticos dos monumentos, e o segundo, tido como modelo francês, estatal e centralizados, decorreu visando ao atendimento de interesses políticos do Estado. O último modelo foi exportado para certos países na América Latina na primeira metade do século XX, como o Brasil e a Argentina.

Segundo dados do IPHAN (1980), no Brasil, a primeira notícia que se tem de alguma iniciativa visando a proteção de monumentos históricos, foi registrada em meados do século XVIII, quando o Vice-Rei do Estado do Brasil (1735 a 1749) demonstra preocupação a respeito das edificações deixadas pelos holandeses, em Pernambuco.

Entretanto, segundo Morais (2013), considera-se que as origens da noção de preservação do patrimônio no Brasil situam-se no ano de 1920, quando concebido os primeiros projetos de lei a esse respeito com registros de iniciativas locais e estaduais em busca da identidade nacional.

O percurso em busca da consolidação da identidade, refletiu em interesse pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e, na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes. Tendo como marco a cidade de Ouro Preto, que foi declarada monumento nacional pelo Decreto nº 22.928 de 12 julho de 1933, em reconhecimento a seu rico passado histórico como principal cidade do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais e seu afamado patrimônio edificado.

É neste período que se começa a pensar na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional sob forma de institucionalização, tendo a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), que de acordo com Fonseca (1997), foi primeiro órgão brasileiro voltado para a preservação do patrimônio criado no ano de 1933 como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional, tendente por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. Tal entidade agia de maneira a impedir que, objetos antigos de grande valia histórica ao país fossem retirados em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas em função da modernização das cidades.

Em seguida, no ano de 1937, houve a criação do SPHAN, a mais antiga entidade oficial da América Latina responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, na qual era integrado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES), na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação.

Segundo Fonseca (1997), sua atuação foi regulamentada pelo Decreto nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano, voltado para garantia de atuação legal do novo órgão diante a questão da propriedade. Consta em seu Art. 1º:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Os bens só eram considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupada num dos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas-Artes e Artes Aplicadas. Desde então, surge o termo tombamento, que segundo Morais (2013), é definido como um instrumento organizador e catalogador, consistindo em um meio legal para registrar e compatibilizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional com o direito de propriedade, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro.

Os objetivos da criação do Serviço foram estipulados no artigo 46 da Lei, no qual se afirmava: “fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Segundo Baptista (2015), ainda que tenha fundado um órgão federal com competência para tratar questões relativas à preservação do bem patrimonial, o então criado apodera-se dos

inventários apenas como um instrumento de identificação e catalogação para os tombamentos, que se restringiam aos imóveis de caráter excepcional. Pondo o inventário em seu primeiro momento, com toda sua diversidade, em um lugar secundário, focando somente na ação do registro em si.

No ano de 1938, com a carência de registros sobre a arquitetura nacional, de acordo com Carvalho (2011), é proposto um inventário mais detalhado da arquitetura urbana e rural, onde buscou-se compreender e detalhar um estudo das técnicas construtivas utilizadas e do mobiliário. Mesmo assim, os bens culturais, sendo ele isolados ou em conjunto, eram inventariados por suas características estéticas, distanciando-se das relações espaciais urbanas, sociais, culturais e econômicas, sendo esse foco alterado na década de 70.

No ano de 1970, o SPHAN passa a ser reconhecido como IPHAN após o Decreto nº 66.967 de 27 de julho. O IPHAN, como é intitulado até hoje, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela promoção e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, com o intuito de fortalecer as identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O IPHAN trabalha com um universo bastante diversificado de bens culturais, e possui instrumentos específicos de acordo com a natureza do bem. A sua atividade se dá através da realização de inventários e diagnósticos de avaliação do patrimônio e de aspectos a ele relacionados, estudos estes que fundamentam a realização dos tombamentos, a regulamentação das áreas tombadas e do entorno, os registros e os planos de ação necessários.

Assim, o entendimento dos inventários começa a compreender a catalogação, coleta e sistematização de informações e a produção de estudos e pesquisas, como garantia não apenas da integridade física do bem imóvel, mas também a compreensão geral da mesma em toda sua complexidade, visando a sua perpetuação diante desse processo evolutivo. Além disso, ao incluir a participação da sociedade, não só passa a considerar o valor que lhe é atribuído, mas também contribui para fortalecer o sentimento de pertença do bem à sociedade.

Inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 5). Os inventários são necessários e fundamentais para revelar não obstante a edificação construída, mas todas as relações que participam dela, sendo preciso saber ver a cidade/arquitetura em suas múltiplas temporalidades (NOGUEIRA, 2015, p. 2)

Segundo Leonardo Barci o inventário tem sua função original de produzir um registro, porém, se bem explorado, pode vir a “constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar” (CARVALHO, 2011 *apud* LIMA, 2004, p. 69), pois ressalta-se que as avaliações feitas de maneira isolada oferecem informações parciais e insuficientes. É fundamental que o estudo do monumento e suas avaliações, considerando as suas particularidades que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história, sejam analisadas e integradas por uma equipe para o diagnóstico diferencial.

Inventariar é proceder sobre a compreensão de construir um saber, que de acordo com Chaves e Filho (2007), trata-se então do levantamento dos dados necessários para construção do entendimento histórico de como surgiu a edificação, assim como suas características primitivas, seus elementos construtivos, suas modificações com o tempo, etc., por meio do conhecimento que as estruturas expressivas de qualquer manifestação cultural informam sobre ela. Assim, é notório o quanto essa nova abordagem para os inventários é indispensável, principalmente pelo desenvolvimento acelerado das cidades, sobrepondo arquiteturas e paisagem urbana. A leitura do espaço urbano se altera mesclando diferentes momentos, levando a diversos estilos arquitetônicos, provocando a perda de suas características mais singulares (CARVALHO, 2011, p. 6).

Mossoró possui um acervo patrimonial significativo, sendo de fundamental importância a preocupação com a sua preservação, consistindo grande relevância para o desenvolvimento local diante sua história. Nesse sentido se faz necessária a abordagem de conceituações para melhor avaliar as contribuições e limitações sob o aspecto arquitetônico, histórico e cultural, a fim de averiguação de atos do passado no que tange a formação da identidade cultural da sua população e para melhor compreensão dos instrumentos passíveis a serem adotados no município.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITO E DEFINIÇÕES

O conceito de patrimônio contempla diversas definições, sendo preciso compreender os aportes teóricos sobre o processo de sua formação, na qual foi se alargando desde a formulação inicial, em função de valores de outras noções que foram sendo associadas. Segundo Costa (2007), o termo patrimônio alude a um conjunto de bens, de propriedade de outrem, associado comumente às noções de herança, legado e posse. Assim, se faz necessário refletir sobre suas definições, a fim de estabelecer a noção atual de patrimônio cultural, que se relaciona em função

da representatividade simbólica/material e valor único, que foram associadas ao longo do tempo.

Em se tratando da etimologia da palavra patrimônio cultural, de acordo com Françoise Choay (2001):

A noção de patrimônio cultural, tal como se conhece hoje, decorre da concepção de monumento, enaltecer aquilo que é construído por grupos de indivíduos com o intuito de rememorar ou promover a lembrança de momentos históricos, rituais ou crenças, tendo predominantemente função memorial (CHOAY, 2001 p. 11).

Desde meados do século XIX, a concepção de patrimônio cultural como conjunto de bens a ser preservado começou a delinear-se com mais clareza, somando e sobrepondo-se aos valores artísticos e históricos. Ocorreram grandes ações, fatos e teorias memoráveis sobre a conservação dos monumentos, sendo feitas descobertas nas ciências físicas e químicas, bem como o progresso da arte e da arqueologia.

Em se tratando da historicidade do conceito de patrimônio cultural e sua procedência, aflora-se com outras noções e definições que, ao longo do tempo, tiveram participação para a sua configuração. De acordo com Morais (2013), até meados do século XX os pontos norteadores da preservação, centravam-se para as questões técnicas da conservação e restauração, abstendo aos avanços no sentido de uma renovação conceitual.

Denota-se que a noção de patrimônio cultural é uma construção moderno no sentido de atitude intelectual, que segundo Paoli (2012, p. 1) “caracteriza por um sentimento de crise que leva o homem a desestabilizar seu próprio mundo, colocando-o em discussão”, sendo moderno o sentimento de ruptura que leva à construção da ideia. O produto de um processo histórico que foi recentemente instituído como conceito das ações preservacionistas, encontra-se em constante processo de reavaliação e ampliação.

Para Choay (2001, p. 127), “a década de 1820 marca a afirmação de uma mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa”. Nesse momento, com a iniciativa dos revolucionários em destruir os bens da nobreza, houve um movimento dos intelectuais motivados pelo sentimento de perda, sendo necessário elaborar um plano para impor os bens como propriedades coletivas que não poderiam ser destruídas. Desde então, outros valores instituídos e o patrimônio teve estatuto jurídico e tratamento técnico diferenciado, considerando os bens patrimoniais insubstituíveis. Abreu (2003) considera esse momento sendo o ponto crucial para o sentido contemporâneo do conceito de patrimônio cultural de uma nação.

A preservação patrimonial no que tange a ações idealizadas e realizadas por órgãos públicos legalmente instituídos, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio, tendo a função de defender e favorecer os bens culturais do país, pode também ser considerada como uma prática recente. Consta-se que as primeiras diretrizes internacionais começaram a ser delineadas na década de 1930, iniciando por países europeus e sendo aderidas aos poucos por outros continentes, passando por segundas adaptações nas ações oficiais de preservação.

A partir das convicções de preservacionistas como John Ruskin, William Morris e Gustavo Giovannoni, as áreas históricas passaram também a ser contempladas, pois de acordo com Jokilehto (2002) inicialmente o termo patrimônio dizia respeito ao monumento ou monumento histórico e a partir do século XIX, o cerne do conceito, com a contribuição desses intelectuais entendendo que não só o monumento deveria ser preservado, mas também seu entorno, contribuiu, no fim da década de 1860, para instituir a noção de patrimônio urbano, considerando como monumentos históricos a arquitetura não monumental e a malha urbana.

Entretanto, só em 1970, segundo Costa (2007), o patrimônio urbano foi consagrado, sendo a cidade passada a compreensão de um artefato cultural, produzido por uma dada sociedade, reunindo o saber e o saber fazer. O reconhecimento patrimonial é baseado nas noções de valor humano universal, de autenticidade e conservação, tornando-se necessário ter em conta o processo de construção, apropriação e transmissão dos valores com base na perspectiva simbólica e como uma prática cultural.

De acordo com Aurélio e Scalabrini (2004), o patrimônio passou de testemunho do passado a portador das práticas sociais e a registro da memória. Anteriormente, o patrimônio estava ligado às ideias de monumentalidade, excepcionalidade, antiguidade e herança social de um passado comum.

Com o decorrer dos anos, foi entrelaçado ao patrimônio os valores artístico, histórico e de identidade nacional, passando a ser relacionado a um conceito de cultura mais abrangente, contemplando a diversidade cultural e imaterial, se aproximando ao que temos hoje. A partir de 1940, capitaneada principalmente pela atuação da UNESCO, ascende a concepção que privilegia o respeito à diversidade cultural, seja em relação à multiplicidade de expressões culturais ou à dimensão imaterial (ABREU, 2003).

Em 1972, no documento da UNESCO intitulado “convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural”, pode ser encontrado o conceito de patrimônio mundial dividido em dois: “patrimônio cultural e patrimônio natural”, sendo esse o conceito mais amplo utilizado até hoje. Ademais, a convenção de 1972, instruiu a adoção de um modelo de gestão

ligadas aos programas de planejamento e a constituição de órgãos para tomada de medidas jurídicas, técnicas e administrativas referente a preservação do patrimônio cultural.

O autor Gonçalves (1996), na necessidade de melhor compreender o processo do patrimônio cultural brasileiro, estudou e levantou reflexões sobre a temática. O autor expõe que

“[...] o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio” (GONÇALVES, 1996 p. 112).

Segundo Cunha Filho, Telles e Costa (2008), a tutela do patrimônio cultural brasileiro é um dos principais objetos de investigação dos direitos culturais, tendo seus bens culturais divididos em duas dimensões, sendo eles os: bens de natureza material e os bens de natureza imaterial, dotado de grande significado e relevância artística, cultural, religiosa, documental ou estética, diante uma comunidade.

A intersecção que permeia a natureza material e imaterial possui camadas complexas. Isso porque essa compreensão passou a ser vista em contraposição as discussões de materialidade e imaterialidade. A ideia de matéria na base dessa argumentação está na palavra latina *materies* ou matéria, que significa mater (mãe). Esse termo passou a representar algo concreto, sólido, ligado a naturalidade do ser e foi tecida analogia a madeira, que a tudo alimenta, como a mãe. A relação desse termo com a cultura, findou no conceito de cultura material como sendo uma totalidade do mundo físico, apropriado pelas sociedades humanas e completamente palpável. Reflete-se que para extrair toda a riqueza de um objeto material, é essencial ter-se em conta o seu valor de uso social (FUNARI, 2013). Uma vez que estão incluídos não apenas o que ele transforma no decorrer do tempo. Como já apontou Karl Marx, em seus estudos:

Animas e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais são, não apenas produtos do trabalho – talvez do trabalho do ano anterior – mas, igualmente, na sua forma atual, produtos de uma transformação contínua, sob o controle humano e por meio do seu trabalho, por muitas gerações (FUNARI, 2013, p. 14).

Dessa forma, fica claro que mesmo a “natureza” é o resultado do trabalho humano e apresenta-se como cultura material, composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. O que seria, então, o imaterial? O conceito de patrimônio imaterial tem um valor heurístico que permite esclarecer as relações entre o material e o imaterial. Antes de segregar,

deve-se considerar a estreita interação, ressaltando que o imaterial constrói o material e, ao mesmo tempo, o material incorpora e exprime valores imateriais (HERZFELD, 2004). Um se construindo em relação ao outro. Usaram-se anteriormente, expressões que podiam gerar discussões até mesmo de caráter religioso, como no caso de cultura espiritual. De maneira mais prosaica, a imaterialidade foi resumida à impossibilidade de tocar.

Smith (2006) declarou nas suas pesquisas que tanto o patrimônio material como imaterial, possuem vinculação dinâmica e um processo humano vivo. Para o autor, é

[...] espírito e matéria, espírito e lugar. A expressão “espírito do lugar” anuncia, ela própria, os dois elementos fundamentais dessa relação: o Espírito que retorna ao pensamento, aos humanos e aos elementos imateriais, e Lugar que evoca uma localização geográfica, um ambiente físico, quer sejam, os elementos materiais. O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar investe e estrutura o espírito. A relação entre o pensamento e o mundo material não é unívoca, mas dialética, plural e evolutiva (SMITH, 2006, p. 70).

Segundo Machado (1986), na década de 1930, a França instituiu a noção de monumento natural e sua conseqüente proteção, apesar de serem o país precursor na criação de uma legislação patrimonial, não foi o primeiro na inclusão do termo em uma legislação federal, sendo o Japão no século XIX, segundo Bourdieu (1993).

De acordo com Kersten (2000), essa noção juntamente aparece também no Brasil expressa na constituição de 1937, evidenciando a preocupação com a proteção dos bens culturais e naturais.

Artigo 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, dos Estados e municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937a *apud* Scifoni, 2006 p. 31).

Vê-se assim que o patrimônio natural nasceu, também no Brasil, sendo consagrado internacionalmente sob a designação de monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de características como o valor estético, cênico e de caráter inviolável. Isso se deu por meio da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, documento da Unesco resultado da realização de uma conferência em Paris, no ano de 1972, como já mencionado.

Ressalta-se que o monumento natural apareceu como o antecessor e fundador da ideia de patrimônio natural, compreendendo seu desuso. Entretanto, não foi o que ocorreu, pois ao invés do termo ter se desqualificado, ele tomou maiores proporções fortalecendo-se como uma categoria específica de área protegida. Scifoni (2006), pontua que o monumento natural recebeu

uma formulação que lhe garantiu um caráter mais concentrado que o primeiro. Sendo definido pela União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN)³ como uma “área que contém uma ou mais características naturais/culturais específicas de valor relevante ou excepcional por sua raridade implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou sua importância cultural” (UICN, 1998, p.198).

No tocante ao termo monumento, de acordo com Freire (1997) destaca que é um substantivo originado do verbo latino *monere*, que expressa o fazer lembrar. Segundo Le Goff, ao referir-se ao termo monumento em latim, explica que:

[...] o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1985 *apud* TOMAZ, 2010 p. 6)

Em semelhança às definições apresentadas por Le Goff, o pesquisador e historiador Alöis Riegl, construiu um marco conceitual tênue sobre os aspectos do monumento e publicou em seu livro “o culto moderno dos monumentos”. Em sua obra, compreendida por muitos estudiosos como um marco para as discussões de preservação, conservação e restauração patrimonial, o autor expõem que não existe definição sobre patrimônios e sim de documentos, onde a compreensão valorativa é distinta. Além disso, este foi o primeiro a definir os valores histórico e artístico e incluir novas nomenclaturas de monumentos. Para Riegl (1987):

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra) (RIEGL, 1987, p.35 *apud* Moreira, 2014).

De acordo com Choay (2006), a gênese das discussões históricas sobre monumento surgiu em Roma, por volta do ano 1420. Onde entende-se o monumento como bens culturais construídos em um determinado período. Essa construção foi edificada por olhares artísticos, de convergência cultural, onde a estrutura criada visa ser comemorativa, alegórica e unir massas edificadas em uma única parte representativa, testemunhando assim, a história e materializando a memória coletiva.

³ UICN avaliam tecnicamente o valor universal do bem, o escritório do patrimônio mundial, estuda as opiniões dos pareceristas

Choay (2006, p. 26) traz diferenças significativas ao pensar os monumentos. Trabalha-se com a ideia de monumento (enquanto construto simples) e monumento histórico (enquanto construto complexo), apontando que o monumento objetiva reviver um passado mergulhado no tempo, já o monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração.

O patrimônio natural é feito por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais (IPHAN, 2004).

Artigo 2. Para os fins da presente convenção serão considerados como **patrimônio natural**:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os sítios naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1985, p. 2).

A preservação do patrimônio natural depende necessariamente da consciência e do orgulho com que os grupos sociais o amparam e guardam como elemento da própria identidade, bem como propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza. Segundo Delphim (2004), a CF recomenda que a legislação cultural busque novas formas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. A preservação do patrimônio cultural se ressentida da falta de alguns dispositivos legais para acautelamento do patrimônio natural, de forma tão eficaz.

Ao prosseguir da trajetória da expressão patrimônio cultural até sua afirmação como conceito, é percebido o progresso na questão patrimonial nos anos transcorridos a partir do encontro em Atenas, que desde então procederam-se cartas, recomendações, regulamentos internacionais de proteção e expansão do conceito de patrimônio cultural e natural, bem como fortalecendo a necessidade em propagar sobre a preservação dos bens, vindas de especialistas da área de conservação e restauro.

3.3 PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Ao refletir sobre um espaço de relevância histórica, nota-se que tal espaço evoca lembranças de um passado, sendo capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos, fundamentando e explicando a realidade presente. Assim, o reconhecimento de uma obra como produto cultural é consequência desta consciência histórica que, através do tempo segue uma trajetória e que, portanto, se torna necessário preservar, conservar e restaurar lugares que um dia trouxeram vida para outras pessoas e suscitaram momentos inesquecíveis.

Para Toutain, Lima e Ribeiro (2016) os últimos dez anos foi marcado pela preferência social acerca da não preservação patrimonial. Onde tem-se verificado cada vez mais que em meio ao domínio econômico e político, as cidades, por questões meramente comerciais, optaram por demolir o velho, por considerá-lo impróprio e feio, não estando adaptadas às demandas modernas. Passando a substituí-lo pelo novo em busca de reproduzir capital e atender as demandas sociais que se reconfiguraram com o tempo.

Contudo, Lefebvre (2001, p. 62) afirma que essa visão econômica e política, quebra a história e toda sua essência. O patrimônio é um instrumento de afirmação da identidade que continua “viva” e que “possui uma voz própria, tem algo a falar”, portanto, deveria ser preservada, conservada, restaurada e assegurada sua manutenção.

Atualmente, o conceito de preservação é uma palavra que envolve a definição de políticas e opções de ação, tendo tomada de decisão gerencial e financeira, incluindo atividades de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de impedir posterior deterioração de acervos (CONWAY, 1996 *apud* GOMES, 2000 p. 21).

Carvalho e Aras (2020) discutem que a preservação é manter a natureza intocável, promovendo ações que garantem a manutenção das características próprias do ambiente e as interações entre os seus componentes. É necessário que se empregue todas as ações possíveis, no sentido de se manter a integridade do espaço, assim como a totalidade das informações nele contidas, sem que se torne necessária uma intervenção futura de algum processo mais complexo como a restauração.

Acerca da conservação e restauração dos espaços, frisa-se que foi no século XIX que esses conceitos começaram a ser estruturados como disciplina e ações científicas. Também é nesse período que se assistiu ao confronto entre duas grandes teorias: uma intervencionista, que predomina no conjunto dos países europeus; a outra, anti-intervencionista, que é mais própria da Inglaterra (CHOAY, 2001). Contudo, hoje a tendência é considerar a conservação e a

restauração como áreas integradas, complementares e interdependentes e, de forma nenhuma, excludentes.

A conservação busca estender a vida útil do bem, procurando mantê-lo o mais próximo possível do estado físico em que foi criado, é definida por Silva (1998) como um conjunto de procedimentos específicos envolvidos na proteção de materiais contra a deterioração, danos e degeneração do bem, tendo por objetivo desacelerar o processo de degradação e melhorar o estado físico do suporte, aumentando sua permanência e prolongando-lhe a vida útil para as presentes e futuras gerações.

Um termo muito antigo, mas que foi resgatado atualmente é a conservação preventiva. Autores (BECK, 1995; SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2019) definem como um conjunto de ações que visa a manter a integridade física dos acervos através da prevenção do aparecimento ou atuação de agentes de degradação, buscando retardar a degradação dos objetos e materiais.

Segundo Vieira (2014, p. 188), a ação preventiva de conservação, propõe atuar no ambiente externo através do controle de fatores como luz, temperatura, umidade, ataques biológicos e manuseio, elementos esses diretamente responsáveis pelos danos imediatos dos materiais. Em se tratando das ações da conservação preventiva, o objetivo principal está em “intervir na deterioração física e química por meio da utilização de profissionais altamente qualificados”.

No que tange a restauração, Baldini (1994) relata que este conceito deve ser entendido como um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo espaço ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade, ressaltando que o melhor restauro não é aquele no qual se conseguem ótimos resultados estéticos, mas o que devolve a leitura da obra respeitando sua integridade física e química. Restaurar é devolver as características mais aproximadas do seu estado original. Requer a utilização de equipamentos adequados, infraestrutura, laboratório e, sobretudo, especialistas.

Cassares (2008, p.37), enfatiza sobre a conceituação dos termos conservar e restaurar definidos pela *European Confederation of Conservator Restorers Organisations* (ECCO):

Conservação: consiste principalmente em ações diretas no bem cultural degradado, com o objetivo de estabilizar suas condições e retardar sua deterioração. [...] Conservação é um processo que inclui ética e conhecimento científico dos materiais envolvidos

Conservação Preventiva: consiste em ações indiretas para retardar a deterioração e prevenir danos através da criação das condições ideais para a preservação do bem cultural de acordo a compatibilidade de seu uso social. [...]. A conservação preventiva atua na busca de medidas que previnam danos ou reduzam a ação de potenciais riscos

nas coleções, minimizando a deterioração para evitar tratamentos invasivos de estabilização. [...]. Sua ação é focada mais a coleções e não a objetos individuais[...]; **Restauração:** consiste em ações diretas no bem cultural danificado ou deteriorado com o objetivo de facilitar a sua percepção, apreciação e riscos potenciais de compreensão, respeitando suas propriedades estéticas, históricas e físicas.

Diante os conceitos, há os pontos comuns em todos eles, que são os princípios da restauração, que determina o dever em respeitar as técnicas antigas, usando materiais que sejam compatíveis com os antigos, trabalhando sempre com a reversibilidade e documentando todo o trabalho de restauração com fotos e lista de materiais usados, elaborando assim um inventário para estudos futuros. Desse modo, as técnicas de restauração e conservação têm como objetivo maior a preservação dos bens em toda sua essência.

3.4 PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2015) a memória é definida como lembrança, reminiscência, recordação, mas também como monumento comemorativo, e “memorar”, é definido como trazer à memória, tornar lembrado, mas também como comemorar, solenizar.

Assim como a memória, o patrimônio cultural é um dos meios de (re)afirmar uma identidade, sendo que a dimensão atingida por esse bem patrimonial corresponde aos vestígios do passado ancorado em uma experiência, ou seja, a lembrança de um passado vivente. As memórias de um passado são passíveis de consolidação no presente, constituindo o sentimento de identidade que comporta, além da parcela individual, uma porção social ou coletiva, isto é, a imagem do sujeito está ligada ao seu pertencimento a um grupo. De acordo com Félix (1998), a identidade está associada ao espaço, onde a lembrança de lugares e objetos fixa a memória, criando referências aos sujeitos.

Breakwell (1992, *apud* COSTA, 2007) relaciona quatro princípios de formação da identidade memorativa, a de autoestima, continuidade, distinção e controle. A identidade de **autoestima** refere-se à relação ao grupo, que se liga ao sentimento de valor e orgulho social; a de **continuidade**, tem como ponto de fixação a ligação entre passado e presente nas dimensões espacial e temporal; a **distinção**, recai na necessidade de individualidade, de se sentir único; e o **controle**, relaciona-se a confiança do indivíduo em relação a resolver problemas no espaço em que vive.

Conforme Frochtengarten (2005), o sentimento de pertença a um grupo ou indivíduo, não pressupõe a presença atual de seus membros ou algo materializado, podendo suas

influências se manterem vívidas, pois a memória não está aprisionada nos objetos. Entretanto, a presença sensível, como antigos companheiros ou a materialidade, fortalece a existência nos pensamentos, mantendo o passado então em constante reconstrução, caracterizando o presente e construindo um ideal para um futuro, sendo a memória coletiva é formada para dar sentido e estabelecer a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo. Segundo Halbwachs (1956), as lembranças são frutos de uma atividade de reconstrução do vivido.

Denota-se que a cidade, como construção humana, é o reflexo de uma variada gama de valores, construções históricas e sociais que se relacionam ao imaginário (FREIRE, 1997). O espaço urbano que abarca o patrimônio cultural edificado é o local onde a dimensão subjetiva revela-se de forma mais acentuada, considerando que a memória é essencial para uma cultura que deseja salvaguardar suas características e como ela é diretamente ligada à identidade. “A memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde um documento escrito até os grandes monumentos arquitetônicos. Esses bens patrimoniais tornam próximo o que é distante no tempo e no espaço” (MEIRA, 2004 p. 36).

Patrimônio como lugar de memória, se define como um espaço que adquire significado por meio da experiência, onde a dimensão interrelacional entre o indivíduo e o ambiente, permeado pelas relações sociais, possibilitam a estruturação de uma rede de significados e sentidos culturais (CARLOS, 1996). Assim, valores e significados lhe são atribuídos, e por basearem-se em valores que são construídos socialmente e historicamente, o processo de apropriação e, portanto, da estruturação de identidade, são dinâmicos.

“o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundir-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais” (RESGATE, 2004 *apud* CABRAL, 2006 p. 37).

A memória tem uma função de reforçar o sentimento de pertencimento dentro de uma comunidade, na qual segundo Pol (s/d, *apud* GONÇALVES; JERÔNIMO, 2008 p. 2) esse “sentimento deve ser tomado como o sentido de posse que um habitante tem sobre um espaço particular e a associação que se estabelece entre a posse do espaço e a autoimagem e identidade social daquele que ali habita”. Deste modo, é percebido que o sentimento está ligado à apropriação, que de acordo com Sansot (1996), é toda a prática pela qual o homem deixa sua marca, relacionado à “identidade de lugar”.

Freire (1997, p. 57) expõe que a apropriação acontece quando “os objetos são incorporados ao repertório visual de seus habitantes, ligando-se as suas experiências afetivas, momentos significativos de sua vida”. Como coloca Halbwachs (1990, p. 69), “há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e os aspectos dos lugares onde ele vive”. Assim, a apropriação e a sensação de pertencimento estão intimamente relacionadas à formação da identidade.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. (POLLAK, 1989 p. 7).

No contexto atual, o patrimônio cultural desempenha um papel primordial na procura ou criação das novas estruturas identitárias, pois ele ultrapassa o conceito de lugar, espaço físico que é apropriado por meio da experiência, para ser um “lugar de memória”, que apresenta dimensão material e funcional, mas principalmente simbólica (NORA, 1993).

Refletir a respeito do bem edificado, considerando-o como lugares de memória, significa debruçar-se sobre a lógica implícita aos conceitos, valores e usos conferidos a esses espaços durante séculos. A memória é um dos elementos ligados à experiência que contribui para o processo de apropriação, pois permite a compreensão de como ocorreu a vivência naquele lugar. Assim, ao construir um inventário dos patrimônios edificados e outros bens culturais, excede a simples atividade de documentação, significando uma ação de preservação da memória.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DO INVENTÁRIO



Neste capítulo aborda-se questões relacionadas aos aspectos históricos e conceituais do instrumento de preservação arquitetônica, trazendo seus tipos, aplicações e evoluções no decorrer dos anos e sua importância enquanto ferramenta teórica, metodológica e social para preservação arquitetônica dos patrimônios edificados.

4.1 INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICO

O inventário é um dos instrumentos de salvaguarda de bens patrimoniais em nível internacional mais antigo, que vem sendo utilizado como documento de transmissão de conhecimento entre gerações. Na carta de Atenas já se preconizava a publicação, pelos Estados, de um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações (CURY, 2000 *apud* MORAIS, 2013, p. 40). Trata-se de ações que se dão na esfera das operações da arte e, ao mesmo tempo, nos ambientes urbano, social e cultural.

Para Motta e Rezende (2016), o inventário patrimonial é uma técnica processual que busca registrar, de maneira detalhada, os bens de uma organização, instituições ou empresa. É considerada pela historiografia como um “sistema de preservação”, principalmente durante a Revolução Francesa (1789-1799), que foi pioneira ao objetivar a proteção dos imóveis e obras de arte da época que correspondiam à nobreza e o clero.

Choay (2001) destaca que um ano depois do início da revolução, em 1790 foi criado um decreto em 13 de dezembro que abordava os variados bens que deveriam ser considerados e inventariados, como: livros, manuscritos, selos, estátuas, armas, túmulos relacionados à antiguidade, obras de arte, máquinas relativas à mecânica, objetos referentes a costumes europeus e estrangeiros, monumentos, igrejas e casas, tornando-as em propriedades nacionais.

Posteriormente ao decreto de 1790, foi elaborada a instrução sobre a maneira de inventariar – ressalta-se que a essência e as palavras-chave acerca do conceito de inventário, era a descrição, controle, confiabilidade, sistematicidade dos dados, observação e comparação. A determinação do decreto instruía o levantamento detalhado, incluindo o registro de materiais de construção, técnicas construtivas, elementos de decoração, avaliação do potencial para uso público etc., dos monumentos nas circunscrições dos distritos que atendesse aos critérios impostos, como bens da nobreza, da igreja e de particulares que passaram ou poderiam passar a pertencer ao Estado (MOTTA; REZENDE, 2016).

A França, além desse inventário geral, instituiu um novo instrumento denominado Inventário Suplementar dos Monumentos Históricos. De acordo com Azevedo (1987) *apud* Motta e Rezende (2016 p. 9), este, existe na legislação francesa desde 31 de dezembro de 1913.

Tal documento consiste numa forma de salvaguarda dos bens edificados que apresentam um interesse histórico ou artístico, porém não suficiente para o seu tombamento, podendo também serem levados em consideração, os imóveis no entorno dos bens tombados.

De modo geral, os inventários constam como recomendação nos documentos internacionais desde o início do século XX, como a carta de Atenas de 1931, visando à produção de conhecimento sobre os bens que representassem a expressão mais significativa das culturas segundo entendimentos da época. Ressalta-se que não se trata de um documento dedicado exclusivamente aos inventários, mas dá ênfase que é dada ao tema como uma ferramenta importante para conseguir alcançar os propósitos da preservação.

Na carta de Atenas de 1931, verifica-se que os informativos acerca dos bens culturais e inventários são indefinidos, estes não abordam as definições de patrimônio aos quais o trabalho de identificação necessariamente deve estar relacionado. Na carta sugere-se que os inventários fossem publicados, mas não há menção à problematização do universo de bens a proteger, nem considerações a respeito de metodologias a serem empregadas. Esse aspecto traz a reflexão de que os bens protegidos ficavam a cargo de cada sociedade, país, instituição ou pessoa no qual fosse tecer o inventariado, colocando-o como peça protetiva os bens compreendidos pelo povo e pelo marco histórico-social como importantes para civilização (MOTTA; REZENDE, 2016).

Ressalta-se que em 1944, com base na experiência de proteção dos bens vivenciado na França, o instrumento de inventariado foi implantado na Inglaterra e difundido aos poucos, ao passo que foi desenvolvido o Inventário Oficial de Edifícios e Monumentos de Interesse Histórico ou Arquitetônico (MOTTA; REZENDE, 2016).

Nesse mesmo ano, foi realizado a construção de uma Comissão de Monumentos, composta por especialistas e cidadãos comuns, que deveriam tomar as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação, essa tática consistia na defesa dos bens confiscados no transcorrer da Revolução Francesa.

Cabe explicitar que nesse período relacionavam tombamento e preservação, presumindo serem sinônimos. No entanto, segundo Vieira, Oliveira e Souza (2012) o tombamento é apenas uma forma administrativa de proteção, ou seja, não necessariamente você protege ao “tombar”. O tombamento, se justifica para os bens cuja conservação seja de interesse público, por seus valores excepcionais. Quando foi instituído no Brasil, em 1937, já encontrava-se defasada em relação à França, ressaltando que a política formal do inventário já havia se iniciado cem anos antes, em 1837.

Denota-se que o inventário foi instituído no Brasil como instrumento de proteção, sendo uma espécie de documento escrito, podendo ser considerado como inventário misto de

identificação e proteção, formando um vasto e diversificado conjunto de informações concernentes às cidades históricas, corroborando com a gestão e proteção de acervos culturais. Em uma forma simplificada, segundo Azevedo (1998), o estado da Bahia como precursor no ano de 1927, elaborou a primeira listagem de bens de importância histórica e artística do estado, pela Inspeção Estadual criada pela lei de nº 2.032. Logo depois, no ano seguinte, Pernambuco toma a Bahia como referência e cria a lei de nº 11.918, entretanto, por falta de amparo constitucional, fez com que essas entidades estaduais tivessem uma vida breve.

No ano de 1936, é criado o órgão de proteção patrimonial SPHAN, onde uma das primeiras preocupações foi realizar a catalogação do patrimônio nacional como fundamento para a proteção legal dele. Assim, no que tange a arquitetura, foi dada prioridade a catalogação dos monumentos de Ouro Preto, Salvador e antigo Distrito Federal (AZEVEDO, 1998). Nos anos seguintes, com o aumento das verbas, estendeu-se os trabalhos nos demais estados.

Em meados de 1969, provocada pela necessidade de integração socioeconômica e cultural da comunidade continental, tendo em vista consciencializar e contribuir com a gestão, a cooperação e o intercâmbio cultural, surge os inventários contemporâneos. Após três anos à divulgação das normas do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu (IPCE), a Bahia deu início ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural – Monumentos de Salvador, publicado no ano de 1975, um dos primeiros realizados segundo as novas normas do Inventário Contemporâneo. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), tornou-se um catálogo que supera as exigências do IPCE para inventários de proteção, se adentrando no estudo dos monumentos e sítios (AZEVEDO, 2000 p. 203).

Morais (2013) infere que foi entre os anos de 1970 e 1980 que se iniciou o processo de descentralização das políticas de patrimônio no Brasil, quando vários órgãos estaduais e municipais de preservação foram criados. A CF de 1988 ampliou, então, seu olhar sobre o patrimônio cultural, onde o inventário passa a ser instituído no país como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural de base legal, expresso no:

Art. 216, §1º “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988 *apud* MORAIS, 2013 p. 41)

A história do patrimônio brasileiro, o desenvolvimento da noção de patrimônio cultural e inventário tem suas caminhadas simultâneas. A noção alargada de patrimônio cultural que marcou as últimas décadas, veio conferir aos inventários um novo lugar nas políticas de

preservação. Onde o uso do inventário se limitava, muitas vezes, a reconhecer valores preestabelecidos ao invés de realizar um verdadeiro trabalho de investigação dos processos de valoração do patrimônio cultural (NOGUEIRA, 2007, 2014 *apud* NOGUEIRA, 2015 p. 2). O inventário instrumentaliza o tombamento, e com ele não se confunde.

No ano de 1994, houve a primeira iniciativa legislativa brasileira sobre inventário vinda do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Trata-se da Lei Estadual nº 10.116, que abordou o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, disciplinando o seu regime jurídico, mesmo que, apesar de possuir registro constitucional, ainda não possuía uma lei regulamentadora que, segundo Filho (1997), tratasse de procedimentos a serem observados.

“Agora reconhecido pela Constituição, o inventário é uma forma de proteção que carece de lei reguladora. Independente da lei os órgãos públicos responsáveis pela preservação dos valores culturais podem e devem promover o inventário dos bens, para ter uma fonte de conhecimento das referências de identidade de que fala a Constituição. Uma lei que regulamente o inventário não necessita estabelecer o seu procedimento, mas, os seus efeitos. É necessário estabelecer que consequências advirão para o bem incluído em inventário” (SOUZA FILHO, 1997 p. 100)

Em uma proteção mais abrangente, para que sejam traçadas as estratégias e desenvolvidas as diretrizes de proteção do patrimônio cultural, se torna indispensável um conhecimento prévio dos bens que se pretende defender, sendo de fundamental importância o procedimento de inventário, tendo em vista que a documentação é parte integrante do processo de conhecimento e reconhecimento, bem como orientar e definir com melhor pertinência e precisão, ações que visem à preservação dos bens inventariados. O inventário é visto em si, um instrumento de proteção e não apenas uma ferramenta de gestão para bens já tombado, e hoje aplica-se com vantagem além dos bens móveis e imóveis, as manifestações culturais vivas e dinâmicas, pois a conceituação do que é patrimônio também se amplia.

Desde então, novos documentos dos quais constam menções diretas à realização de inventários, sendo ele móvel ou imóvel, como as obras de arte, os prédios e sítios urbanos, surgem se aprimorando aos conceitos e suas diretrizes. O reconhecimento desses bens patrimoniais fica implícitos nos termos abrangidos como: testemunhos e vestígios do passado, bens tradicionais, importância artística, histórica e científica, patrimônio monumental.

Segundo Dias, Silva e Abreu (2016) a produção do inventário de bens arquitetônicos é uma etapa fundamental no processo de registro de bens culturais, corroborando em prol de iniciativas que viabilizem planejamentos de diretrizes e incentivos preservacionistas. A organização desse documento tem por intuito, fornecer subsídios para o conhecimento e a conscientização da sociedade sobre seu patrimônio.

O inventário é uma das atividades essenciais para o estabelecimento de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural. Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural advém do conhecimento dos acervos existentes.

4.2 TIPOS DE INVENTÁRIO

Sob o ponto de vista prático, verificou-se que o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (VALE, 2012).

Autores colocam que os inventários são uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural de competência internacional, na qual hoje se entende como um instrumento que visa o reconhecimento entre gerações das diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material em diversas escalas, como por exemplo, uma edificação, uma vila, um bairro ou uma região (CURY, 2004; CÂNDIDO, 2006).

Diel (2015) discute que os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância, histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc.

Corroborando com a autora supracitada, expõe-se que os inventários respondem como metodologia de uma série de disciplinas que vem sendo conhecida como ciências documentais, onde seus “principais objetivos recaem sobre a composição de um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial” (IPHAN, 2014, p. 63-64).

Compreendendo que o inventário busca preservar as características de conjuntos ou edificações consideradas de interesse sociocultural para a preservação de espaços referenciais de memória coletiva, estruturadoras da paisagem e da ambiência urbana e rural do Município, Motta e Rezende (2016) citam três categorias para discutir inventários, são eles: de identificação; de proteção e científico.

O primeiro, que corresponde ao *inventário de identificação*, trata-se do primeiro contato de conhecimento do bem cultural, colhendo informações como a localização em que se insere, nome do proprietário e época de execução, salientando também a necessidade em o fotografar.

O segundo tipo, *inventário de proteção*, caracteriza-se por partir de uma prévia categorização/classificação do bem, pelo uso ou pelo estilo, reunindo dados necessários à tomada de decisão sobre a sua proteção. Por fim, o *inventário científico*, consiste em juntar informações indispensáveis diante um estudo profundo referente a identificação dos valores a serem preservados, colaborando na formulação de diretrizes para as obras de conservação e restauração, entretanto, ressalta-se que ela não é tão utilizada no Brasil (MOTTA; REZENDE, 2016).

Acerca dessas definições, os autores esclarecem que:

São definições que dependem dos objetivos dos projetos, de inventário e das opções teórico-metodológicas escolhidas para a execução do trabalho. Seja qual for o método, serão adotados procedimentos pré-determinados, podendo haver também etapas distintas, com trabalhos em arquivos e em bibliotecas e com diferentes níveis de aproximação no campo (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 12).

No presente estudo, optou-se por conveniência, trabalhar os inventários de identificação e proteção, compreendendo que estes subsidiam um maior entrosamento entre as políticas de desenvolvimento e de preservação, contribuindo na coleta e catalogação de dados das edificações históricas do município, ao passo que foram desenvolvidos pesquisas, análises, levantamentos gráficos e fotográficos nas edificações a serem inventariadas. Desse modo, a pesquisa seguiu valores atrelados ao patrimônio, para que pudessem ser escolhidas as edificações em estudo. A seleção considerou as relevâncias históricas, culturais e produções arquitetônicas, para assim, delimitar quais prédios poderiam compor o inventário de maneira positiva para o pleno entendimento da produção arquitetônica de Mossoró/RN.

4.3 ESTUDOS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Neste tópico foram discutidos alguns resultados de estudos no âmbito do patrimônio edificado na cidade, por autores (MORAIS, 2013; DIEL, 2015; SILVA, 2015; HETER, 2019) que evidenciaram o valor e a importância em resguardá-los como testemunhas da história, incorporando a função de suscitar a rememoração do passado por meio do inventário urbano como instrumento de preservação.

Morais (2013), a fim de estudar a situação atual dos bens patrimoniais inventariados no ano de 1987 na área urbana do município de Caçapava do Sul, no estado do RS, elaborou um trabalho onde foi realizado uma atualização do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado da

cidade. Neste, foram contemplados vinte e quatro bens, sendo que, no decorrer do estudo, constatou-se que dois deles foram demolidos.

De modo a dar aporte ao estudo, a autora trouxe uma revisão bibliográfica referente ao patrimônio cultural, como sua história e conceitos, garantindo uma maior compreensão para o leitor, assim como, uma explanação histórica sobre os bens em questão e uma reflexão sobre o sentimento de pertencimento. Verificou-se ainda, que o inventário arquitetônico é tido como uma etapa para a preservação do bem patrimonial.

Com esse estudo, Morais (2013), apontou que a vivência junto aos bens e a comunidade e o acesso à documentação que embasou a pesquisa foi de grande valia para acentuar o sentimento de pertencimento do lugar em um determinado tempo histórico. Diante as análises dos bens ainda existentes, foi revelado também a necessidade de implementação de planos de ações que coíbam tal descaracterização, mutilação e demolição de edificações, que colocam em risco de completa extinção importantes bens arquitetônicos, pois a memória dos feitos políticos e heroicos do passado são conformadores e ainda fortemente inseridos na identidade coletiva, porém, cada vez mais a comunidade se distancia.

Semelhante ao estudo anterior, Diel (2015), realizou um Inventário do Patrimônio Arquitetônico Enxaimel na área rural do município de Santo Cristo no RS, através do levantamento físico das edificações, registro de suas particularidades, características construtivas, análise técnica e fotográfica. Para tanto, estabeleceu critérios como o relacionamento dessas edificações com formação do município, tendo recorte temporal de 1910 a 1960, bem como a morfologia arquitetônica.

Assim, a autora inventariou doze edificações da área rural do município, tendo como base as fichas de inventário utilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE/RS). Diel (2015) também expôs que a complexidade dos inventários deve acompanhar a complexidade da evolução do contexto em que se inserem os bens patrimoniais e de toda a evolução social, econômica e cultural, entendendo esse processo de evolução como algo mutável e integrado. Ressalta-se que como produto, além do inventário, a pesquisa fez um baralho para jogo da memória relacionado ao inventário elaborado, com intuito de difundir e fazer conhecer esses espaços.

O inventário é mostrado como um dos instrumentos de salvaguarda dos exemplares patrimoniais mais eficazes. Ressalta-se que devem ser considerados além das características arquitetônicas, um estudo das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, integrando o contexto urbano, a animação urbana, o cotidiano, as atividades econômicas e culturais, as relações sociais e problemas urbanos (CARVALHO; AMARAL, 2011).

Em outra pesquisa, agora conduzida por Silva (2015) na cidade de Cruz Alta no RS, no qual é inventariado com base na ficha do IPHAN, o conjunto arquitetônico de um exemplar do patrimônio militar presente no município, construído no ano de 1909, o Vigésimo Nono Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsada, conhecido pela alcunha de Grupo Humaitá. Nesse estudo encontram-se reflexões não se resume apenas aos elementos arquitetônicos exposto na sua construção, mas através da memória e da experiência diária dos indivíduos envolvidos em sua existência.

Ainda com relação a essa pesquisa, buscando investigar a história urbana da cidade, foi realizada análises na qual revelaram aspectos culturais e construtivos dispostos em suas paredes, onde Silva (2015) expõe que tais construções representam uma das manifestações mais significativas para o entendimento da constituição histórica e cultural do município.

Advoga-se que como forma de operacionalizar a investigação, a pesquisa foi baseada em autores referenciais na área de patrimônio cultural e arquitetura militar assim como, em documentos disponibilizados por cidadãos e estudiosos locais sobre a história e evolução urbana do município de Cruz Alta. Por fim, o autor declara que a construção do inventário colabora para a reafirmação da importância do bem edificado, bem como contribui para manutenção e resguardo delas.

O patrimônio cultural edificado foi discutido também por Heter (2019), onde expõe que determinados bens consolidam relações de identidade e pertencimento importantes para a comunidade. Assim, este estudo levanta um diálogo entre aspectos técnicos e históricos com o sentido de identidade presente na comunidade, diante o Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989, analisando 123 edificações quanto ao estado de conservação das fachadas frontais, no intuito de proporcionar base de dados mais atualizadas.

Por fim, a autora declarou que 21% das edificações foram demolidas e que a maioria, 79%, se encontram edificadas, ressaltando que é importante considerar a valorização do patrimônio como uma das formas de se afirmar uma identidade, onde a materialidade desse patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo. Desse modo, ainda é tecidas algumas reflexões sobre a importância do bem patrimonial, bem como é mostrado a necessidade de registros e de subsídios diante as decisões sobre a permanência ou não dos exemplares que ainda perduram.

Os resultados dos estudos apresentados, reforçam as potencialidades do inventário como recurso metodológico para a produção de conhecimento histórico e educação dos sentidos, sendo uma ferramenta eficaz diante a preservação, conservação e valorização do bem patrimonial existente, salientando as problemáticas de uma gestão desinformada e despreparada

sobre a temática. Com eles (MORAIS, 2013; DIEL, 2015; SILVA, 2015; HETER, 2019), pode-se observar que o inventário se constitui numa documentação de conhecimento técnico-científico, inserindo metodologias das informações mais abrangentes realizadas por profissionais habilitados na área em questão, e social, educando e sensibilizando a sociedade, fortalecendo o sentimento de pertencer.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DO INVENTÁRIO



Nos capítulos anteriores foram apresentados uma base teórica e histórica para uma melhor construção e aperfeiçoamento da investigação no que concerne ao tema. Neste capítulo, foram discutidos os recursos metodológicos empregados no estudo, bem como, seu desenvolvimento durante o transcorrer da pesquisa.

5.1 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa foi elaborada nos pressupostos do método descritivo, desenvolvido pela técnica de memória oral, subsidiada por observações sistemáticas, em uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos estão baseados em pesquisa bibliográfica e de campo de modo a cumprir, de maneira processual, os objetivos estabelecidos.

Para Estrela (2018) a pesquisa científica é um procedimento reflexivo sistêmico, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento com base em métodos e técnicas. Sendo o estudo desenvolvido com base no método descritivo, a obter informações do que já existe a fim de poder descrever e interpretar a realidade de um dado fenômeno (RICHARDSON, 2017), buscou-se descrever as edificações consideradas importantes do ponto de vista arquitetônico, histórico e cultural na área urbana da cidade de Mossoró em suas múltiplas nuances.

Quanto à abordagem técnica, foi desenvolvido na ótica da memória oral. Esta técnica de pesquisa consiste no estudo aprofundado das produções deixadas pela própria história, na qual permite a utilização da memória como fonte de resgate de informações acerca de eventos e episódios que compreendem elementos do passado. Ela prioriza a memória e a interpretação das pessoas e instituições sobre os fatos e não os fatos em si, sendo um instrumento privilegiado por recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas, trabalhando com o testemunho oral de indivíduos ligados por traços comuns (ALBERTI, 2004).

Com relação à observação sistemática, esta consiste na obtenção de informações dos fatos ou fenômenos que se deseja estudar por intermédio dos sentidos (visão, audição, tato etc.). Para tanto, foi necessário ir a campo observar como os patrimônios edificados se encontravam. Quanto à abordagem do estudo, foi realizado qualitativamente. Esta buscou estudar aspectos da realidade que não podem ser quantificados, seu foco é a compreensão e explicação das relações sociais e sua dinâmica (ESTRELA, 2018).

5.2 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza o município de Mossoró, nos aspectos relacionados à contextualização histórica e produção arquitetônica. O município fica no interior do estado do RN, situado no oeste Potiguar, região Nordeste do país. Ocupa uma área de aproximadamente 2100 km², sendo o maior município do estado em área, estando distante 281 quilômetros da capital estadual, Natal (FIGURA 17). Em 2021 sua população foi estimada pelo IBGE em 303.792 habitantes, sendo o segundo mais populoso do RN, depois da capital, e o 95º do Brasil. Portanto, o desenvolvimento da pesquisa foi conduzido ao estudo do conjunto arquitetônico do bairro centro da cidade de Mossoró, devido a sua relevância arquitetônica na formação da paisagem urbana do município.



Figura 17 – Vista satélite do Rio Grande do Norte, localizando Mossoró.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O cenário de estudo concentra-se no bairro centro, área urbano da cidade considerado marco zero, principalmente por ter sido a partir dessa região, que aconteceu a expansão patrimonial e populacional da cidade. Esse é o local mais ativo de Mossoró, onde se concentra a atividade comercial, financeira e cultural. Ficando bem próximo do “Corredor Cultural”, uma área que abriga um complexo de prédios temáticos que recebem grande parte da atividade artística e cultural de Mossoró.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi um inventário utilizado para verificar o estado de conservação das edificações consideradas patrimônio cultural de valor arquitetônico em Mossoró, sendo ele o principal objeto de estudo, consistindo no registro bibliográfico, fotográfico e levantamento gráfico das fachadas das edificações. Esse instrumento adotou, como base, os modelos de fichas disponibilizado pelo IPHAN, presentes no módulo de cadastro do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), sistema elaborado a partir de estudos para adequação dos métodos de inventário às necessidades atuais, sendo elas: ficha M300 e M302.

A primeira ficha, *M300*, recai sobre uma planilha síntese (FIGURA 18), na qual contempla uma listagem referente a identificação do bem, bem como sua localização e outros elementos relevantes. A segunda ficha, *M302*, tratando do bem imóvel, contempla a caracterização externa da edificação (FIGURA 19), possuindo campos que permitem uma caracterização aprofundada, morfológica e tipologicamente, do bem arquitetônico a partir de seus elementos externos. Logo, tais fichas foram readaptadas em uma ficha simplificada para a realidade social do município e problema de pesquisa (APÊNDICE 1). Nesse ínterim, se mostrou necessário a união desses dois instrumentos para uma melhor exploração das relevâncias dos bens patrimoniais edificados.

1. LOCALIZAÇÃO				2. IDENTIFICAÇÃO															
1.1.UF	1.2. Microrregião	1.3. Município	1.4. Localidade	2.1. Código Identificador (Iphan)	2.2. Denominação do Bem														
3. CARACTERIZAÇÃO																			
3.1. Natureza do Bem				3.2. Classificação	3.3. Contexto		3.4. Propriedade												
Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel		Bem móvel	Bem móvel	Urbano	Rural	Entorno Preservado	Entorno Transformado	Forma Conjunta	Bem isolado	Pública	Privada	Mista				
4. ESTADO DE																			
4.1. Preservação			4.2. Conservação																
Integro	Pouco alterado	Muito alterado	Descharacterizado	Bom	Precário	Em aninhamento	Arruinado												
5. GRAU DE PROTEÇÃO																			
5.1. Proteção Existente				5.3. Proteção Proposta															
Patrimônio Mundial	Federal/individual	Federal/conjunto	Estadual/individual	Estadual/conjunto	Municipal/individual	Municipal/conjunto	Entorno de bem protegido	Outra	5.2. Instrumento Legal	Patrimônio Mundial	Federal/individual	Federal/conjunto	Estadual/individual	Estadual/conjunto	Municipal/individual	Municipal/conjunto	Entorno de bem protegido	Outra	5.4. Instrumento Legal
6. PREENCHIMENTO																			
6.1. Entidade	6.2. Responsável	6.3. Data																	

Figura 18– Ficha M300 – Planilha Síntese adaptada por Abrantes (2014)
 Fonte: Abrantes, 2014

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa							
MÓDULO CADASTRO							
1. IDENTIFICAÇÃO							
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)							
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)							
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)						1.4. Código Identificador Iphan	
2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO				3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS			
4. TIPOLOGIA		5. ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		6. TOPOGRAFIA DO TERRENO		7. PAVIMENTOS	
Religiosa				Plano		Acima da rua (nº)	
Civil		8. USO ORIGINAL		Em aclave		Abaixo da rua (nº)	
Oficial				Em declive		Sótão	
Militar				Inclinado		Porão	
Industrial		9. USO ATUAL		Acidentado		Outros	
Ferroviária							
Outra							
11. OBSERVAÇÕES				10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m]			
				Altura fachada frontal		Altura da cumeeira	
				Altura fachada posterior		Altura total	
				Largura		Pé direito térreo	
				Profundidade		Pé direito tipo	
12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES							
13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA							
13.1. Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)							
13.2. Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)							
13.3. Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)							
13.4. Palavras-chave							
14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (etnológicas, arqueológicas e outras)							
15. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)							
15.1. Planta (relacionar nomes)	15.2. Escala	15.3. Localização e base disponível				15.4. Data	
16. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)							
16.1. Tipo	16.2. Quant.	16.3. Autoria, localização e base disponível				16.4. Data	
Fotografias							
Desenhos							
17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS							
18. PREENCHIMENTO							
18.1. Entidade							18.2. Data
18.3. Responsável							

Figura 19 – Ficha M302 – Bem Imóvel - Arquitetura - Caracterização Externa
 Fonte: SICG-IPHAN, 2021

5.4 INVENTÁRIO PATRIMONIAL: INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para coleta de dados, foi necessário ir *in loco* verificar a situação arquitetônica do patrimônio a ser inventariado. Esse mapeamento e levantamento arquitetônico iniciou em março de 2022 com término em maio do mesmo ano. Em campo, procedeu-se com o registro fotográfico e levantamento gráfico das edificações em estudo, de forma a realizar o reconhecimento da atual situação em que as edificações se encontravam. Durante o trabalho de levantamento, buscou-se identificar quais suas características primitivas, seus elementos construtivos, o estilo arquitetônico e as possíveis intervenções aplicadas ao longo do tempo, alimentando um acervo histórico de como surgiu e se encontram as edificações. Inteira-se que os registros fotográficos, estudos e trabalhos de representação gráfica supracitados foram realizados pelo autor desta dissertação, pontuando que no concernente ao levantamento das fachadas, o mesmo utilizou de: ferramentas de medições – trena metálica comum de 10m e trena laser digital com alcance de 40m e; ferramentas para representação do “croqui” – folhas A4, lapiseira, borracha, prancheta e régua de 30cm. Em seguida ao exposto foi realizado o processo de preenchimento das fichas de inventário, com os dados coletados na etapa anterior, como forma de registro e catalogação das informações.

Cabe explicitar que alguns instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, podem ser encontrados na legislação brasileira, como: o registro, o inventário, e tombamento. Além das formas de proteção, podem ser citadas diversas outras formas de acautelamento e preservação, como ações de educação patrimonial, rotas turísticas e itinerários de visitação que podem auxiliar a proteção e valorização da cultura de uma sociedade (VALE, 2012).

Entretanto, nesse estudo foi utilizado o inventário enquanto instrumento de proteção do patrimônio cultural, salientando que a mesma não é de origem brasileira e é uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional, como já abordado neste estudo.

O inventário proposto pelo presente trabalho tem sua discussão centrada nos bens imóveis, ou seja, nos bens edificados consistindo na identificação e registro de suas características e particularidades, bem como as alterações sofridas ao longo do tempo.

Ressalta-se que o desenvolvimento do trabalho foi apoiado em pesquisas bibliográficas, de campo e imagéticas, sendo elas apropriadas para o tipo de dados que se pretende obter. Para a confecção do inventário, adotou-se como base o modelo de ficha do SICG-IPHAN, uma vez que a mesma contempla os interesses da pesquisa e fornece as bases para o pleno entendimento dos dados obtidos.

5.4.1 Critério de seleção das edificações a serem inventariadas

Para realizar a pesquisa sobre a atual situação das edificações de valor histórico arquitetônico pertencentes à área urbana do município de Mossoró (FIGURA 20), se estabeleceu o primeiro critério, sendo ele de delimitação territorial. Desse modo, foi traçada o bairro centro (FIGURA 21), tido como referência de expansão inicial da cidade, dando partido pela Catedral de Santa Luzia, situada na Avenida Dix-Sept Rosado, em frente à Praça Vigário Antônio Joaquim.

Assim, em nosso caso, procurou-se conhecer através de levantamentos *in loco* e de literatura específica quais as edificações possuem prioridade para compor um inventário, analisando o contexto que cada prédio está condicionado, remetendo as memórias coletivas que permeiam o imaginário social, ressaltando também suas particularidades arquitetônicas, ou seja, espaços que estiveram diretamente ligadas ao desenvolvimento e expansão do município, seja pelo meio econômico, cultural, educacional, bem como do avanço na engenharia.



Figura 20 – Vista satélite da área urbana de Mossoró
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022



Figura 21 – Vista satélite do Bairro Centro de Mossoró
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

Clarifica-se que foram selecionadas dez edificações de acordo com sua localização e em ordem cronológica de construção, compondo assim, o corpus de pesquisa, conforme Quadro 1.

Denominação	Ano da construção	localização
01. Catedral de Santa Luzia	1772	Praça Vigário A. Joaquim, s/n
02. Museu Histórico Lauro da Escóssia	1880	R. Antônio Gomes Sobinho, 514
03. Estação das Artes Elizeu Ventania	1915	Av. Rio Branco, s/n
04. Igreja de São Vicente	1919	R. Dr. Francisco Ramalho, s/n
05. União dos Artistas	1919	R. Trinta de Setembro, 06
06. Palácio da resistência	1920	Av. Alberto Maranhão, 1751
07. Casarão Verde	1930	Av. Augusto Severo, 282
08. Sec. Municipal da Fazenda	1930	Av. Alberto Maranhão, 1180
09. Biblioteca Municipal Ney Pontes	1937	Praça da Redenção, s/n
10. Casarão Branco	s/d	Av. Alberto Maranhão, 1326

Quadro 1 – Localização e ano de construção das residências inventariadas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

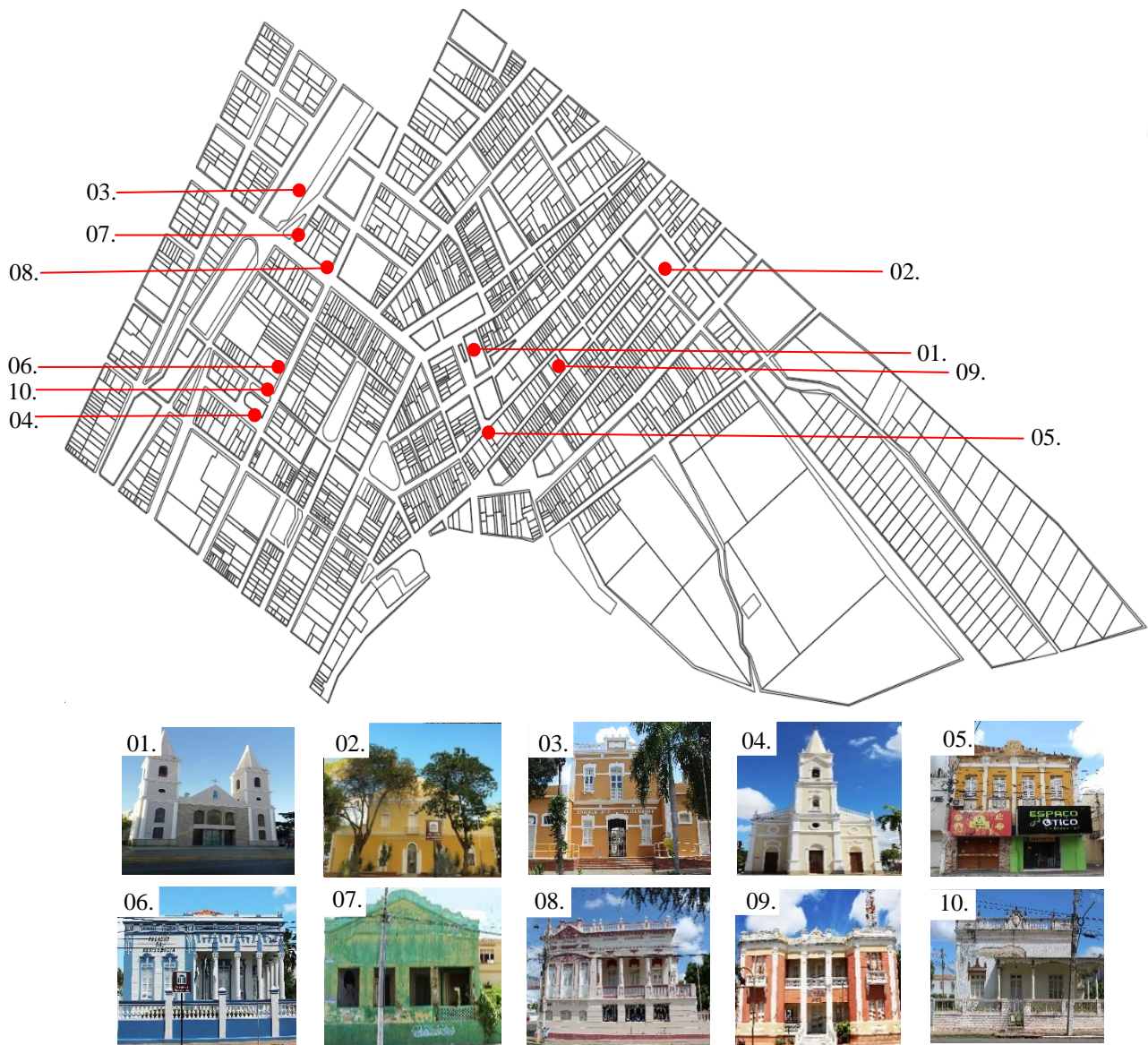


Figura 22– Mapa com a localização das edificações inventariadas
 Fonte: CAERN, 2022 (modificado pelo autor, 2022)

É necessário salientar também, que as construções supracitadas para inventariado, boa parte, não foram incluídas no Plano Diretor da Cidade, mesmo existindo uma Área Especial de Interesse Histórico Cultural (AEIHC), que corresponde à porção do território que, por seu valor arquitetônico, histórico e cultural, sujeita-se ao regime de conservação, recuperação ou preservação das edificações (FIGURA 23). Além disso, nesse local de preservação da AEIHC, consta o corredor cultural, já categorizado nesse estudo (FIGURA 24). Com base nesse recorte, os patrimônios propostos a serem inventariados, sobrepõe boa parte dessa área, onde alguns nunca foram inventariados (FIGURA 25).



Figura 23 – Limites da Área Especial de Interesse Histórico e Cultural (AEIHC)
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)



Figura 24 – Limites do Corredor Cultural de Mossoró
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)



Figura 25 – Sobreposição das áreas especiais com o bairro Centro
 Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

5.4.2 Modelo de ficha a ser preenchida para o inventário

O modelo de ficha utilizado para o trabalho, conforme já mencionado, engloba diversos itens que identificam e caracterizam as edificações. Através dos dados é possível situar as residências, demonstrar suas atuais condições de conservação, detalhar características físicas, por meio de fotos, descrição ou planta baixa.

As fichas definitivas que seguem o modelo padrão do IPHAN, possuem os seguintes itens de preenchimento:

A) N° da ficha

O número da ficha é composto da sigla do estado (RN) seguida do ano de elaboração do inventário, mais cinco dígitos fixos referentes ao número do bem cultural. ex: ficha número RN/22 - 03 (o número 22 refere-se ao ano de 2022);

B) Identificação

- 1) Denominação do bem: nome da edificação (ex.: Museu Municipal.);
- 2) Município/Estado: nome do município onde se encontra o bem;
- 3) Endereço: endereço completo do bem;

- 4) Nome do proprietário: nome do proprietário no momento da elaboração do inventário;
- 5) Data da construção: data em que foi erguida a edificação;
- 6) Planta de situação: inserção de planta de situação indicando a área de abrangência de toda a área do lote, a fim de demonstrar a sua relação com os edifícios adjacentes;
- 7) Caracterização: natureza do bem e propriedade (pública, privada ou mista);
- 8) Ocupação: uso geral, uso atual e situação de ocupação;
- 9) Tipologia: religiosa, civil, oficial, militar, industrial ou ferroviário;
- 10) N° de pavimentos: acima do nível da rua e abaixo do nível da rua, e a existência de sótão e porão;
- 11) Grau de proteção: Proteção existente e proteção proposta.

C) Caracterização Externa

- 12) Elementos construtivos: descrição da cobertura, estrutura, vedação, revestimento, pintura e esquadrias;
- 13) Situação do bem: especificação do estado atual de preservação e conservação da edificação;
- 14) Observação: Espaço para informações pertinentes que não se encontram na ficha;
- 15) Imagens complementares: inserção de fotografias relevantes, antigas ou recentes;
- 16) Elevações: representação gráfica das fachadas pertinentes da edificação;
- 17) Medidas de conservação: Sugestões de reparos e manutenção preventiva.

D) Histórico

Breve contextualização histórica da edificação estudada.

E) Data e autoria do levantamento

Data da realização do levantamento e identificação do responsável pelo inventário da edificação.

5.6 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Como este estudo não trabalhou diretamente com seres humanos, não teve a necessidade enviá-lo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sendo, portanto, dispensado. Todavia, denota-se que as citações e direitos autorais utilizados neste trabalho foram mantidos, levando à risca as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Além disso, pontifica-se que foi utilizado para subsidiar na construção desta dissertação o Plano Diretor do Município de Mossoró, criado em 2006. A lei nº2749 do tombamento municipal de 2011, bem como as leis 148 de 1983 e a 3.132 de 2014, que versam sobre o Corredor Cultural de Mossoró e sua importância na história e marco patrimonial da cidade.

Acerca do plano diretor, é factível apontar que os seguintes artigos foram utilizados:

Art. 12. XVII – Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, bem como o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Art. 41. Com o objetivo de incorporar ao processo permanente de planejamento urbano e ambiental o respeito à memória construída e à identidade das comunidades: **I** - formular e executar projetos e atividades, com a finalidade de preservação de áreas características como de ambiente paisagístico; **II** – destinar áreas para instalação de espaços culturais e artísticos; **III** – instituição do tombamento, visando à preservação de bens culturais, históricos, arquitetônicos e locais de ruínas e cavernas, bem como o seu entorno num raio de 100,00m.

Art. 46 § 2º. A Área Especial de Interesse Histórico Cultural – **AEIHC** corresponde à porção do território que, por seu valor arquitetônico, histórico e cultural, sujeita-se ao regime de conservação, recuperação ou preservação das edificações.

Art. 145. Os recursos oriundos do Fundo Municipal de Urbanização destinam-se a: **VII** – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

No que tange a lei do tombamento municipal nº2749/2011, usou-se como subsídio teórico metodológico os artigos:

Art. 1. Esta Lei tem por finalidade preservar a memória do município de Mossoró, através da proteção, mediante tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no seu território.

Art. 2. Constituem o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município de Mossoró: **I** - construções e obra de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinada época ou estilo; **II** - edificações, monumentos intimamente vinculados a fato memorável da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade; **III** - monumentos naturais, como sítios e paisagens, de notável feição, inclusive os agenciados pela indústria humana; **IV** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana; **V** - o acervo bibliográfico;

Art. 14 § 2º. Compete ao Prefeito Municipal, através de Decreto, determinar o tombamento dos bens referidos no artigo 2º desta Lei, o qual deverá ser publicado no Jornal Oficial de Mossoró - JOM.

Já nas leis 148 de 1983 e a lei 3.132 de 2014, que dialogam sobre o corredor cultural do município, foi utilizada respectivamente, como marco regulador os artigos:

LEI 148/83

Art. 1. Fica criada a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do centro da cidade de Mossoró.

Art. 3. III – Serão mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados dos prédios como tal identificados; IV – A reconstrução total ou parcial dos prédios será permitida quando conservadas as características das fachadas e a volumetria originais e mediante prévia audiência da comissão consultiva sobre a Zona Especial do Corredor Cultural.

LEI 3.132/2014

Art. 1º. Denomina de CORREDOR CULTURAL Professor ANTÔNIO GONZAGA CHIMBINHO toda a área destinada aos eventos culturais do Município, na Avenida Rio Branco, no trecho compreendido da rua Prudente de Moraes até a rua Coelho Neto, área urbana do município de Mossoró.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os marcos éticos-legais supracitados são considerados um conjunto de leis que regem o desenvolvimento dos municípios. Dessa forma, pode servir como um instrumento de universalização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico para as pequenas cidades, criando diretrizes para a proteção daquilo a que a sociedade atribui valores significativos de seu interesse histórico

Logo, se fizeram necessário nesse estudo pelo seu teor temático, ao entender que por existir leis, os patrimônios arquitetônicos deveriam ser melhor resguardados sócio-politicamente, uma vez que merecem salvaguarda, pois fazem parte da memória coletiva urbana da cidade, haja visto, que o espaço urbano é um ambiente socialmente produzido e faz associações diretas sobre a trajetória das transformações do lugar – de onde e para onde a cidade cresce.

6 PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE MOSSORÓ



Após o término do levantamento e análise dos dados, foi possível identificar aspectos relevantes das alterações nas fachadas frontais dos patrimônios edificados, assim como, avaliar as edificações e as características arquitetônicas preservadas, mesmo com o passar do tempo. Embora o número de edifícios investigados não proporcione um entendimento detalhado, permite-nos reflexões e interpretações relevantes. Permitiu-se uma leitura mais detalhada da evolução do bem arquitetônico, suas transformações, deformações, subtrações e adições, que facilitam o entendimento da história da edificação, de forma a facilitar futuras intervenções e aplicação de novos usos, integrando o passado ao presente.

6.1 SITUAÇÃO ATUAL DO PATRIMÔNIO NA CIDADE

Os resultados discursivos do inventariado serão apresentados em ordem cronológica de construção do município, onde demonstra-se sua situação atual em termos arquitetônicos e patrimoniais.

6.1.1 Catedral de Santa Luzia

Criada em 1772, a Catedral de Santa Luzia é um marco do município e considerada a *sé episcopal* da Diocese de Mossoró. Localiza-se na Praça Vigário Antônio Joaquim, no centro da cidade e foi dedicada à Santa Luzia, padroeira do município desde que foi construída. Não à toa, que em 1830 a catedral foi reformada e recebeu uma imagem de Santa Luzia em madeira, esculpida em Portugal. Anualmente comemora-se nas dependências da Catedral, em dezembro o Oratório de Santa Luzia, proferindo assim, valor cultural e patrimonial para edificação.



Figura 26 – Catedral de Santa Luzia em Mossoró, ano de 1940
Fonte: Acervo Museu Municipal de Mossoró (2021)



Figura 27– Catedral de Santa Luzia em Mossoró, ano de 2023
Fonte: autoria do autor (2022)

6.1.2 Museu Histórico Lauro da Escócia

Este edifício foi erguido no ano de 1880, construído sobre uma configuração que atendesse à duas necessidades que se encontrava na cidade de Mossoró, sendo a cadeia pública e a câmara municipal. Por não ter sido modificada a sua configuração com o passar do tempo, a sua história foi respeitada e transformada no museu municipal, bem como, protegida pela Fundação José Augusto, entidade que visa valorizar e proteger o patrimônio cultural do estado do RN. Durante a visita e vistoria realizado no museu, pode-se notar o quão eles zelam pela sua estrutura e história. A edificação se encontra em um ótimo estado de conservação e preservação. Da sua arquitetura original, pouco se alterou, como a platibanda acrescida (FIGURA 28) e uma escada construída externamente para acessar o segundo piso (FIGURA 29).

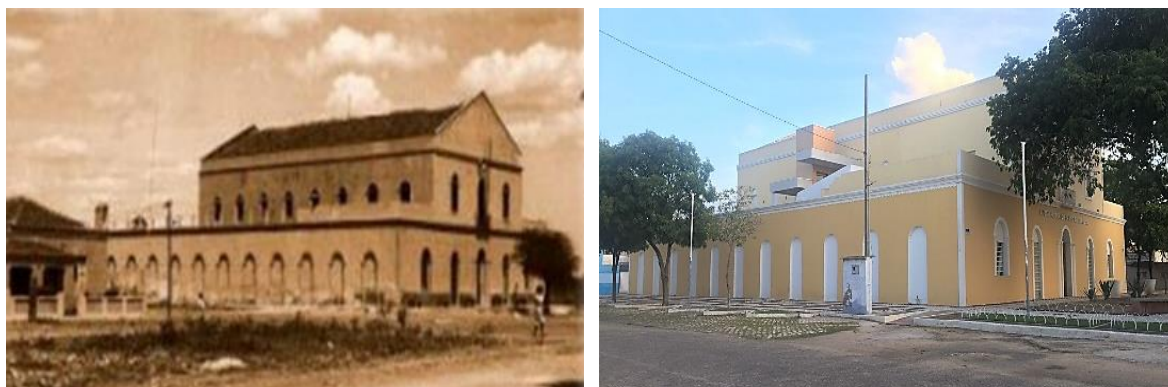


Figura 28 – Museu de Municipal de Mossoró, ano de 19xx e 2022
Fonte: Acervo Museu Municipal de Mossoró (2021) e autoria do autor (2022)



Figura 29 – Acesso externo ao segundo piso do museu
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

6.1.3 Estação das Artes Elizeu Ventania

Há 107 anos, onde hoje é a Estação das Artes Elizeu Ventania – palco de arte e cultura – antes era um espaço de expansão econômica no município, onde trafegava a Estação Ferroviária, com linha que transitava entre o município de Porto Franco, hoje conhecido como Grossos. Em 1915 foi inaugurado o primeiro trecho da ferrovia que levou ainda mais de 35 anos para alcançar a Paraíba. Durante anos, foi o principal meio de locomoção da produção e dos habitantes da região. Em 1927, com a invasão do bando de Lampião, o trem serviu como meio

de fuga para a população que temia a ação dos cangaceiros. A ferroviária foi desativada em 1989 e teve seus trilhos arrancados.

Somente em 1999, através da parceria entre a Prefeitura de Mossoró e a Petrobras, o antigo prédio do Sistema Ferroviário Federal é revigorado e transformado no palco dos principais e mais grandiosos eventos da cidade: Estação das Artes Elizeu Ventania. O nome é uma homenagem ao compositor e violeiro Elizeu Ventania, falecido em 1997. Com a revitalização, o prédio recebeu o Museu do Petróleo, que conta a história de uma das maiores riquezas do Estado (PIRAS, 2015).



Figura 30 – Estação Elizeu Ventania no ano de 1940
Fonte: Acervo de Nascimento (2020)

6.1.4 Igreja de São Vicente

A construção da Igreja de São Vicente teve partido no ano de 1915 durante uma aterrorizante seca, marcando um momento de grande fragilidade. Sua construção foi usada como forma de “amenizar” a aflição das numerosas levas de retirantes que chegavam na cidade em buscar de trabalho e abrigo. Os esforços postos na execução do exemplar eram pouco remunerados, entretanto, mesmo que pouco, amenizava a dor no momento. A Igreja também é considerada símbolo de resistência, tida como o principal palco durante as lutas contra Lampião e seu bando, servindo de abrigo para os defensores da cidade.

A estrutura externa se mantém íntegra, sendo preservada cada detalhe arquitetônico de sua obra, como os balaústre em concreto que compõe o seu coroamento, as cimalkhas em suas estruturas e os adornos contornando as aberturas das esquadrias, bem como as marcas da batalha travada com lampião e seu bando (FIGURA 31 e 32).



Figura 31 – Igreja de São Vicente, meado dos anos 1920 e 2022
Fonte: Acervo de Nascimento (2020) e Autoria do Autor (2022)



Figura 32 – Marcas das balas cravadas na igreja de São Vicente
Fonte: Mendes (2017)

6.1.5 União dos Artistas

O edifício-sede da União de Artistas, é conhecido por muitos da cidade como um “edifício solitário, um titã semiabatido”, que tem resistido às intempéries do tempo e as vastas especulações imobiliárias. Foi construído em 14 de setembro de 1919, pela Sociedade Beneficente União de Artistas, sem fins lucrativos, que teve por objeto congregar artistas locais de diferentes áreas profissionais, como: alfaiates, dentistas, escultores, fotógrafos, marceneiros, músicos, pedreiros, pintores, sapateiros, e, muitos outros.

Os membros da sociedade, mediante ao pagamento de uma mensalidade mínima, tinham o direito aos serviços prestados por esta: assistência odontológica (extração dentária), cursos profissionalizantes de datilografia, de corte e costura, e outros que viessem a ter importância de aperfeiçoamento de mão-de-obra para os associados. O surgimento desta edificação representou o engatinhar do espírito da organização de classe e o brotar da semente do sindicalismo no principal centro comercial do oeste potiguar (ESCOSSIA, 2010).

Hoje o prédio de encontra com a ocupação comercial, sendo ela dividida em dois empreendimentos. Nota-se na Figura 33 que realizaram uma intervenção modificando toda sua cobertura, onde anteriormente era usada telha de barro cozido tipo colonial, hoje se encontra com a cobertura em telha de fibrocimento ondulada, bem como o primeiro pavimento, que teve sua fachada modificada em tintas e revestimentos para atender aos empreendimentos que lá se encontram.



Figura 33 – União dos Artistas, meado dos anos 1937 e 2022
Fonte: Acervo de Nascimento (2020) e Autoria do Autor (2022)

6.1.6 Palácio da Resistência

Construída no estilo eclético, a edificação foi erguida na década de 1920 para abrigar o Prefeito Rodolfo Fernandes e sua família, servindo de residência até a década de 1980. Logo após, passou a abrigar a Prefeitura de Mossoró. A edificação hoje é tida como símbolo de resistência, pois sua estrutura foi cedida para ser utilizada como base na articulação de políticos e autoridades policiais na organização da defesa da cidade contra lampião e seu bando.

Hoje a edificação encontra-se em um ótimo estado de conservação, tendo toda estrutura externa conservada e preservada. Externamente, diante a visita, pôde-se notar uma alteração necessária, que seria as rampas de acesso (FIGURA 34) ao prédio respeitando as normas de acessibilidade, já que se trata de uma edificação de atendimento público.



Figura 34 – Palácio da Resistência
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

6.1.7 Casarão Verde

Casarão construído em meados de 1930 sobre os traços da arquitetura eclética, apresentando grandes elementos da época, como a presença de balaústres em concreto compondo a platibanda, coroamento com cimalha e frontão, centralizando o brasão da família. Hoje, a edificação se encontra em estado de abandono e arruinamento.

No ano de 2017 a edificação foi palco de protesto por um grupo de estudantes que notaram movimentação referente a sua demolição, onde o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) também interveio a favor recomendando o seu tombamento, uma vez que a mesma também se encontrava sobre proteção das Leis municipal nº 148/1983 e a nº 2.749/2011, com o fito de evitar que o exemplar sofra alterações irreparáveis em sua estrutura.

No entanto, a edificação passou a ser utilizado como abrigo para moradores de rua, enquanto plantas não cultivadas envolvia toda a edificação. As portas e janelas já não existem

mais, bem como uma parte de seu telhado encontra-se caído. O exemplar também conta com algumas patologias estruturais, como deslocamento de reboco (FIGURA 35), grandes rachaduras e inúmeras infiltrações.



Figura 35 – Patologias no casarão verde
Fonte: Autoria do Autor (2022)

6.1.8 Secretaria Municipal da Fazenda

O prédio construído em 1930 que hoje se encontra a Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró, anteriormente foi a residência do industrial Antônio Florêncio de Almeida e sua família. Segundo Nascimento (2022), os salões do palacete abrigaram, por inúmeras vezes, a sociedade mossoroense em grandes bailes e luxuosos banquetes, numa prática muito presente na época. De acordo com o historiador mossoroense Brito (1991), o palacete também serviu de sede à Prefeitura Municipal de Mossoró durante as gestões do prefeito Antônio Rodrigues e Raimundo Soares de Souza, bem como a Câmara Municipal.

Dos casarões antigos da cidade, a residência de Antônio Florêncio, hoje a Secretaria Municipal da Fazenda, é um dos mais bem preservados na cidade tendo em vista que muitos dos seus traços originais se mantem. Os elementos arquitetônicos da fachada original foram preservados, existindo alteração somente em sua parte interna, pois a mesma precisou se adequar as necessidades do órgão público. Salienta-se que essa edificação foi o primeiro prédio construído em Mossoró usando-se em suas estruturas, vigas de concreto armado, assinalando assim o começo de uma nova era no setor de construção no município (FIGURA 36).



Figura 36 – Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró
Fonte: A autoria do Autor (2022)

6.1.9 Biblioteca Municipal Ney Pontes

A biblioteca municipal Ney Pontes, uma edificação de caráter eclético que contém bastante adornos na composição de sua fachada, tendo como um dos principais elementos visíveis, o clássico balaústre em concreto que compõe os guarda-corpos e o frontão circular. O prédio foi originalmente a primeira escola técnica de comércio, sendo ela ligada a Sociedade União Caixeiral. Alguns anos depois, nessa mesma edificação, foi criada a primeira escola de ensino superior na cidade, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução n.º 01/43, de 18 de agosto de 1943. Passados alguns anos, o prédio sedia a biblioteca municipal, que é como hoje é encontrada. A Sociedade “União Caixeiral” foi reconhecida como de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 509, de 29 de novembro de 1921, tendo sido registrada no Conselho Nacional de Serviço Social em 15 de dezembro de 1952, sob o n.º 107.390/52. Foi também reconhecida como entidade filantrópica pela Receita Federal através do ato DT n.º 095/78, de 17 de julho de 1978.

Apesar de sua grande importância para o município, o exemplar não se encontra em um bom estado de conservação, tendo sua estrutura comprometida pelas intempéries e o tempo. É nítido o descuido com o equipamento público. Na edificação pode ser encontrado patologias como deslocamento de reboco e tinta, rachaduras, umidade tanto na estrutura como nas esquadrias, bem como fissuras e oxidação em partes de metais, comprometendo assim a sua funcionalidade (FIGURA 37).



Figura 37 – Biblioteca Municipal Ney Pontes
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

6.1.10 Casarão Branco

Esta edificação tem seus vestígios históricos perdidos no tempo, ao ponto de não ter conseguido historicizar sua construção. Esta é uma das grandes incógnitas patrimoniais do município. Há registros fotográficos e testemunhas de que a mesma esteve erguida em meados de 1920.

O edifício residencial de grande presença eclética, hoje se encontra abandonado, servindo de abrigo para moradores de ruas e à mercê das interferências das intempéries naturais. Ressalta-se que a mesma não teve o nome do seu proprietário divulgado (FIGURA 38 e 39).

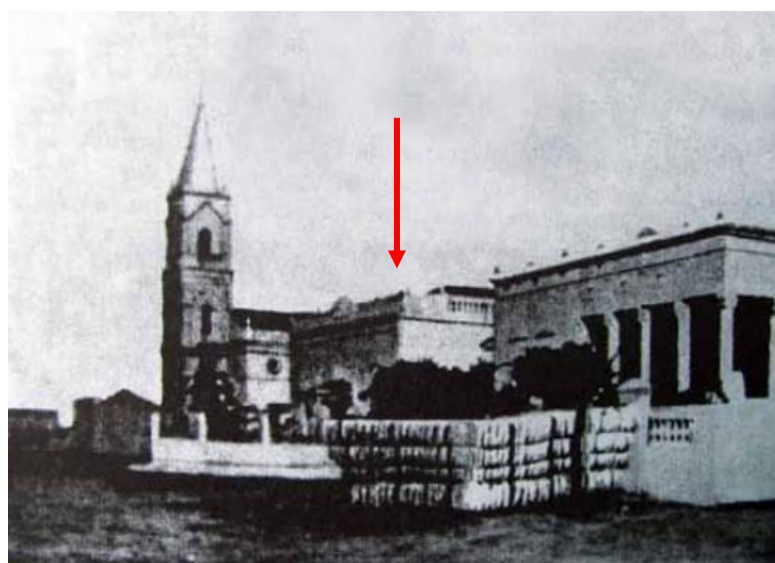


Figura 38 – Igreja de São Vicente, Casarão Branco e Palácio da Resistencia, meados de 1920
Fonte: Acervo de Nascimento (2020)



Figura 39 – Casarão Branco
Fonte: Autoria do autor (2022)

6.2 INVENTÁRIADO DOS BENS PATRIMONIAIS DE MOSSORÓ

A partir dos estudos realizados em cima das dez edificações inventariadas, pode-se pressupor, que o inventário passa a ser entendido como um instrumento em prol da política preservacionista. Desta forma, tende a cumprir seu papel no município, atuando na defesa de seus costumes culturais, econômicos, artísticos e arquitetônicos, bem como de sua memória histórica.

Denota-se que os edifícios inventariados se encontram na continuidade da presente pesquisa, dentro de uma sequência cronológica da construção das edificações e que sua análise, foi debruçada em cima de suas fachadas (frontal, posterior e laterais).

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 01

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Catedral de Santa Luzia

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Praça Vigário Antônio Joaquim, s/n - Centro, Mossoró - RN, 59600-520

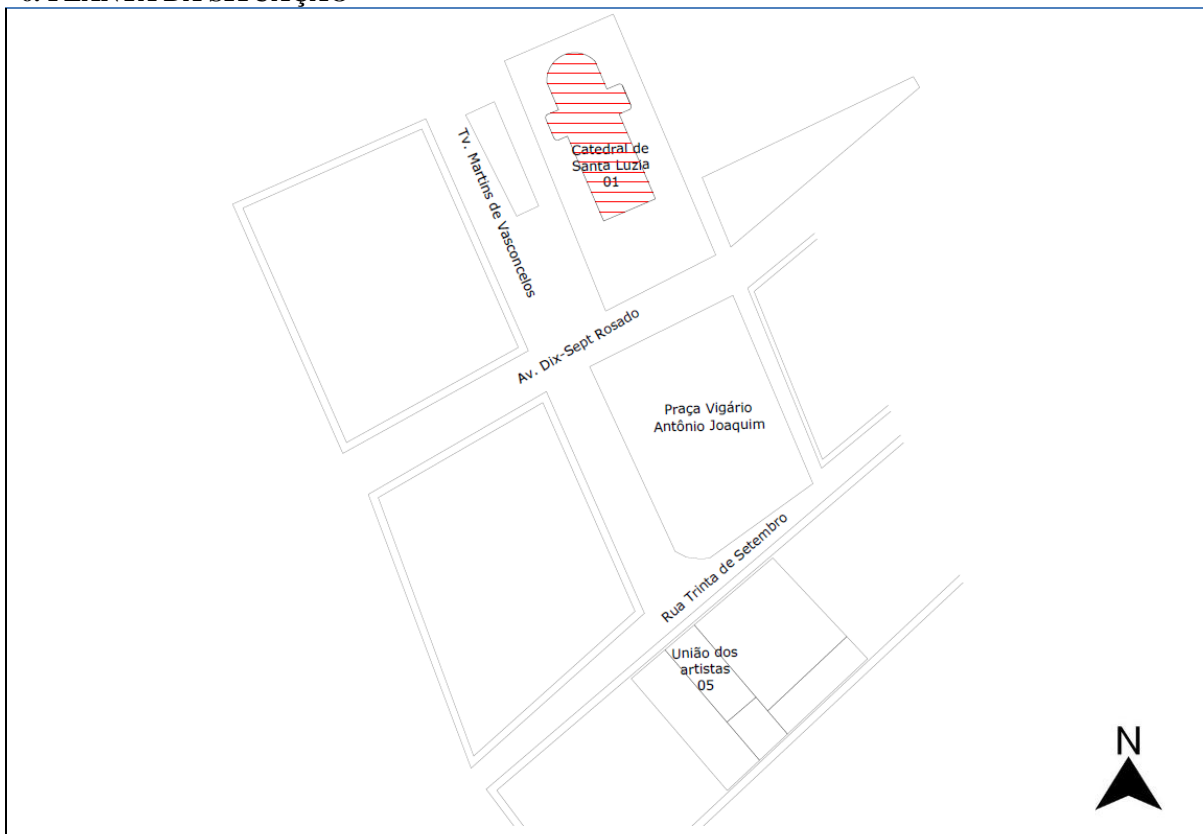
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró/Paróquia de Santa Luzia

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Construção iniciada em 1772

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



7. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Centro Religioso	Centro Religioso	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
X					
Outro/obs:					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	-	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal		Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs: E laje							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso	X	Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 2							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X	Independente				
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço. Diante intervenções, encontra-se também na estrutura tijolo cerâmico e argamassa de cimento.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco e revestimento de pedra natural em mosaico.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A fachada contém a pintura predominante na cor bege com detalhes em branco.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira; vidro	Vergas em arco
Janelas	Giro	Perfil metálico e vidro	Vergas em arco
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
		X	
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

14. OBSERVAÇÃO

O edifício já passou por inúmeras alterações em suas fachadas

15. IMAGENS COMPLEMENTARES

Frontão da fachada frontal



Fachada frontal

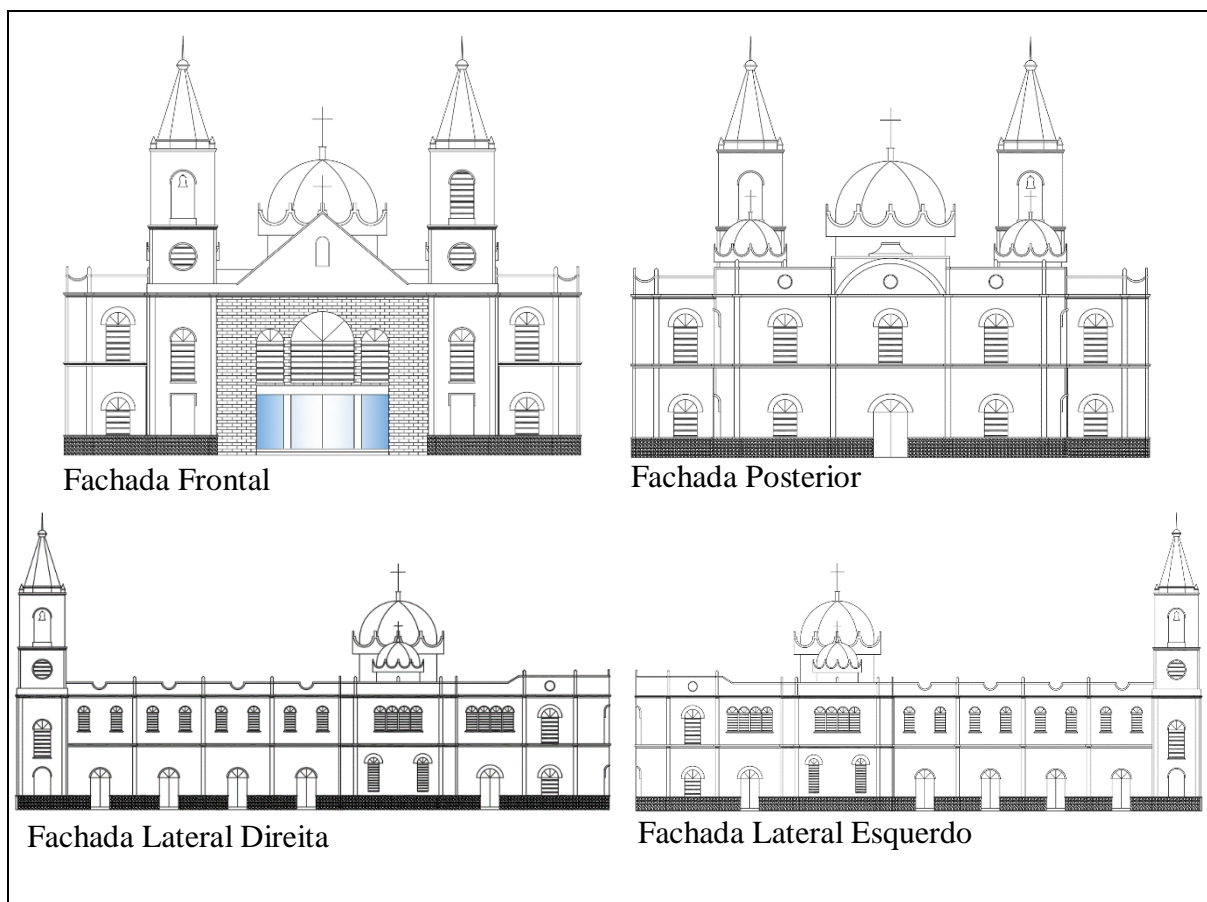


Abóbadas da igreja



Janelas em arcos na fachada frontal

16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

Com a chegada do Sargento Mor Antônio de Souza Machado e sua companheira Rosa Fernandes, na Fazenda de Santa Luzia, após promessa feita por Rosa Fernandes, em 1772 foi dado início a construção da capela de Santa Luzia, que hoje é reconhecida como Catedral de Santa Luzia.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
16/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 02

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Museu Histórico Lauro da Escóssia – Cadeia Pública de Mossoró/Câmara Municipal

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

R. Antônio Gomes Sobinho, 514 - Centro, Mossoró - RN, 59610-150

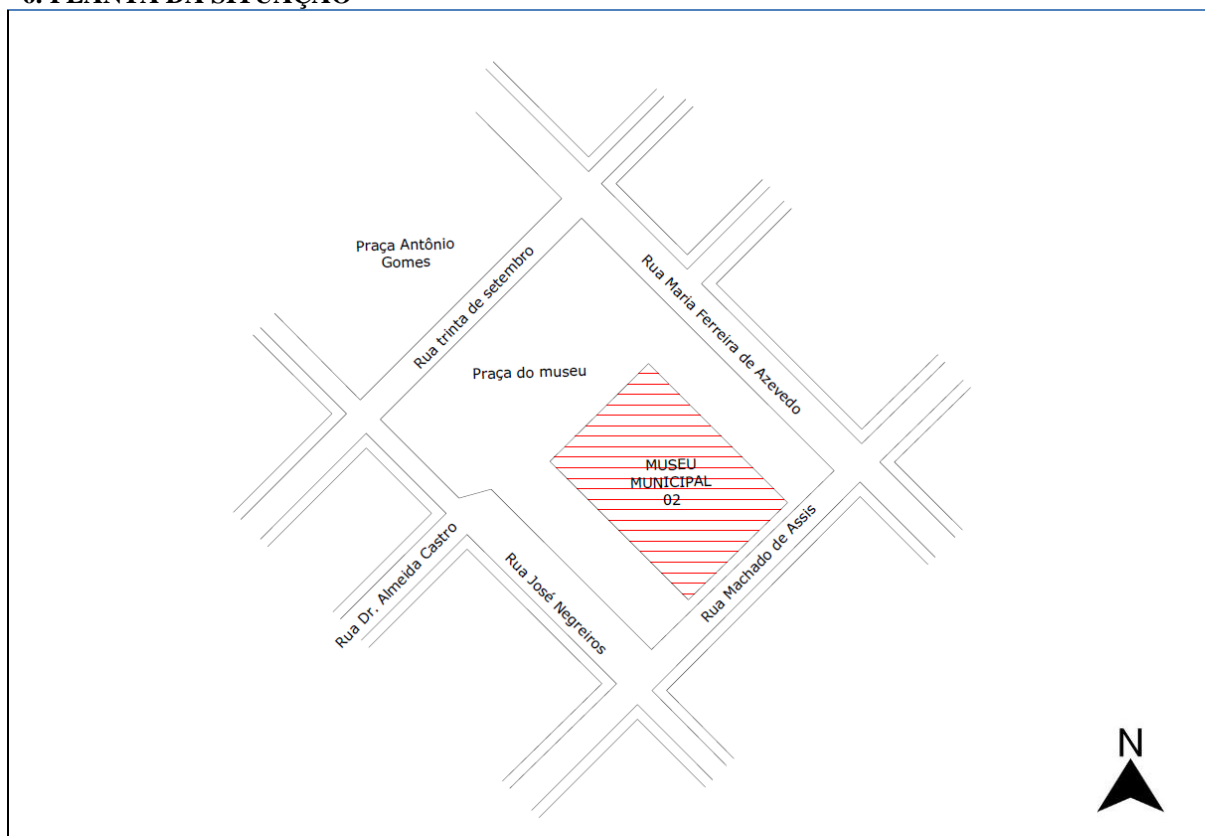
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Inaugurado no ano de 1880

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



8. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Cadeia pública/Câmara municipal	Museu municipal	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Sim	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
			X			X	
Outro/obs: Tombado pela Fundação José Augusto no ano de 1983; Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
	X				X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 2							
12.2 ESTRUTURA							
Portante	X	Independente					
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço.							
12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA							

Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A fachada contém a pintura predominante na cor Amarela em dois tons.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira, grade e vidro	Vergas em arco pleno
Janelas	Giro	Madeira, grade e vidro	Vergas em arco pleno
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

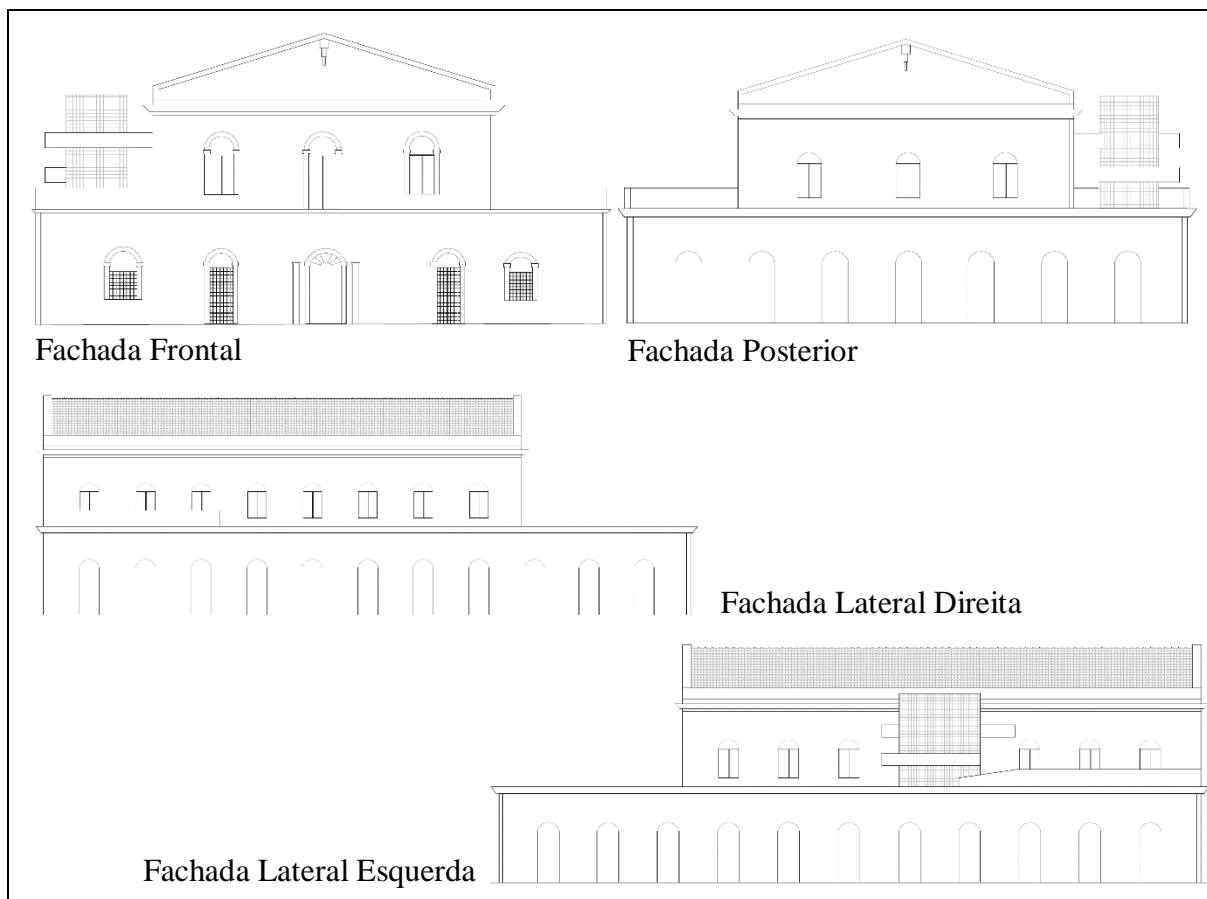
13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
	X		
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

14. OBSERVAÇÃO

Edifício construído há mais de 140 anos, hoje passa por um processo de restauração em sua estrutura, bem como a implantação de acessibilidade. Diante antigas imagens, nota-se pequenas alterações em sua fachada no decorrer dos anos, como a elevação da platibanda na cobertura e uma escada de acesso externo para o piso superior.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES





17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

Hoje a edificação conhecida como Museu Municipal de Mossoró, anteriormente era conhecido como a Cadeia Pública/Câmara Municipal da cidade. Tudo começou com a seca de 1877, conhecida como a “seca dos dois sete” que maltratava os sertanejos, obrigando-os a abandonar suas terras em busca de salvação. Durante esse momento, pela fama que se alastrava sobre o crescimento de Mossoró, a cidade recebeu muitos dos retirantes, que ali chegaram em busca de trabalho, comida e estadia. Nesse processo foi criado uma comissão que tinha por objetivo organizar frentes de trabalho para os indivíduos, colocando-os nas construções de algumas obras públicas. Uma das obras realizadas por esses trabalhadores, foi o prédio da Cadeia Pública construído em dois andares: no andar térreo tinha porões, celas e alojamentos para o Corpo de Guarda; no andar superior, foi instalada a Câmara Municipal.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
16/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 03

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Estação das Artes Elizeu Ventania

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Av. Rio Branco, Av. Augusto Severo - Centro, Mossoró - RN, 59611-400

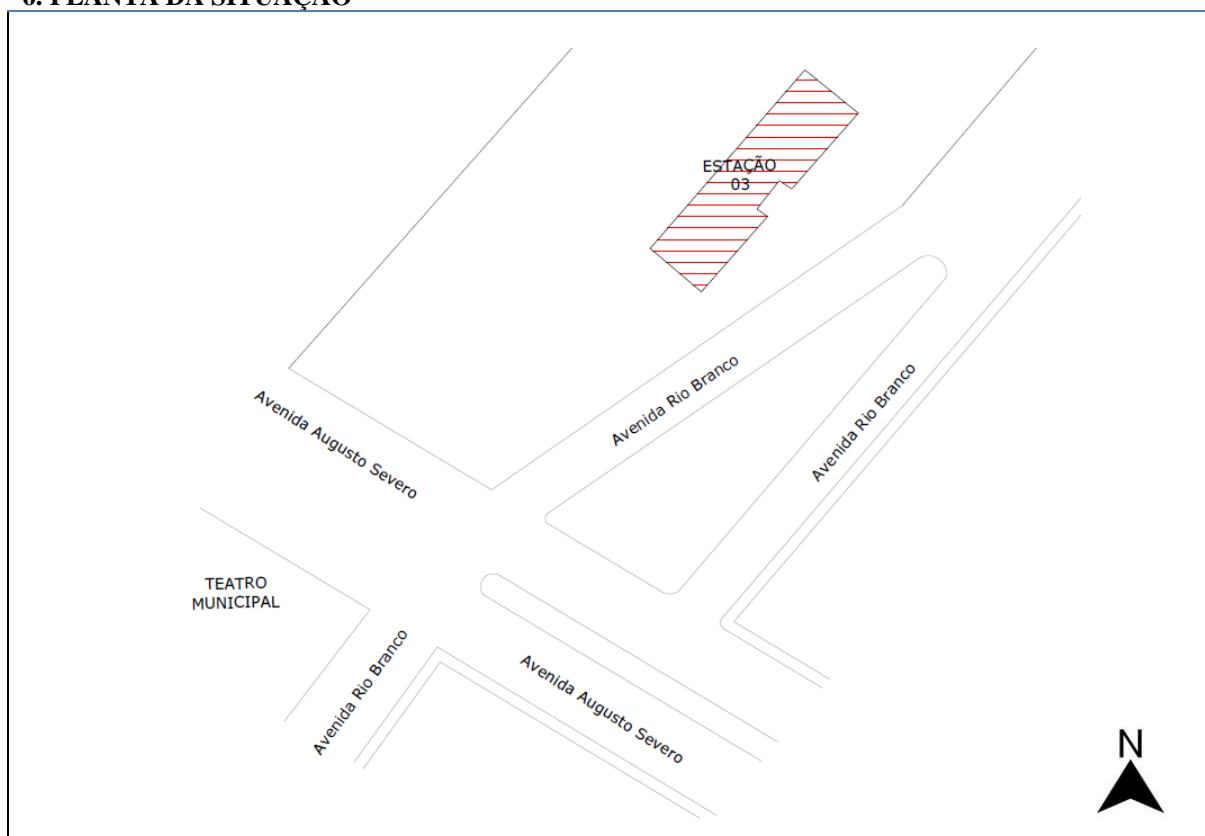
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Inaugurado no ano de 1915

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



9. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Estação de Trem	Museu/espaco de eventos	Ocupado
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferrovário
					X
Outro/obs:-					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2 (Térreo)	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Não	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
	X				X	X	
Outro/obs: Antiga estação ferroviária da cidade, a qual abriu portas a um grande avanço econômico							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			X
Outro/obs: e laje							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso	X	Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 4							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X	Independente				
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado "colante" e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A edificação contém a cor azul como predominante em toda construção, e o branco nos detalhes.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira	Vergas Retas e curvas
Janelas	Giro	Madeira	Vergas Retas e curvas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

14. OBSERVAÇÃO

A antiga estação de trem do município de Mossoró, destaca elementos arquitetônicos como platibanda em balaústre de concreto, molduras em argamassa nas aberturas de esquadrias e frontão. Inteira-se que ambos os elementos se encontrando em um ótimo estado de conservação, bem como os demais elementos arquitetônicos externos.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



Fachada frontal

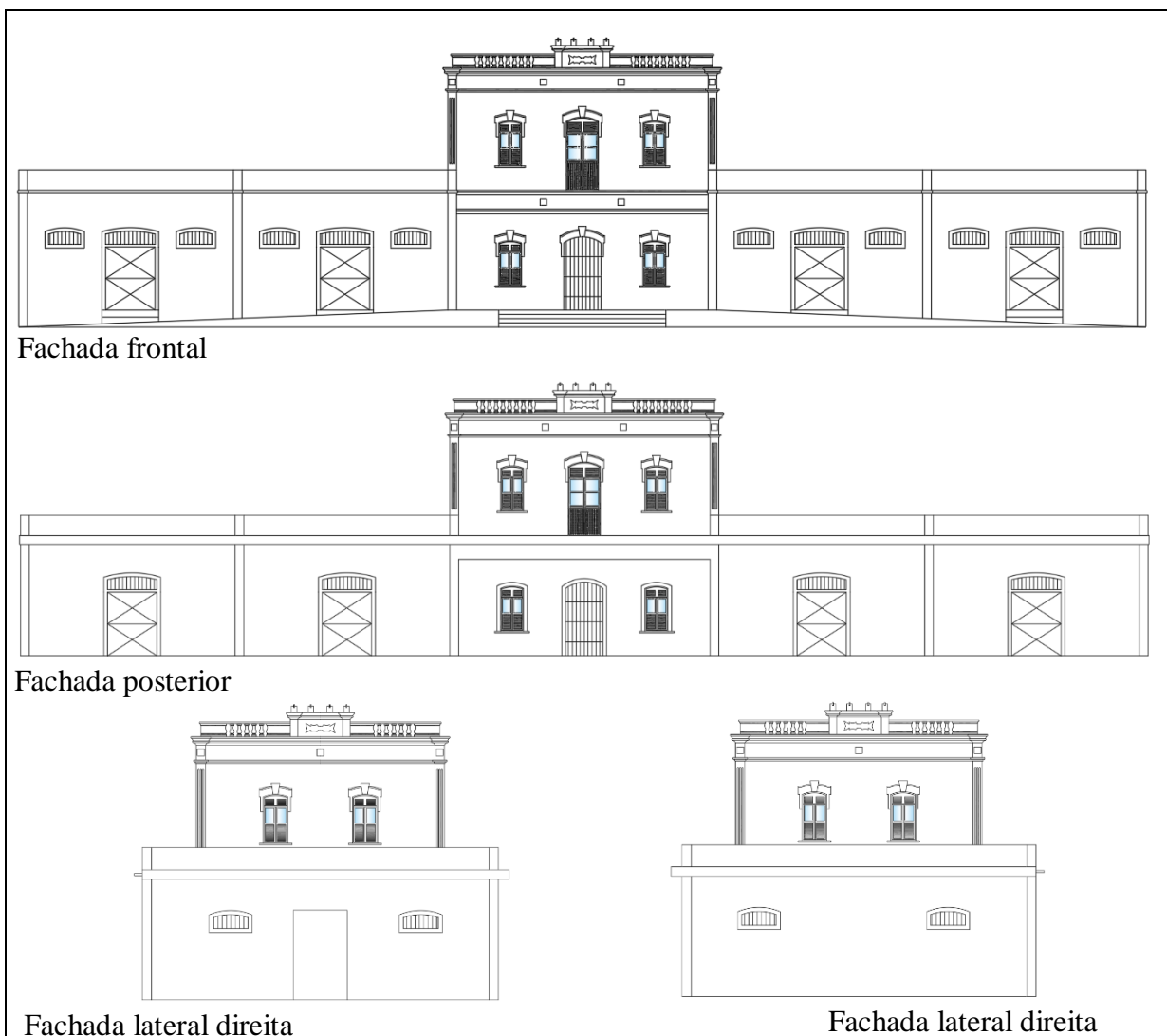


Fachada posterior



Perspectiva achada posterior

16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

Há 108 anos, nesta edificação, funcionava um espaço de expansão econômica no município, onde trafegava a Estação Ferroviária, com linha que transitava entre o município de Porto Franco, hoje conhecido como Grossos. Em 1915 foi inaugurado o primeiro trecho da ferrovia que levou ainda mais de 35 anos para alcançar a Paraíba. Durante anos, foi o principal meio de locomoção da produção e dos habitantes da região. Em 1989 a ferroviária foi desativada e em 1999, através da parceria entre a Prefeitura de Mossoró e a Petrobras, o antigo prédio se transforma no palco dos principais e mais grandiosos eventos da cidade.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 04

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Igreja de São Vicente

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

R. Dr. Francisco Ramalho - Centro, Mossoró - RN, 59600-240

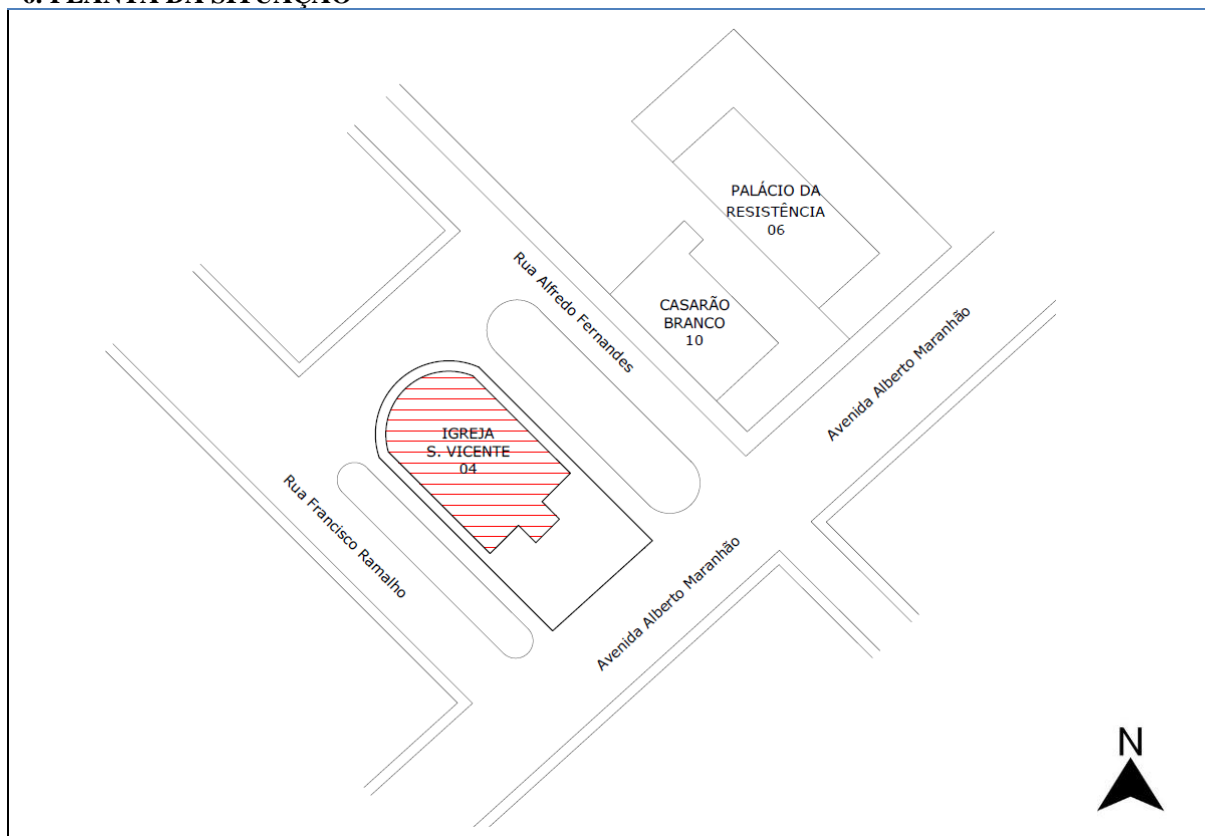
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró / Paróquia de Santa Luzia

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Inaugurado no ano de 1919

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



10. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Igreja	Igreja	Ocupado
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferrovário
X					
Outro/obs:-					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	1 (Térreo)	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Não	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs: Palco sobre a invasão do bando de lampião na cidade de Mossoró.							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal		Francesa		Fibrocimento			X
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 2							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X		Independente			
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A edificação contém a cor bege como predominante em toda construção, e o branco nos detalhes.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira	Vergas Retas
Janelas	Giro	Madeira	Vergas Retas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

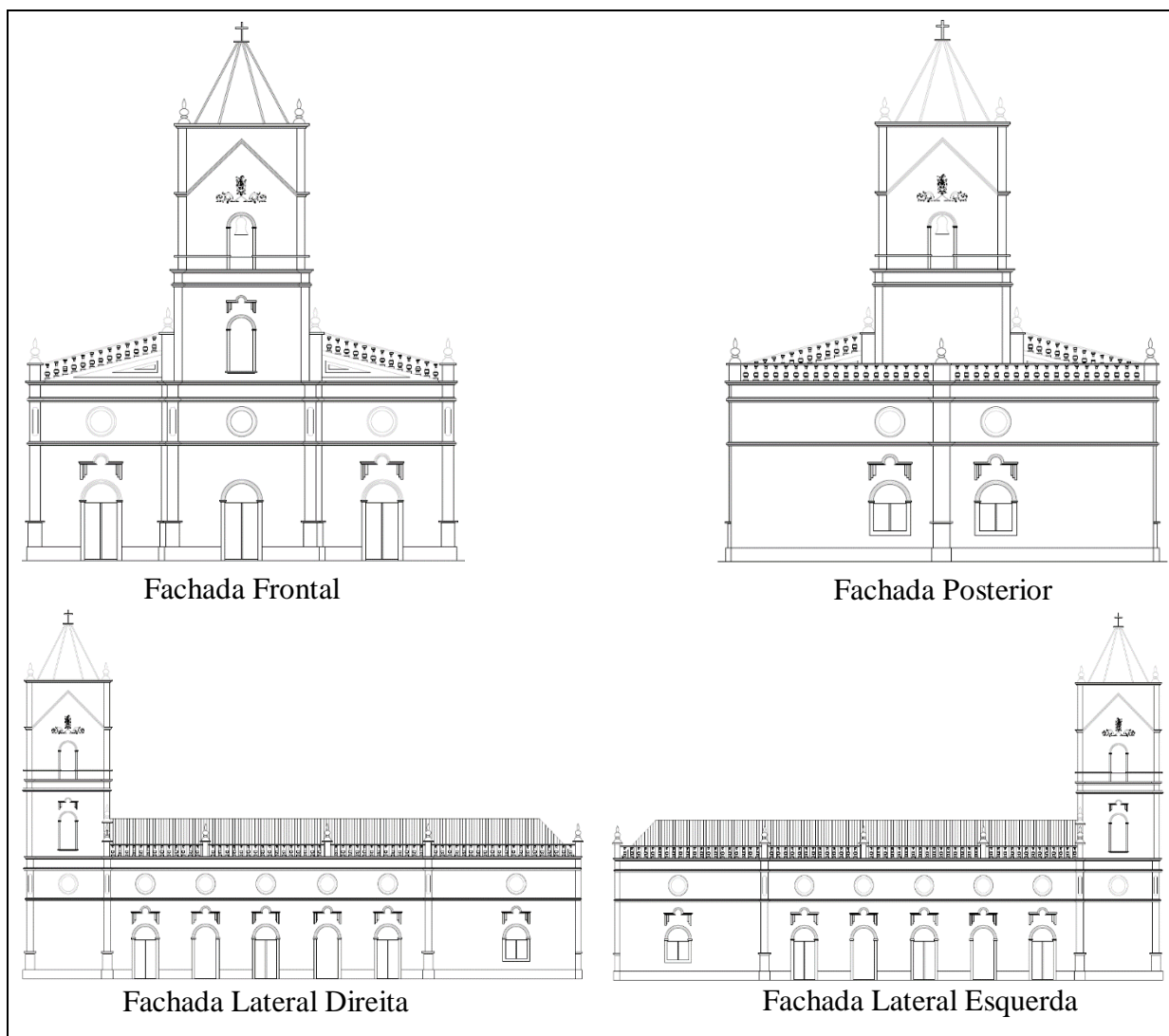
14. OBSERVAÇÃO

A igreja destaca elementos arquitetônicos como platibanda rendilhada e as molduras em argamassa nas aberturas de esquadrias, ambas se encontrando em um ótimo estado de conservação, bem como os demais elementos arquitetônicos externos.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

Inaugurada no dia 20 de julho de 1919, a igreja de São Vicente vem prestando serviços religiosos até hoje. Tal construção teve partido no ano de 1915 durante a terrível seca que atormentava o nordeste brasileiro. Os serviços da construção da igreja serviram para amenizar o sofrimento das numerosas levas de retirantes que chegavam na cidade, pois os esforços colocados para erguer o templo, era remunerado, e mesmo que pouco, dava para amenizar a fome. Segundo o historiador e professor Almeida Barreto, “Aquele templo é uma dádiva de suor, sangue e lágrimas, dos retirantes, de 1915. Merece um poema à memória de um êxodo forçado”. A igreja ainda se faz palco de um outro fato marcante, que é quando o templo de São Vicente serviu de abrigo para os defensores da cidade na época em que Mossoró foi atacado pelos cangaceiros chefiados por Lampião no ano de 1927.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 05

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

União dos Artistas

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

R. Vicente Sabóia, 215 - Centro, Mossoró - RN, 59600-120

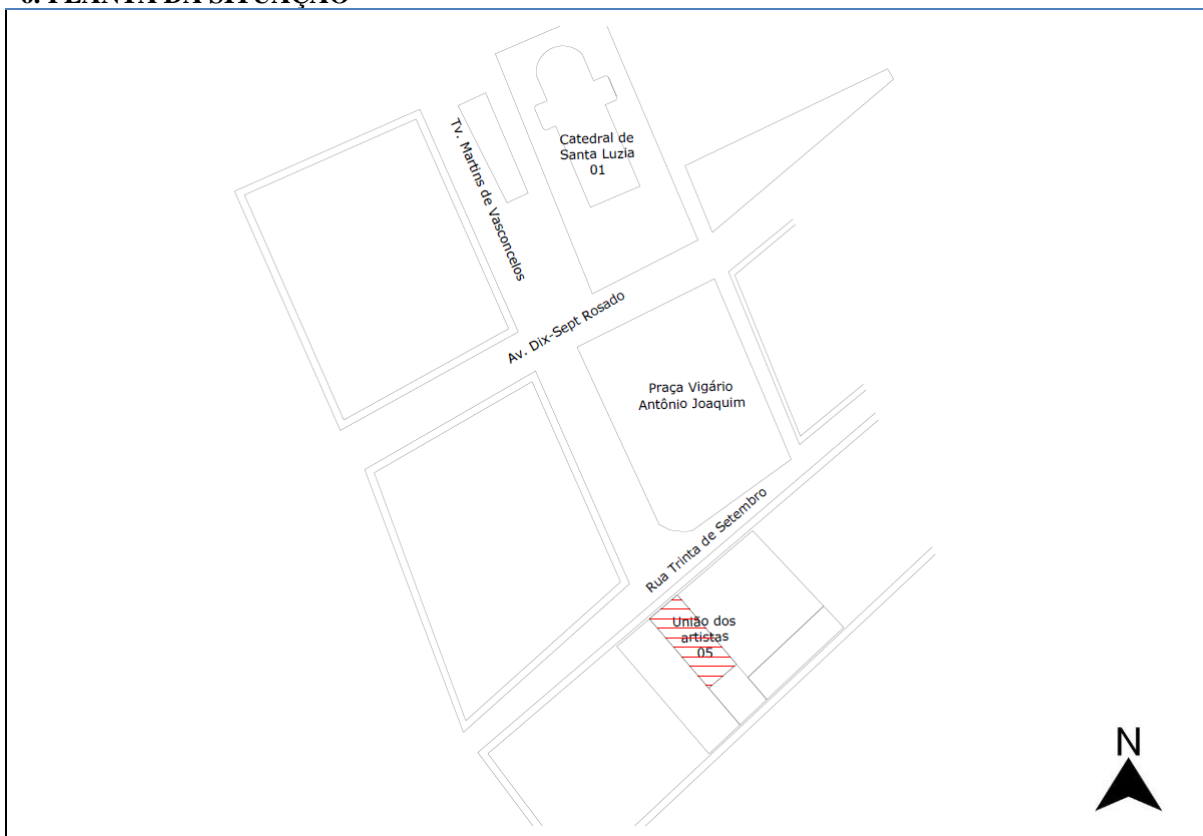
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

-

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Inaugurado no ano de 1919

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



11. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública		Privada	X	Mista	
---------	--	---------	----------	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Escola Profissionalizante	Comercial (Loja)	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:-					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Sim	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal		Francesa		Fibrocimento			X
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda		Lambrequim			
Outro/obs: Não há acabamento							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 1							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X		Independente			
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação tem em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço. Contudo, por conta das intervenções realizadas, há também tijolo cerâmico e argamassa de cimento.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco e revestimento cerâmico.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A edificação contém a cor amarela como predominante em toda construção, e o branco nos detalhes.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro e rolo	Madeira e metal	Vergas Retas
Janelas	Giro e rolo	Madeira e metal	Vergas Retas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
	X		
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

14. OBSERVAÇÃO

A edificação ainda tem elementos arquitetônicos como o frontão que carrega o brasão da “União dos Artista” e detalhe em coluna da ordem dórica.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



Fachada frontal

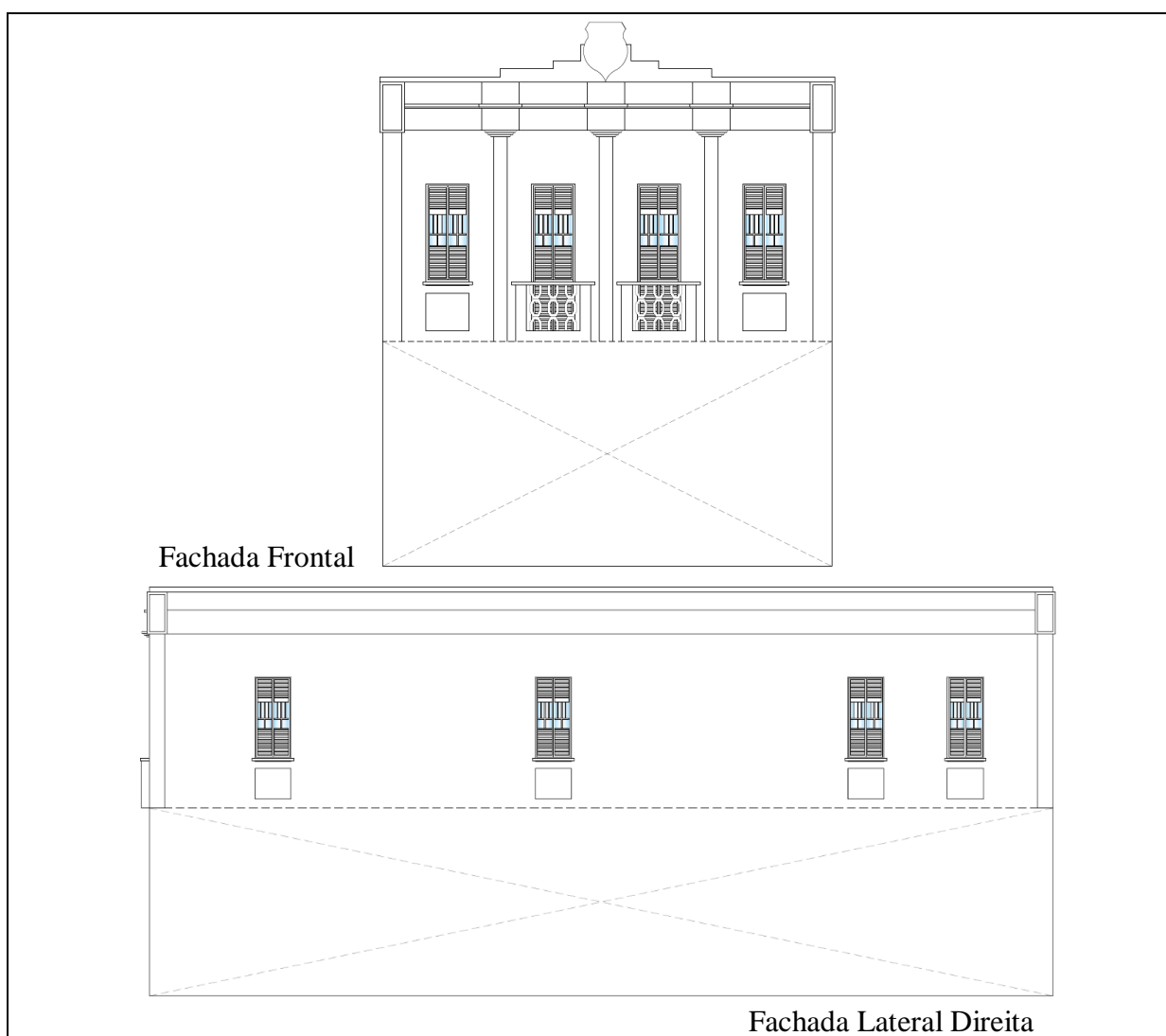


Brasão da União dos Artistas



Perspectiva da edificação

16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Revitalização das pinturas e estruturas, extraindo ao máximo de sua versão original, bem como manter a manutenção preventiva

HISTÓRICO

Edifício construído em 14 de setembro de 1919, pela Sociedade Beneficente União de Artistas, tendo como objetivo congrega artistas locais de diferentes áreas profissionais. Hoje o prédio se encontra modificado, sendo realizado intervenção principalmente em sua cobertura em telha de barro cozido tipo colonial alterado para fibrocimento ondulado, e com ocupação comercial, sendo ela dividida em dois empreendimentos.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 06

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Palácio da resistência – Sede da prefeitura de Mossoró

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Av. Alberto Maranhão, 1751 - Centro, Mossoró - RN, 59600-005

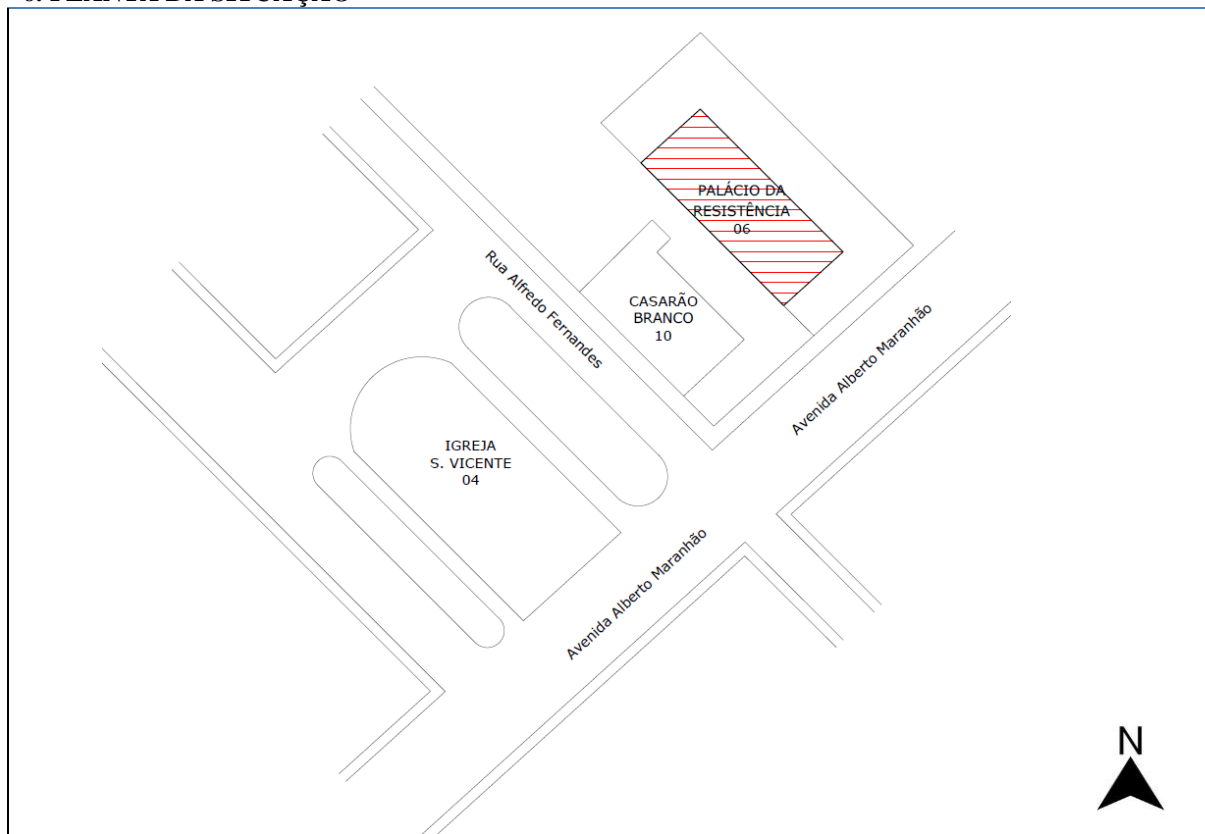
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Meados de 1920

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



12. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Residencial	Sede da prefeitura da cidade	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	1 – Térreo	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Não	Porão	Sim
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 148/1983 e 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 4							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X	Independente				
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A fachada contém a pintura predominante na cor branca com detalhes em azul.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Janelas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

14. OBSERVAÇÃO

A edificação se encontra em um ótimo estado de preservação e conservação, sendo poucas as alterações externas. A alteração que se pôde notar, se relacionam as adequações diante as normas de acessibilidade, já que hoje se trata de uma edificação com atendimento ao público.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



Fachada frontal



Fachada lateral esquerda



Perspectiva da edificação



Escadaria de entrada frontal

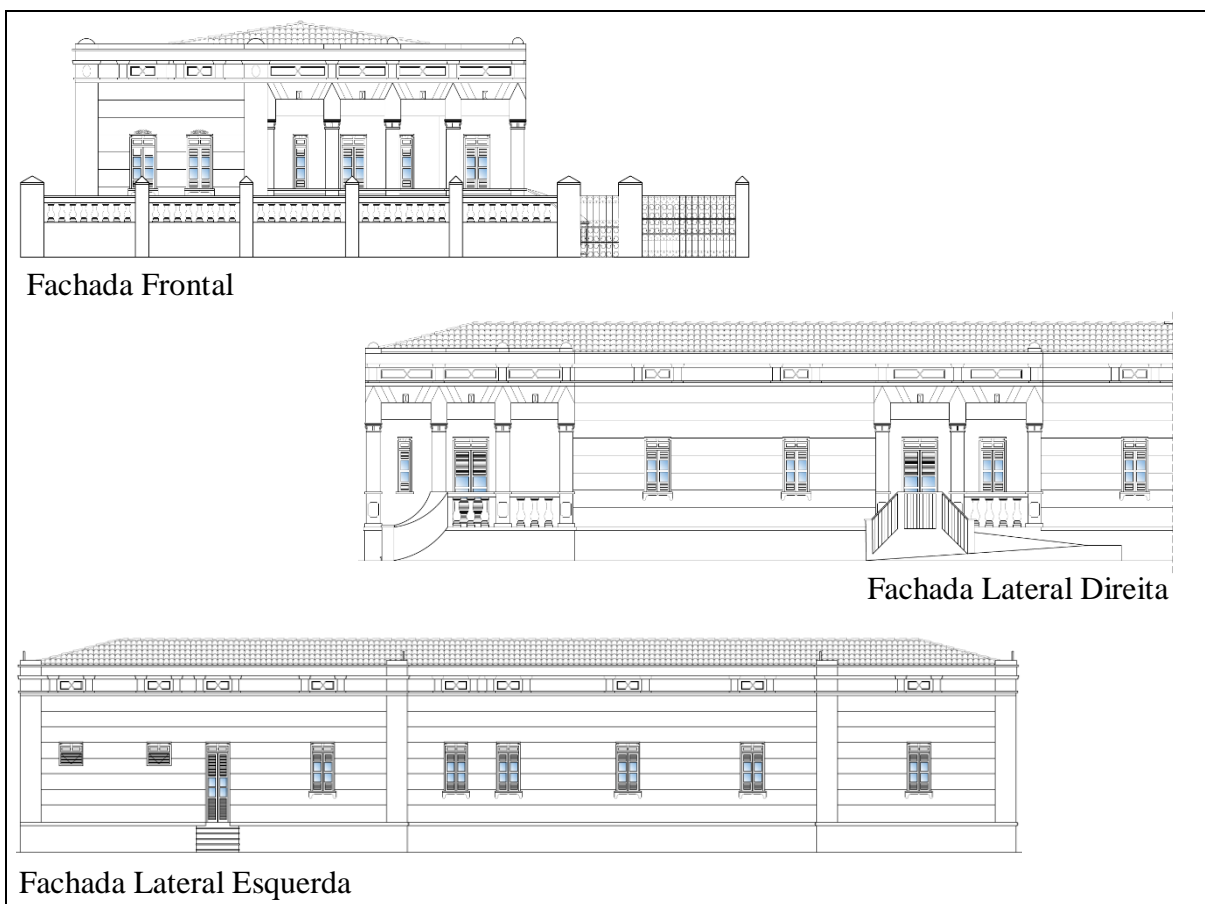


Guarda-corpo e coluna jônica



Entrada lateral esquerda

16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

Projetada em estilo eclético e construído em meados de 1920, o Palácio da Resistência, atual gabinete do prefeito, foi a residência do ex-prefeito de Mossoró, Rodolfo Fernandes, sendo hoje reconhecido como símbolo da coragem mossoroense. O Palácio da Resistência foi uma edificação fundamental no ano de 1927, que serviu como base para a articulação de políticos e autoridades policiais na organização da defesa da cidade contra lampião e seu bando. Em 1986, a edificação deixa de ser um equipamento residencial e passa a abrigar a Prefeitura da cidade, recebendo o nome 'Palácio da Resistência', como forma de homenagear o grande feito.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 07

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Casarão Verde

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Av. Augusto Severo, 282 – Centro, Mossoró - RN, 59600-150

4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Indeterminado

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Meados dos anos de 1930

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



13. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública		Privada	X	Mista	
---------	--	---------	----------	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Residencial	Sem Uso	Desocupado
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Não	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 148/1983 e 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 2							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X	Independente				
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A edificação contém a cor verde aplicada na fachada frontal e lateral esquerda, e amarela na lateral direita.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	-	-	Vergas Retas
Janelas	-	-	Vergas Retas
Outro/obs: A edificação não possui mais esquadrias			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
		X	

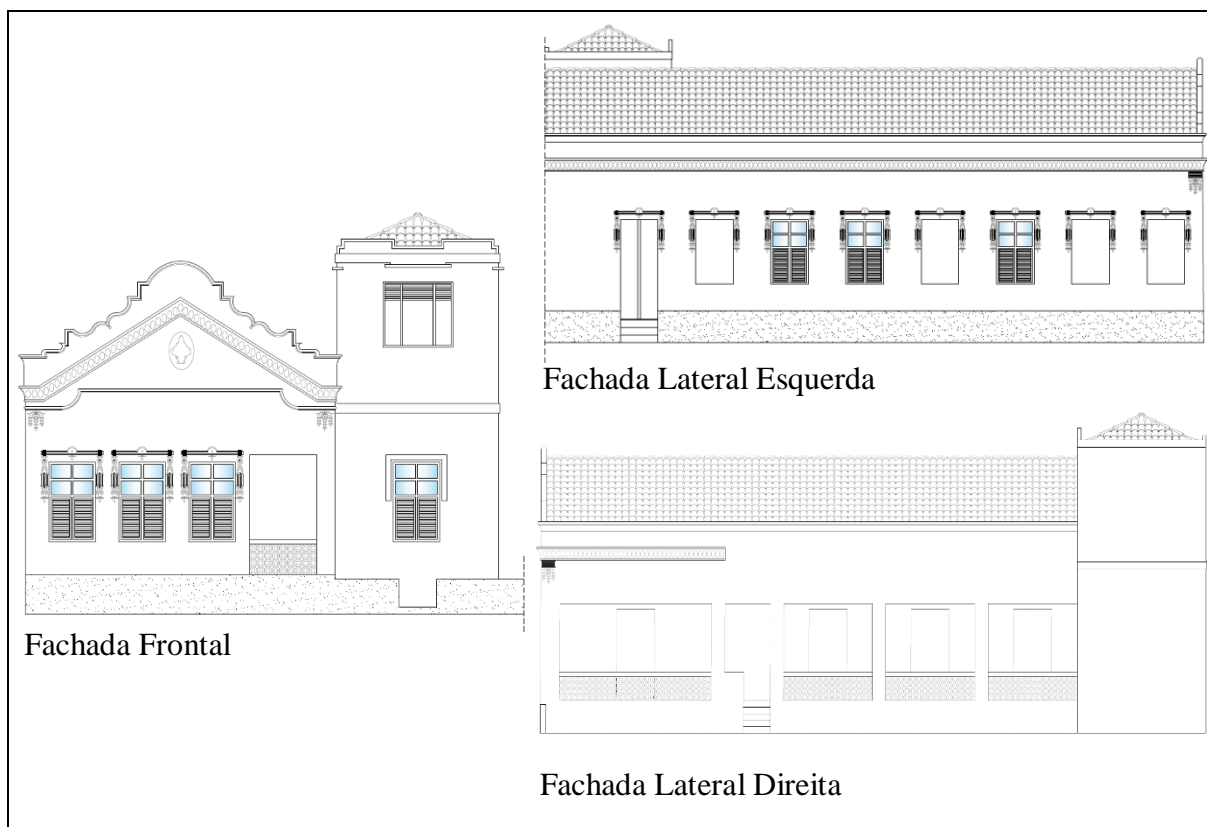
14. OBSERVAÇÃO

O edifício encontra-se em estado precário de conservação. A maioria de suas esquadrias foram removidas e a sua estrutura se encontra em arruinamento, perdendo aos poucos sua história e características arquitetônicas da época de sua construção.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Buscar reconstruir suas esquadrias por meios de pesquisa de, imagem ou entrevista com a população, buscando extrair o máximo de sua estrutura original, bem como realizar reparos em sua cobertura e estrutura arquitetônicas.

HISTÓRICO

Edifício construído sobre os traços da arquitetura eclética, foi residência do ex-prefeito da cidade de Mossoró, Francisco Vicente Cunha da Mota, e sua família. Em 2017, o casarão foi palco de protesto por um grupo de estudantes do curso de arquitetura que notaram movimentações da sua demolição. Assim, os alunos que reconheciam a construção como parte do patrimônio arquitetônico da cidade, agiu em prol de sua preservação. O movimento teve o apoio do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), que recomendou, em caráter de urgência, que fosse suspensa toda e qualquer reforma que estivesse sendo realizada, alegando que o prédio construído na década de 1930, tinha um valor histórico, paisagístico e artístico na cidade.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 08

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Secretaria Municipal da Fazenda

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Av. Alberto Maranhão, 1180 - Centro, Mossoró - RN, 59600-185.

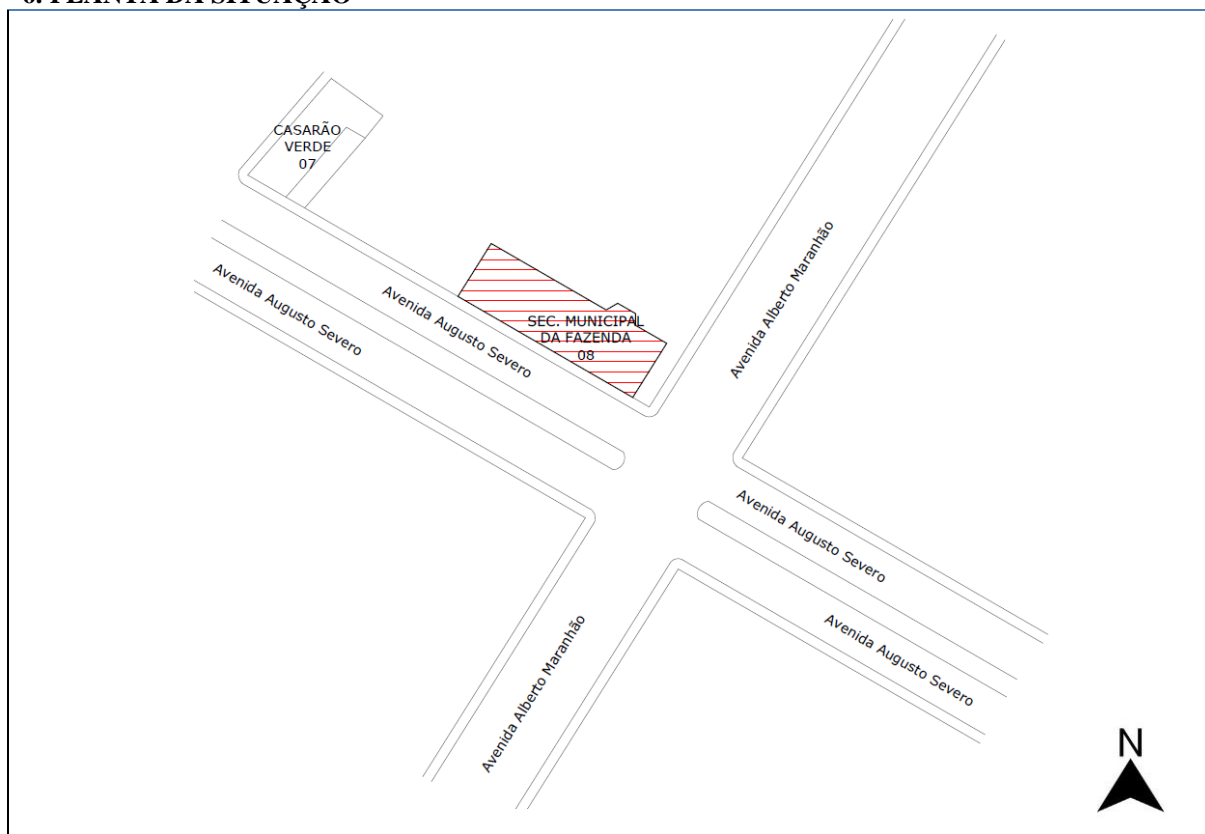
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Construído na década de 1937

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



14. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Residencial	Sec. Mun. da Fazenda	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:-					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Sim	Porão	Sim
Outro/obs: -			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
							X
Outro/obs: Lei municipal 148/1983 e 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs:							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs: platibanda rendilhada							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha		Friso		Frontão			X
Outro/obs:							
N° de Águas: 8							
12.2 ESTRUTURA							
Portante		X	Independente				
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado "colante" e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A edificação contém a cor vermelho bordô em detalhes e uma predominância na rosa clara.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Porta de Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas retas
Janelas	Janela de Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas retas
Outro/obs: A predominância do tipo de janela é de giro, entretanto se contempla de guilhotina.			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
X			

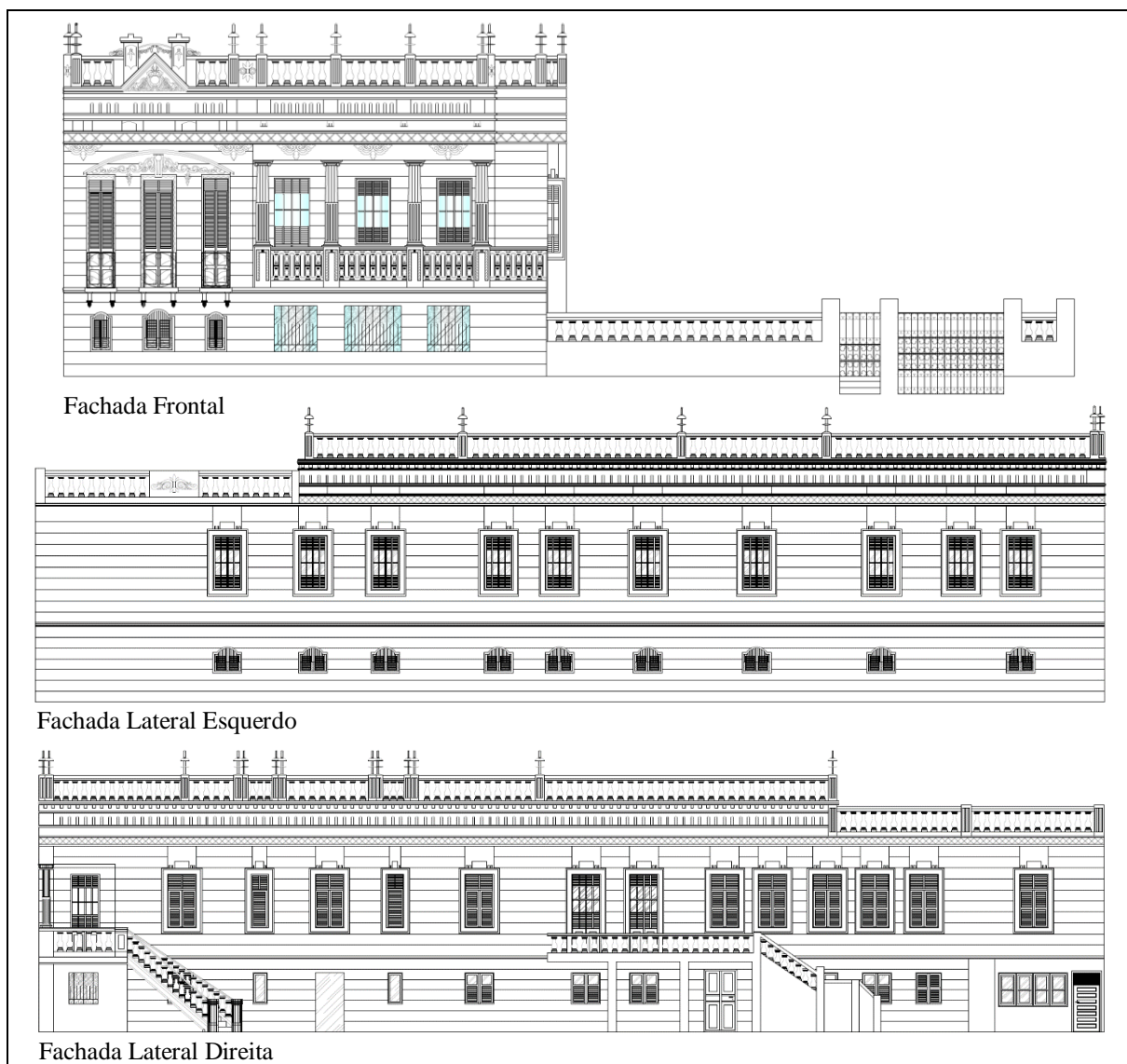
14. OBSERVAÇÃO

A edificação se encontra em um bom estado de preservação e conservação. O bem consta com grandes elementos arquitetônicos da época, como a platibanda rendilhada, pilares com capitel jônico, bancada com gradis, arabescos e o clássico guarda corpo com balaústre em concreto.

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



16. ELEVACÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Manter a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

O palacete de Antônio Florêncio, atual Secretária Municipal da Fazenda de Mossoró, foi projetado em estilo eclético, foi construído na década de 1930, sendo a primeira a se utilizar vigas em concreto armado, transformando-se em um marco para a construção em Mossoró. Noventa e dois anos se passaram e o palacete de Antônio Florêncio continua forte e belo. Os salões do palacete abrigaram, por várias vezes, a sociedade mossoroense em suntuosos bailes e luxuosos banquetes, numa prática muito usada na época, não somente ali, mas em outras mansões.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
16/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 09

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes – Antiga sede da União Caixeiral de Mossoró

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Praça da Redenção, s/n - Centro, Mossoró - RN, 59600-065

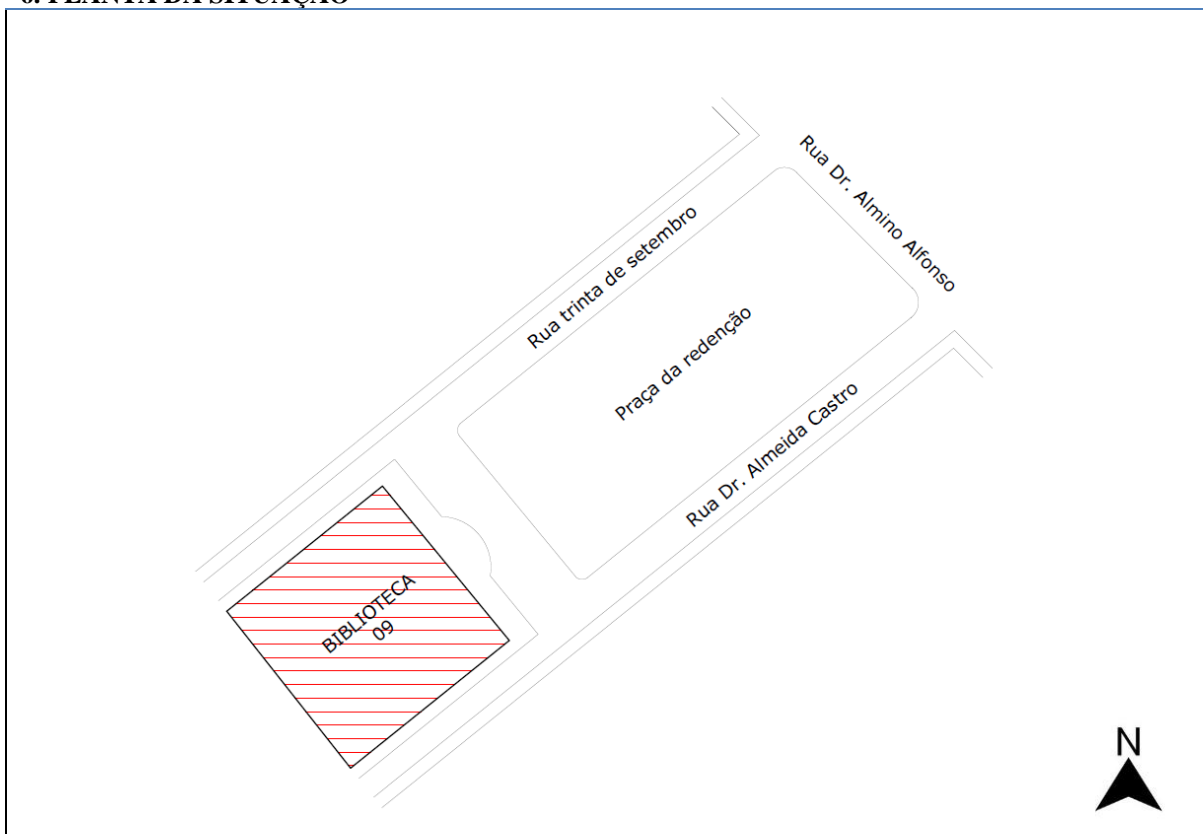
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Mossoró

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Inaugurado no ano de 1937

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



15. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	X	Privada		Mista	
---------	----------	---------	--	-------	--

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Escola Técnica	Biblioteca Municipal	Ocupada
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs:-					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	Não	Porão	Não
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
	X				X	X	
Outro/obs: Escola Técnica de Comércio União Caixaerial, sociedade civil, beneficente, filantrópica e educacional, destinada a assistir social e educacional a classe de empregados do comércio.							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs:							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral		Platibanda	X	Lambrequim			
Outro/obs:							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso		Frontão		X	
Outro/obs: A edificação apresenta um frontão circular							
N° de Águas: 12							
12.2 ESTRUTURA							
Portante	X	Independente					
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado "colante" e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A fachada contém a pintura predominante na cor laranja com detalhes em branco.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Janelas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
	X		

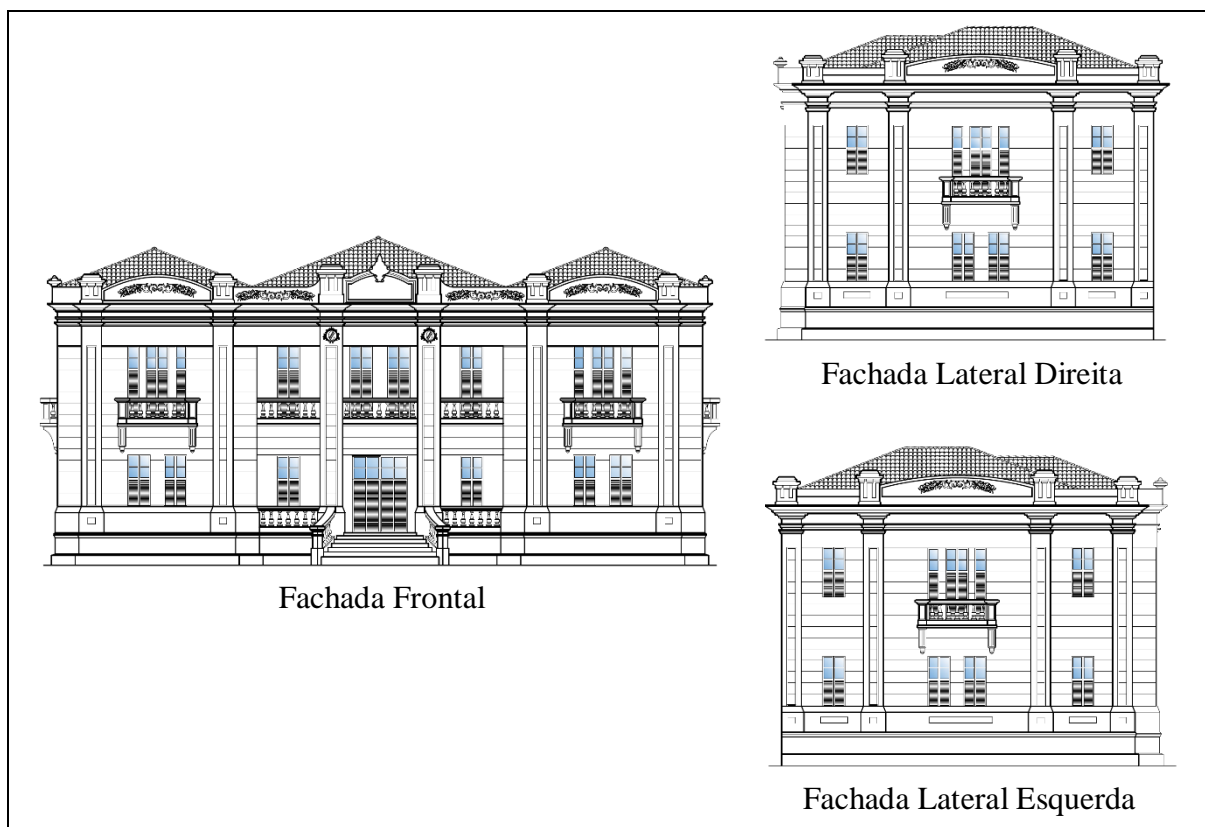
14. OBSERVAÇÃO

As fachadas da edificação, apesar de se manterem íntegras em sua composição, se encontram em uma situação delicado, pois pôde ser notado patologias bem consideradas, na estrutura e nas esquadrias, adquiridas no decorrer de sua vida útil

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Reparos nas esquadrias buscando extrair o máximo de sua estrutura original, bem como realizar reparos em sua estrutura arquitetônicas, pois a mesma está em falta com a manutenção preventiva.

HISTÓRICO

A biblioteca municipal Ney Pontes, uma edificação de caráter eclético que contém bastante adornos na composição de sua fachada como, frisos, arabescos e brasões. Um dos principais elementos visíveis é o clássico balaústre em concreto que compõe os guarda-corpos. Em sua origem, foi sede da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, inaugurada no ano de 1937. A escola teve como representantes da direção da escola, Alcides Dias e o Raimundo Nonato, comerciantes e associados a Sociedade União Caixeiral. Alguns anos depois, nessa mesma edificação, foi criado a primeira escola de ensino superior na cidade, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução n.º 01/43, de 18 de agosto de 1943, por iniciativa da Sociedade União Caixeiral. A Sociedade “União Caixeiral” foi reconhecida como de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 509, de 29 de novembro de 1921, tendo sido registrada no Conselho Nacional de Serviço Social em 15 de dezembro de 1952, sob o n.º 107.390/52. Foi também reconhecida como entidade filantrópica pela Receita Federal através do ato DT n.º 095/78, de 17 de julho de 1978.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
16/03/2022

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Nº ficha: RN/22 - 10

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

Casarão Branco

2. MUNICÍPIO/ESTADO

Mossoró/RN

3. ENDEREÇO

Av. Alberto Maranhão - Centro, Mossoró - RN, 59600-005

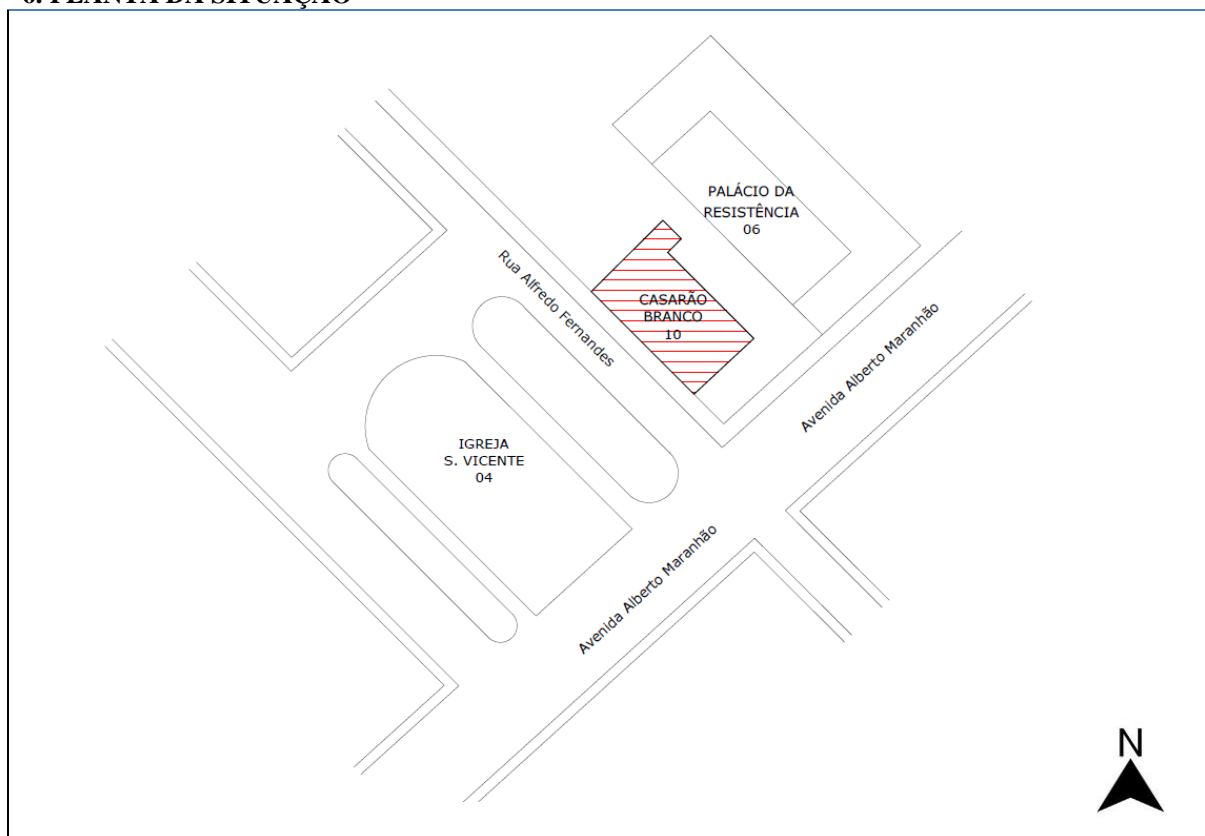
4. NOME DO PROPRIETÁRIO

Não identificado

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

Desconhecida

6. PLANTA DA SITUAÇÃO



16. CARACTERIZAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
			X	

7.2 PROPRIEDADE

Pública	Privada	Mista
	X	

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Residencial	Residencial	Abandonada
Outro/obs: -		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
	X				
Outro/obs: -					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	2	Abaixo da rua (n°)	0
Sótão	-	Porão	-
Outro/obs:			

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
						X	
Outro/obs: Lei municipal 148/1983 e 2749/2011.							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
					X	X	
Outro/obs: -							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA							
12.1.1 TELHAMENTO							
Capa/Canal	X	Francesa		Fibrocimento			
Outro/obs: -							
12.1.2 ACABAMENTO							
Beiral	X	Platibanda	X	Lambreuim			
Outro/obs: -							
12.1.3 COROAMENTO							
Cimalha	X	Friso	X	Frontão		X	
Outro/obs:							
N° de Águas: 5							
12.2 ESTRUTURA							
Portante	X	Independente					
Outro/obs:							
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
A edificação teve em sua construção como principais materiais de vedação, o barro em seu estado “colante” e o tijolo maciço.							

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
Reboco em toda sua estrutura.			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
A fachada contém a pintura predominante na cor branco.			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Janelas	Giro	Madeira (predominante) com vidro	Vergas Retas
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
X			
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
	X		

14. OBSERVAÇÃO

As fachadas da edificação, apesar de se manterem íntegras em sua composição, se encontram em uma situação delicado, pois pôde ser notado patologias bem acentuadas, na estrutura e nas esquadrias, adquiridas no decorrer de sua vida útil

15. IMAGENS COMPLEMENTARES



Fachada frontal



Adorno frontão

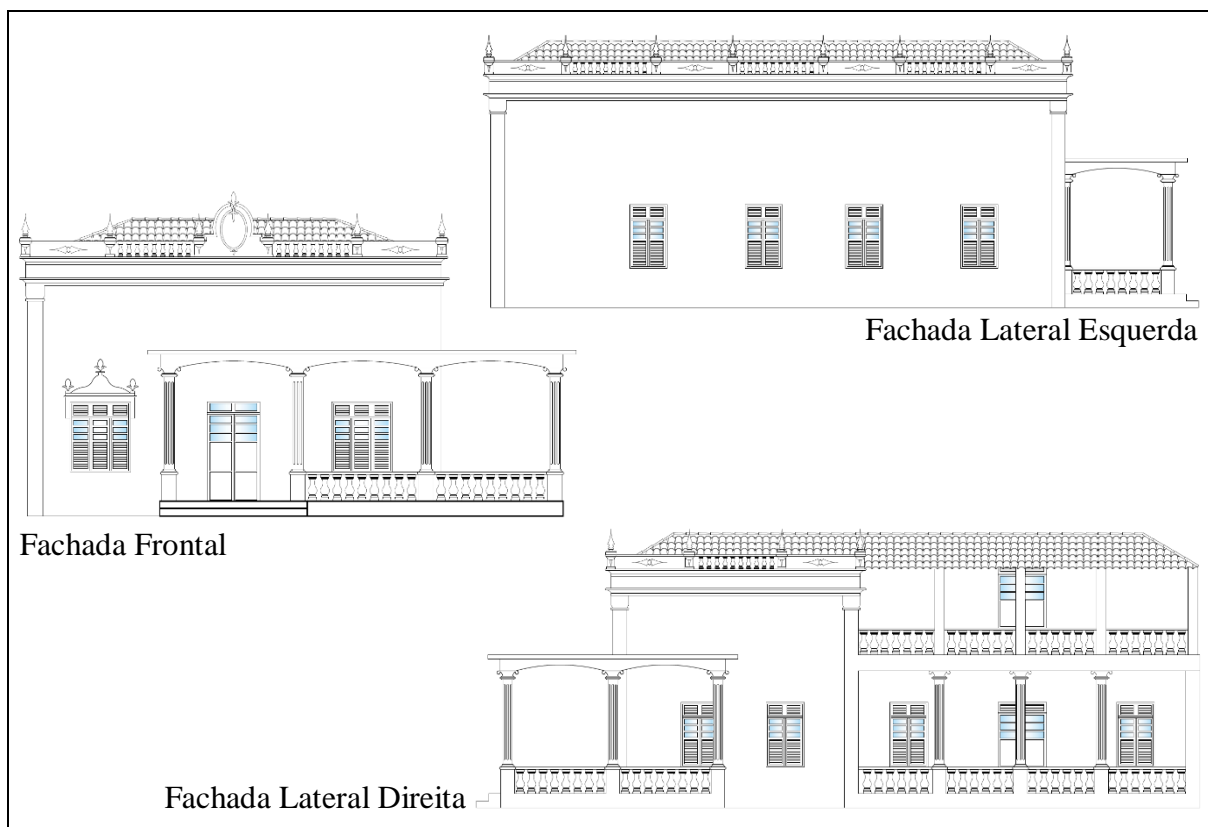


Detalhe cobertura



Detalhe coluna da ordem jônica

16. ELEVAÇÕES



17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Revitalização das esquadrias buscando extrair o máximo de sua estrutura original, bem como realizar reparos em sua estrutura arquitetônicas, pois a mesma está em falta com a manutenção.

HISTÓRICO

O edifício residencial de grande presença eclética, é uma edificação privada que hoje se encontra abandonado, servindo de abrigo para moradores de ruas e à mercê das intempéries. Há registro de que a mesma, na década de 1920, já se encontrava erguida na cidade.

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR
Joatan Jonas dos Santos Silva

DATA
14/03/2022

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste capítulo foram apresentadas as considerações finais desta pesquisa, demonstrando os principais resultados, a contribuição desses resultados, as limitações da pesquisa e as sugestões dadas pelo autor para novas pesquisas que podem ser relevantes, nesta área.

7.1 RESPOSTAS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Após a conclusão do levantamento e análise dos dados, foi possível identificar aspectos importantes acerca das alterações nas fachadas frontais do patrimônio edificado no município de Mossoró, bem como avaliar as edificações e as características arquitetônicas preservadas, mesmo com o passar do tempo. Por mais que o número de edifícios investigados não proporcione um entendimento detalhado, admite-se reflexões e interpretações relevantes de forma a facilitar futuras intervenções e aplicação de novos usos, integrando o passado ao presente.

A vivência junto aos bens e a comunidade e o acesso à documentação que embasou a pesquisa foi de grande valia para o despertar do autor, o sentimento de pertencimento do lugar em um determinado tempo histórico. A memória dos feitos políticos e heroicos do passado são fortemente inseridos na identidade coletiva, porém, nota-se um distanciamento da comunidade e das políticas de preservação aos significados simbólicos dos bens edificados, não promovendo bem a sua preservação.

Esta dissertação de mestrado proporciona, como produto, uma ficha padrão para o resguardo das fachadas das edificações a pertencerem ao Inventário do Patrimônio Cultural de Mossoró, conseguindo assim, alcançar seu principal objetivo. Além disso, a proposta da ficha é proteger os dados coletados para acompanhamento e atualização dos bens edificados. Ressalta-se que este trabalho pretende estimular a padronização avaliativa, analítica e comparativa de novas pesquisas, para a demonstração dos dados das edificações e levantar o questionamento futuro, a partir da análise, se o referido bem valida a permanência no inventário. A investigação e a sua relevância, enquanto patrimônio cultural, permitem que o acima referido seja sugerido como medida estratégica para a preservação desses exemplares.

Dentro do recorte urbano, o bairro Centro da cidade, foi selecionado dez edificações a serem inventariadas. No tempo do levantamento dos dados, a pesquisa apontou para a contribuição positiva dos bens remanescentes de períodos mais antigos no cenário urbano atual, já por outro lado, a falta de preservação de alguns bens geram avaliações negativas. Fica evidente a necessidade de implementação de planos de ações que coíbam tal descaracterização.

O bairro Centro abrange parte da região comercial, sendo possível constatar que essa característica influenciou na alteração do uso das edificações. O Gráfico 01, mostra a seguir, a relação da situação referente a ocupação das edificações existentes, podendo ser observado que mesmo com a centralidade dos bens, ainda pode-se encontrar algumas desocupadas.

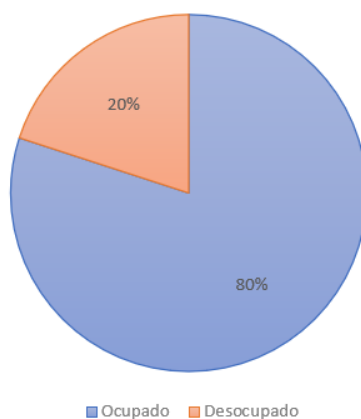


Gráfico 1 – Situação de Ocupação
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Sobre o uso dos bens, ressalta que em relação ao exposto na ficha do Inventário elaborado, observa-se que no ano de 2022, a maioria das edificações estão sendo ocupados por entidade de acesso público, como demonstrado no Gráfico 02.

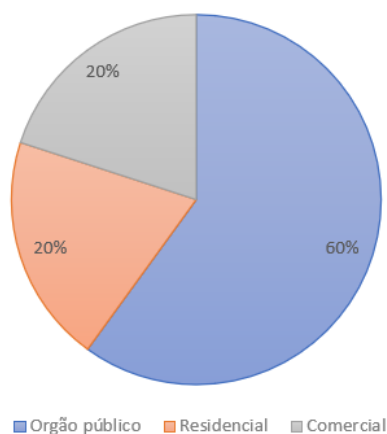


Gráfico 2 – Tipo de ocupação
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A análise da alteração das fachadas das edificações existentes em relação à preservação ou alteração dos elementos decorativos é representado pelo Gráfico 03, demonstrando que todas as edificações ainda preservam alguma característica original.

Sobre o grau de intervenção ocorrida nas fachadas dos bens inventariados, foi realizada pela seguinte distinção: leve, parcial e total. Leve considera a fachada da edificação com mínimas intervenções, em que se predomina a quantidade de elementos construtivos e arquitetônicos preservados; parcial considera as intervenções que subtraíram parte de elementos construtivos, decorativos ou ornamentais da fachada e preservaram outra parte; e total considera a edificação totalmente descaracterizada. O Gráfico 03 ilustra que a maioria das edificações, 90%, teve intervenção leve, 10% tiveram intervenção parcial e nenhuma obteve grau de intervenção total, ou seja, totalmente descaracterizada.

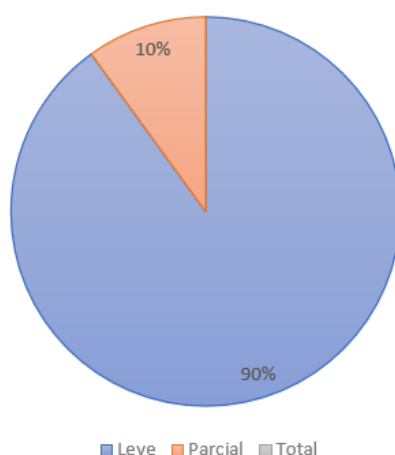


Gráfico 3 – Grau de intervenção
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

E, por fim, pondera-se, por meio do Gráfico 04, o estado de conservação das fachadas bens analisados. Conclui-se que 60% das edificações encontram-se em bom estado de conservação, 20% em estado precário, 20% e 20% em arruinamento.

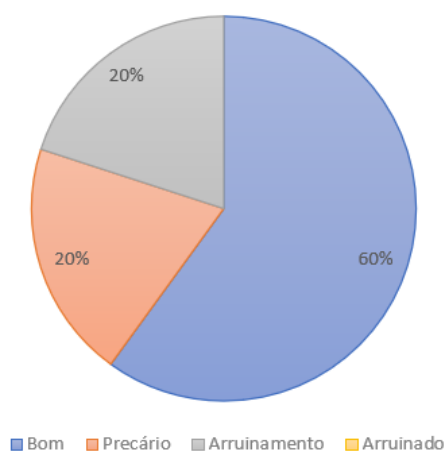


Gráfico 4 – Estado de conservação
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Ressalta-se que em maio de 2022, após inventariar e fotografar todos os patrimônios, a gestão municipal de Mossoró autorizou a demolição do Casarão Verde (FIGURA 40). O casarão havia sido construído em 1930 e estava sobre proteção do Ministério Público do RN, que recomendou em 2017 o tombamento do empreendimento⁴.



Figura 40 – Demolição do Casarão Verde em maio de 2022
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Diante do exposto, nota-se ainda mais a necessidade da construção de um Inventário Urbano no município, articulando as políticas públicas preservacionista ao Plano Diretor Municipal, buscando disponibilizar para consulta pela comunidade, bem como junto a Prefeitura Municipal, sendo incluso como instrumento de referência para o planejamento de ações de valorização e preservação do patrimônio. Tem-se a expectativa de novos estudos referentes ao tema abordado, com a continuidade do inventário contemplando as demais áreas urbanas e as áreas rurais, podendo contribuir para o desenvolvimento do direito ao patrimônio e promoção da preservação dos bens de interesse arquitetônico e cultural.

4 Para saber mais, vide reportagem da página Mossoró Notícias, 2022. Disponível em: <https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/casarao-construido-na-decada-de-1930-e-demolido-em-mossoro>. Acesso em 09 mar. 2023.

7.2 CONTRIBUIÇÕES DOS RESULTADOS

As contribuições dessa trajetória inventarial está na possibilidade de concatenar a história das edificações mossoroenses que marcaram, de algum modo, o surgimento da cidade. Inventariar as dez arquiteturas é ao mesmo tempo evocar lembranças que instauram uma ligação entre passado e presente, consolidando relações identitárias de pertencimento de uma comunidade.

Sendo assim, essa pesquisa tem potencial contributivo para comunidade local e científica, uma vez que por meio do conhecimento desses bens edificados é possível entender um pouco mais sobre a história da cidade. Além disso, acredita-se que este estudo possa colaborar para as possíveis propostas de diretrizes para preservação e valorização do patrimônio em sua relação urbana, servindo como alicerce para o planejamento da cidade, e contribuindo para o conhecimento e sensibilização da sociedade, criando uma consciência de preservação do patrimônio.

Nesse aspecto, tem-se em mente que trabalhar com temas que versam sobre resgate patrimonial e inventariado é atuar com bens materiais e questões simbólicas, que estão relacionados à formação da identidade da comunidade. Portanto, possui significado cultural para se sentir integrante do contexto em que vive e refletir sobre a diversidade das manifestações. Os espaços urbanos são constituídos de aglomerações culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura, que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio.

7.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante a pesquisa algumas limitações foram surgindo, dificultando, mas não invalidando, os resultados deste estudo.

A primeira limitação, vencida, foi encontrar material bibliográfico relacionado à história de Mossoró, principalmente seus aspectos patrimoniais. Estudos que compilam e abordam tais questões, são diminutos. Outro aspecto que trouxe dificuldades significativas, que se encontram ainda em superação, foi a Pandemia de COVID-19 que atrasou temporalmente o desenvolvimento desta dissertação, além de imbuir, no autor-pesquisador, déficit de concentração, dificuldades na escrita e complexificação singulares, pois este é diagnosticado com Transtorno de *Deficit* de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, o que em vários momentos, dificultou a condução e finalização do trabalho.

Diante o levantamento arquitetônico, houve a dificuldade de acesso em algumas edificações, seja por limitações impostas pelo órgão público, como privado, não permitindo exatidão em alguns pontos levantados. Quando solicitado os arquivos dos projetos resguardados pela prefeitura, houve-se uma limitação de dados, pois não continham as elevações de suas fachadas, disponibilizando apenas algumas plantas baixas em extensão .DWG, extensão essa do *software* tipo *Computer Aided Design* (CAD).

Entretanto, espera-se que mesmo com esses percalços, a pesquisa possa trazer significância para população mossoroense e subsidiar novos estudos e políticas públicas mais eficientes no que tange a protetividade da arquitetura local. Por fim, reconhecendo-se as limitações deste trabalho, compreende-se que mais estudos relacionados a essa temática devam ser realizados, uma vez que ela provoca muitas discussões.

7.4. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como proposta para outros trabalhos, levanta-se a possibilidade de aumentar o número de edificações inventariadas, ao ponto que o levantamento patrimonial de Mossoró se torne absoluto. Assim como, coletar a percepção da população acerca da preservação patrimonial dessas edificações. Isso tem valia, devido a importância de se valorizar o patrimônio como uma das formas de afirmação identitária, sendo que a materialidade atingida por esse patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo.

Além do exposto, aponta-se a possibilidades de iniciativas para publicação do estudo em forma de cartilha, sendo esta uma ferramenta mais didática na promoção da educação

patrimonial, distribuindo principalmente nas escolas municipais e faculdades, sendo mais específico aos cursos de arquitetura, história e engenharia civil.

Ressalta-se que este trabalho propiciou uma reflexão importantíssima enquanto pessoa e profissional da área, uma vez que estimulou ampliar novos conhecimentos no campo do patrimônio e inventariado, fortalecendo uma visão crítica sobre a temática e concepções epistemológicas acerca de projetos e avaliações no ambiente construído.

8 REFERÊNCIAS



ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ARAÚJO, Bianca Carla Dantas; CARAM, Rosana. Análise ambiental: estudo bioclimático urbano em centro histórico. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, 2006.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Entre o passado e futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Culture and politics. In: _____. **Thinking without a banister: essays in understanding (1953-1975)**. New York: Schocken Books, 2018.

AURELIO, Claudio Rogério; SCALABRINI, Marina Veiga. **Patrimônio e cidade: "Sobrevivências" do passado em Ribeirão Pires**. In: Vitruvius, Arqutextos 048, Texto Especial 233, mai. 2004. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/04.048/587>>. Acesso em 03 set. 2021.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Inventário como instrumento e proteção: a experiência pioneira do IPAC-Bahia**. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 61-89.

_____. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 22, p. 82-87, 1987.

BECK, Ingrid. Novas perspectivas para a restauração de documentos no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. **Acervo**, v.3, n.2, p.10-15, 1995.

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS (1835-2011)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

BASTOS, Sênia. Requalificar ou revitalizar? Ações de valorização do patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo e hospitalidade. In: **II Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul**, 2004, Caxias do Sul, 2014.

BAPTISTA, A. V. S. Inventário Arquitetônico - Importância e desdobramentos na FIOCRUZ. Rio de Janeiro. **Anais... IV Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios**, 2015.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola de Neve): **Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Brasil, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: 1988.

BRAGA, Ingrid. **Desarrollo de una metodologia baseada en los conceptos de la Carta de Riesgo del Patrimonio Cultural, para aplicación en centro histórico - "El caso del Centro Histórico de São Luís, Maranhão, Brasil"**. Tese de doutorado (Facultad de Bellas Artes), Universidad Politécnica de Valencia, Espanha, 2004.

BRAZ, Emanuel Pereira. **A abolição da escravidão em Mossoró**. Natal, RN, Brasil, 1998.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina da Cruz de. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, n.44, 2015.

BOURDIER, Marc. Le mythe et l'industrie: ou la protection du patrimoine culturel au Japon. Gêneses. Patrie, Patrimoines. **Sciences Sociales et Histoire**, v. 2, n. 11, p.82-110, nº 11, 1993.

CABRAL, Magaly. Memória, patrimônio e educação. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 35-42, 2006.

CAMPELLO, Bernadete. **Preservar para acessar**. In: Introdução ao controle bibliográfico. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Cap.2, p. 4-8.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des)caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 001-208, maio/out. 2013.

CÂNDIDO, M. I. **Documentação Museológica**. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, p. 10-92, 2006, p. 36.

CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado Carvalho; ARAS, Lina Maria Brandão. A preservação do patrimônio material da Bahia através do conselho estadual de cultura (1968-1987). **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 30-41, 2020.

CARVALHO, Taisa Soares; AMARAL, Luís Cesar Peruci de. Os inventários como instrumentos de preservação da identificação ao reconhecimento. *In: 9º Seminário Docomomo Brasil*: Brasília, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARMO, Sura Souza; BORGES, Luiz Carlos. Da criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais do Estado da Bahia ao registro do Bembé do Mercado: trajetória das políticas patrimoniais em Salvador e no Recôncavo Baiano (1927- 2019). **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 331-354, jan./jun. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4º ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Andréa Virgínia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente? Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró-RN**. Recife, PE, Brasil, 2007.

COSTA, Bruno Balbino Aires. **Mossoró não cabe num livro”**: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Natal, RN, Brasil, 2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto.; TELLES, Mario Ferreira; COSTA, Rodrigo Vieira. (Org.). **Direito, arte e cultura**. Fortaleza: Sebrae, 2008.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DICIONÁRIO ESCOLAR. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

DIEL, Rocheli Andréia. **The inventory of the enxaimel architectural heritage in the countryside of santo cristo**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa**. 3. Ed. Artes Médicas: São Paulo, 2018.

ESCÓSSIA, Lauro. **Cronologias Mossoroenses**. Coleção Mossoroense, 1ed. 2010.

FELIPE, José Lacerda Alves. **O urbano no Rio Grande do Norte** – notas para estudo. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981 (Coleção Mossoroense, vol. CXLIV).

_____. **A (re) invenção do lugar – os Rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa: Grafset, 2001.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: Annablume/FAPESP/SESC, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris, PUF, 1956.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Varia História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006.

HERZFELD, Michael. **The Body Impolitic: Artisans and Artifice in the Global Hierarchy of Value**, Chicago, University of Chicago Press, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mossoró – Rio Grande do Norte**, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/mossoro.html>. Acesso em 08 mar. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Decreto n. 25**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937.

JULIANELLI, Anna Rachel Baracho Eduardo. **Henrique de Novaes, técnica, território e cidade em trajetória profissional – Brasil primeira metade do século XX**. Natal, RN, Brasil, 2012.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Centro de Conservação Integral e Territorial, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**. Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.300p.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana, vol. XVIII).

LE GOFF, J. **Documento/monumento**. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 95.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2004.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. **“A Produção do Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)**. Natal, RN, Brasil, 2013.

MACHADO, P. A. L. **Ação civil pública e tombamento**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1986.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1980.

_____. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp-Nobel, 1991.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade – Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MIRANDA, Marcos Paulo Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: Doutrina, Jurisprudência, Legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MORAIS, Michelle Campos. **Inventário urbano de Caçapava do Sul: patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural**. Santa Maria, RS, Brasil, 2013.

MORAIS JÚNIOR, José Eugenio Silva de. **Proposta de requalificação do Teatro Lauro Monte Filho em Mossoró/RN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MOREIRA, Pedro Couto. **O inventário do patrimônio arquitetônico das zonas de entorno dos bens tombados de Cruz Alta - RS**. Santa Maria, RS, Brasil, 2014.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NASCIMENTO, Geraldo Maia. A Matriz De Santa Luzia de Mossoró. **blogdogemaia**. Mossoró, 31 de agosto de 2012. Disponível em: <https://blogdogemaia.com/detalhes.php?not=1141>. Acesso em: setembro de 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. In: **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC/SP. São Paulo, n. 10, dez/1993.

OLIVEIRA, Jionaldo Pereira. **Reflexões a respeito da evolução histórica da centralidade regional de Mossoró-RN e suas influências no espaço da cidade**. Pau dos Ferros, RN, Brasil, 2012.

_____. **Uma análise da formação e expansão do urbano de Mossoró: dinâmica e contradições**. Revista Pensar Geografia, v. 1, n. 1, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **Arte e Cultura**, v. 4, n. 4, p. 16-22, 2002.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró**: dos processos históricos à estrutura urbana atual. Natal, RN, Brasil, 2006.

_____. **Processo de urbanização de Mossoró**: histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1772 até os dias atuais. Natal, RN: Editora do CEFET-RN, 2008.

PIRES, Robson. **Prédio da Estação das Artes em Mossoró celebra 100** anos, 2015. Disponível em: <<https://robsonpiresxerife.com/predio-da-estacao-das-artes-em-mossoro-celebra-100-anos/>>. Acessado em 13 jul. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Revistas Estudos Históricas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 1989.

POTIGUAR, José Mendes Pereira. Igreja de São Vicente de Paulo em Mossoró. **Blogdomendesemendes**, Mossoró, 27 de junho de 2017. Disponível em: http://blogdomendesemendes.blogspot.com/2017/06/igreja-de-sao-vicente-de-paulo-em_27.html. Acesso em: maio de 2022.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos. Trad. João Tiago Proença. In: **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa: Edição 70, 2013, p. 14-15.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró**: período de 1980 a 2004. Natal, RN, Brasil, 2005.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Hugo Victor da; SANTOS, Patrick Steffen Esnarriaga dos; OLIVEIRA, Maiara da Silva. A importância de uma conservação preventiva em uma unidade de informação. **Revista ACB**, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2019.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução Urbanística de Mossoró**. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 1983.

SMITH, Laurajane. **The Uses of Heritage**. Londres et New York, Routledge, 2006.

SANSOT, P. **Poétique de la Ville**. Paris: Armand Colin, 1996.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: UE/ Porto Alegre. 1997.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **De la ville de Dieu à la ville des Hommes**: la sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte – Brésil. (Tese) – cole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Paris, 2002, vol. II.

TOUTAIN, Lúdia Maria Batista Brandão; LIMA, Ana Maria Cerqueira.; RIBEIRO, Maria Alice Santos. Política de preservação, conservação e restauração: patrimônio artístico e literário da UFBA. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 368–386, 2016.

UICN. **Diretrizes para as Categorias de Manejo de Áreas Protegidas**. In: Secretaria de Meio Ambiente. Proposta para discussão do Sistema de Unidades de Conservação. São Paulo: SMA, 1998. (Paginação irregular).

UNESCO **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 16p.

VIEIRA, Glenda Salgado; OLIVEIRA, Isabela Moraes; SOUZA, Cristiane Feitosa Cordeiro de. IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural: os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980. **Revista Tempo Histórico**. v. 4, n. 1, p. 48-59, 2012.

APÊNDICE



**APÊNDICE I – INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL
MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL**

Nº ficha: RN/22 - 00

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

2. MUNICÍPIO/ESTADO

3. ENDEREÇO

4. NOME DO PROPRIETÁRIO

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

6. PLANTA DA SITUAÇÃO

7. PLANTA DA SITUAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel

7.2 PROPRIEDADE

Pública	Privada	Mista

8. OCUPAÇÃO

8.1 USO ORIGINAL	8.2 USO ATUAL	8.3 SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO
Outro/obs:		

9. TIPOLOGIA

Religioso	Civil	Oficial	Militar	Industrial	Ferroviário
Outro/obs:					

10. PAVIMENTOS

Acima da rua (n°)	Abaixo da rua (n°)
Sótão	Porão
Outro/obs:	

11. GRAU DE PROTEÇÃO

11.1 PROTEÇÃO EXISTENTE							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
Outro/obs:							
11.2 PROTEÇÃO PROPOSTA							
Patrimônio mundial	Federal/ Individual	Federal/ Conjunto	Estadual/ Individual	Estadual/ Conjunto	Municipal/ Individual	Municipal/ Conjunto	Não se aplica
Outro/obs: -							

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA**12. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

12.1 COBERTURA			
12.1.1 TELHAMENTO			
Capa/Canal	Francesa	Fibrocimento	
Outro/obs: -			
12.1.2 ACABAMENTO			
Beiral	Platibanda	Lambreuim	
Outro/obs: -			
12.1.3 COROAMENTO			
Cimalha	Friso	Frontão	
Outro/obs:			
N° de Águas:			
12.2 ESTRUTURA			
Portante	Independente		
Outro/obs:			
12.3 VEDAÇÃO DA ESTRUTURA			

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VERGAS
Portas			
Janelas			
Outro/obs:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado

14. OBSERVAÇÃO

15. IMAGENS COMPLEMENTARES

16. ELEVAÇÕES

--

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

HISTÓRICO

LEVANTAMENTO

PESQUISADOR

DATA

ANEXO



ANEXO 1 – BENS TOMBADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO RN

Bens Tombados pelo Governo do Estado - DOE	Município	Data
Antiga base de Hidroaviões – Rampa	Natal	17/02/1990
Antiga Capitania dos Portos	Natal	11/08/1988
Antiga Casa de Detenção – Centro de Turismo	Natal	11/08/1988
Antiga Ponte de Igapó	Natal	30/07/1992
Antiga Residência de Jovino Barreto – Colégio Salesiano	Natal	30/07/1992
Antigo Liceu Industrial	Natal	11/05/1999
Antigo Palácio do Governo da Rua Chile	Natal	03/08/1989
Antigo Prédio da Escola Doméstica de Natal	Natal	11/05/1989
Antigo QG – Memorial Câmara Cascudo	Natal	30/08/1989
Associação Comercial de Natal	Natal	24/09/1992
Biblioteca Pública Câmara Cascudo	Natal	07/12/2004
Caixa D'água	Natal	09/08/2007
Casa do Estudante de Natal	Natal	25/11/1993
Casa do Padre João Maria	Natal	22/12/1990
Casa da Av. Câmara Cascudo n° 398	Natal	25/08/2007
Casarão da Av. Deodoro n° 479	Natal	30/08/1989
Casarão da Junqueira Aires	Natal	19/07/1988
Cidade da Criança	Natal	07/12/2004
Estação Central de Natal	Natal	24/10/1987
Fundação Jose Augusto	Natal	07/12/2004
Grande Hotel	Natal	07/12/1991
Grupo Escolar Augusto Severo	Natal	07/12/1991
Igreja de N.S. do Rosário dos Pretos	Natal	05/15/1987
Igreja de Santo Antônio	Natal	29/04/1983
Igreja Matriz N.S. da Apresentação	Natal	30/07/1992
Instituto Histórico e Geográfico do RN	Natal	06/12/1984
Junta Comercial do Estado	Natal	30/01/1992
Maternidade Escola Januário Cicco	Natal	07/07/1999
Ordem dos Advogados do Brasil	Natal	30/07/1992
Prédio Antigo do Hospital Varela Santiago	Natal	30/07/1992
Residência de Luis Câmara Cascudo	Natal	17/02/1990
Solar Bela Vista	Natal	17/02/1990
Teatro Alberto Maranhão	Natal	28/06/1985
Travessa Pax	Natal	26/07/2007
Casa de Luis Barros	Natal	22/09/1999
Casa da Estudante	Natal	19/05/2004
Casa onde Nasceu Café Filho	Natal	28/06/2001
Casarão n° 22 – Magestic	Natal	09/12/2000
Farol de Mãe Luiza	Natal	16/10/2004
Coluna Capitolina	Natal	17/02/1990
Casa na Rua da Conceição n° 613	Natal	12/08/2005
Casa na Rua da Conceição n° 617	Natal	12/08/2005
Casa na Rua da Conceição n° 621	Natal	12/08/2005
Casa na Rua da Conceição n° 623	Natal	12/08/2005
Cine Nordeste	Natal	26/07/2008
Academia Norterio-grandense de Letras	Natal	03/09/2008
Casa da Av Deodoro ° 518	Natal	12/08/2005
Prédio na Av, Dr. Gregorio de Piava – Escola Estadual Waldemar de Souza Veras	Alexandria	25/04/2009
Prédio Situado na TV. Benicio Piava	Alexandria	23/11/2004
Pico do Cabugi	Angicos	30/08/1989
Antiga Estação Ferroviária de Angicos	Angicos	23/03/2006
Prédio na Praça Francisco Pinto	Apodi	12/08/2005

Imóvel na Rua Joca Soares	Areia Branca	09/09/2006
Mata da Estrela	Baia Formosa	22/12/1990
Prédio na Rua João Gualberto	Campo Grande	13/01/2005
Imóvel na Praça do Cruzeiro	Canguaretama	07/10/2006
Casa Grande da Fazenda Sabe Muito	Caraúbas	30/07/2002
Casa Grande do Engenho Verde Nasce	Ceará Mirim	18/11/1992
Casa Grande do Engenho Guaporé	Ceará Mirim	16/12/1988
Mercado Público de Ceará Mirim	Ceará Mirim	22/01/1984
Solar dos Antunes	Ceará Mirim	15/07/1988
Usina de Beneficiamento de Algodão	Cruzeta	23/03/2006
Residência na Praça Cristo Rei	Currais Novos	30/09/2004
Ruínas da Igreja e convento dos Jesuítas	Extremoz	22/12/1990
Casa de Cultura de Florânia	Florânia	23/03/2003
Casa do Agente	Frutuoso Gomes	18/04/2007
Prédio da Estação de Passageiros REFESA	Frutuoso Gomes	11/05/2007
Escola Municipal Maria Felipe	Galinhas	05/09/2006
Igreja N.S. da Conceição	Guamaré	28/06/2001
Conjunto Arquitetônico – Fazenda Bom Jardim	Goianinha	25/01/2007
Prédio na Rua N.S. dos Prazeres nº 100	Goianinha	09/09/2006
Imóvel na TV, João Cândido de Castro	Grossos	27/09/2006
Prédio Vaporzão	Janduí	23/03/2006
Casa de Alzira Soriano	Jardim de Angicos	14/03/2001
Casa Paroquial	Jardim do Seridó	30/08/1989
Sobrado do Porº Jesuíno Azevedo	Jardim do Seridó	23/03/2006
Estação Ferroviária e Armazem da Estação	João Câmara	30/01/2004
Imóvel na Praça Mons. Freitas	João Câmara	07/10/2006
Imóvel na Rua Teodoro Benjamim	João Dias	07/10/2006
Casa Velha	Lagoa de Velhos	29/10/1998
Terreno na Praça Fabião das Queimadas	Lagoa de Velhos	23/03/2006
Prédio onde funcionou a usina de beneficiamento de algodão	Lajes	12/08/2005
Imóvel na Rua Zeu Fernandes	Luiz Gomes	07/10/2006
Capela de N. S. da Soledade	Macaíba	11/11/1997
Casarão do Vilar	Macaíba	30/07/2002
Casarão dos Guararapes	Macaíba	22/12/1990
Capela de São Jose	Macaíba	11/11/1997
Solar do Ferreiro Torto	Macaíba	15/07/1988
Solar da Madalena	Macaíba	30/07/2002
Solar Caxangá	Macaíba	30/07/2002
Casa da Rua Dr. Francisco da Cruz	Macaíba	17/09/2005
Mercado Público de Macau	Macau	17/07/1995
Casa de Albino Gonçalves de Melo	Macau	30/09/2004
Imóvel na Rua Cel. Jose Marcelino	Marcelino Vieira	07/10/2006
Sítio Cultural de Martins	Martins	25/09/2003
Mercado Público de Martins	Martins	25/06/2005
Cadeia Pública de Mossoró	Mossoró	29/04/1983
Casa de Pedra	Nísia Floresta	17/02/1990
Estação Ferroviária de Nova Cruz	Nova Cruz	24/10/1987
Casa Grande da Fazenda Timbaúba	Ouro Branco	24/10/1987
Sobrado de Parelhas	Parelhas	16/10/2004
Antiga sede da Secretaria Municipal de Educação	Parnamirim	29/05/2004
Imóvel na Praça João Carlos	Patu	27/09/2006
Centro Cultural Joaquim Correia	Pau dos Ferros	06/09/2006
Prédio da Estação Ferroviária	Pedro Avelino	09/09/2006
Conjunto: Capela de Santa Rita, Cemitério e Samoeira	Pedro Avelino	30/07/2002
Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Portalegre	12/08/2005

Casa de Farinha – Sítio Encruzilhada	Portalegre	27/04/2005
Antiga sede da Delegacia regional de Policia	Santa Cruz	16/10/2004
Igreja Matriz	Santana dos Matos	30/07/2002
Antiga e Histórica cadeia Pública Municipal	Santana dos Matos	23/03/2006
Capela de Utinga	S. Gonçalo do Amarante	30/08/1989
Imóvel Casarão dos Capiba	São João do Sabugi	07/10/2006
Casa de Cultura	São José de Campestre	23/03/2006
Escola Estadual Barão de Mipibú	São José de Mipibu	01/10/1998
Estação Ferroviária de Papari	São José de Mipibu	06/12/1984
Imóvel na Rua Manoel Jose de Carvalho	São Miguel	21/09/2006
Residência do Mons. Expedito Sobral de Medeiros	São Paulo do Potengi	12/09/2000
Casa do Barão de Serra Branca	São Rafael	26/07/2007
Imóvel na Rua Dom José Delgado	Serra Negra do Norte	09/09/2006
Capela Nossa Senhora das Dores	Tibau do Sul	15/07/1988
Cruzeiro Colonial de Pipa	Tibau do Sul	07/12/2004
Prédio do Grupo Escolar José Batista	Timbaúba dos Batistas	12/08/2005
Sítio Arqueológico do Pintado	Timbaúba dos Batistas	27/04/2005
Casa Residencial	Touros	22/12/1990
Prédio na Rua Zenon de Souza	Umarizal	05/05/2005
Terreno na Rua Antônio Bruno da Silva	Viçosa	12/08/2005
Igreja Nossa Senhora do Desterro	Vila Flor	23/02/1985
Igreja de Nossa Senhora Do Ó	Serra Negra do Norte	11/05/2007

Monumentos Tombados pelo IPHAN	Município	Data
Casa na Rua da Conceição	Natal	10/01/1963
Fortaleza dos Reis Magos	Natal	13/05/149
Palácio do Governo	Natal	11/06/1963
Padrão Quinhentista	Natal	23/08/1962
Casa de Câmara de Cadeia	Acari	16/06/1964
Igreja de N.S do Rosário	Acari	16/06/1964
Portão do Cemitério	Arês	23/08/1962
Ruínas da Capela do Engenho Cunhaú	Canguaretama	16/16/1964
Igreja de São Gonçalo	São Gonçalo do Amarante	16/06/1964
Antiga Casa da Câmara e Cadeia	Vila Flôr	16/06/1964

